

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

Mensagem do Diretor-Presidente

O ano de 2016 foi marcado por importantes conquistas para a equipe da EDP Brasil. Num ano de transição política e de quadro macroeconômico recessivo conseguimos apresentar resultados consistentes e entregar um conjunto relevante de melhores operações.

Revisões Tarifárias e Reajustes Tarifários

Em agosto, a ANEEL homologou a 7ª Revisão Tarifária Periódica da EDP Escalpa, por meio da resolução nº 2.118/2016. O efeito médio percebido pelo consumidor foi de -2,80%, sendo de -4,18% para os consumidores conectados em alta e média tensão e de -0,67% para aqueles conectados em baixa tensão.

Table with columns: Descrição, Ponto de Partida, 2015, 2016, 2017, 2018. Rows: Referencial Regulatório PNT/RT (Revisão Tarifária 2015), Referencial Regulatório PNT/RT (Novo - Reajuste 2016).

A diferença entre o novo índice de perdas não técnicas e o índice homologado no processo tarifário de 2015, para os últimos 12 meses, foi reconhecido como componente financeiro e totalizou R\$ 2,2 milhões.

Evolução dos Volumes de Energia

Table showing volume (MWh) and clients for 2016 and 2015, broken down by distribution area (Residencial, Industrial, Comercial, Rural, Outras) and final clients (Suprimento, Energia em trânsito USD, Clientes livres, Concessionárias, Uso geração, Consumo próprio).

Notas:

Notas: - Poder público - iluminação pública + Serviço público
USD - Uso do Sistema de Distribuição
Energia vendida a clientes finais: redução de 6,1%, refletida pela migração de clientes do mercado cativo para o mercado livre...

Perfil Corporativo e Organograma Societário

A EDP Energias do Brasil é uma holding que detém investimentos nos segmentos de Geração, Distribuição, Comercialização, Serviços de Energia Elétrica e acionamento incorporea no Brasil a empresa portuguesa, e a sua principal atividade é a operação de empreendimentos de fonte convencional (Usinas Hidrelétricas, Pequenas Centrais Hidrelétricas e Usina Termelétrica) em 7 estados do País (Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Ceará, Pará e Amapá).



Áreas de Negócio

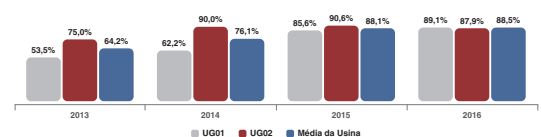
Geração

A Companhia encerrou o ano com capacidade instalada de 2.763 MW, aumento de 2,18% em relação a 2015, considerando a entrada antecipada da UHE Cachoeira Caldeirão (109,5 MW) e a venda da Pantanal Energética (51,1 MW).

UTE Pecém I

A Usina apresentou disponibilidade média de 88,5%, impactada pelas manutenções corretivas na UG01 em junho e pela inspeção contratual dos equipamentos da UG02 em agosto.

Disponibilidade de Pecém



UHE Santo Antônio do Jari

A UHE Jari está localizada no rio Jari, na divisa dos estados do Pará e Amapá, com 373,4 MW de capacidade instalada. A ECE Participações S.A., detentora dos direitos de exploração da UHE Jari, pertence 50%/50% à EDP Energias do Brasil e a China Three Gorges Brasil Energia Ltda. (CTG). No ano, a usina produziu 1.846,6 GWh de energia.

Demonstrativo de Resultados (R\$ mil)

Table with columns: Jarí Consolidado, 2016, 2015, % change. Rows: Receita operacional líquida, Gastos não gerenciais, Margem Bruta, Gastos gerenciais, EBITDA, Resultado financeiro líquido, Lucro líquido.

Valores correspondem a 50% da participação da EDP Energias do Brasil
A receita líquida consolidada da UHE Jari atingiu R\$ 115,1 milhões, 8,3% superior ao ano anterior, decorrente do reajuste dos contratos pela inflação.

Alterações de Natureza Societária

Pantanal Energética Ltda. Em 29 de janeiro, a EDP Energias do Brasil concluiu a venda da Pantanal Energética Ltda. para a Cachoeira Escura Energética S.A.
Cláudio de Engelart. Em 29 de fevereiro, a controlada Engelart S.A. concluiu a operação de cisão, na qual parte de seus ativos foram incorporados pela EDP Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A. (EDP PCH), empresa também controlada pela EDP Energias do Brasil.

Impactos Macroeconômico e Hidrológico no Setor de Energia Elétrica

O ano de 2016 apresentou um cenário econômico extremamente adverso com a continuidade da recessão econômica, crise política que culminou no impedimento da presidente Dilma Rousseff, crise nas contas públicas com queda na arrecadação e aumento na previsão de déficit primário, taxa de juros elevada, desemprego crescente e queda generalizada da confiança dos investidores.

Alterações Regulatórias

Atualização de Tarifas. Instituídas em 2015, as Bandeiras Tarifárias têm como objetivo sinalizar os custos reais da produção de energia elétrica. A bandeira vermelha indica que o custo de produção de energia está acima do preço cobrado, o que representa o aumento da demanda e a verba representada o aumento do custo de produção de energia, ocasionado em que é aplicado um valor adicional à tarifa. Em 2016, os valores das bandeiras amarela e vermelha sofreram alterações: a bandeira vermelha passou a ter dois patamares, cujos adicionais são de R\$ 3,00 e de R\$ 4,50, aplicados a cada 100 kWh (quilowatt-hora) consumidos, e a bandeira amarela passou de R\$ 2,50 a R\$ 1,50, aplicados a cada 100 kWh.

Distribuição

Table with columns: Perfil das concessões, EDP Bandeirante, EDP Escalpa. Rows: Serviços atendidos, Habitantes (milhões), Clientes futuros (milhões), Área de concessão (km²), Energia distribuída (GWh).

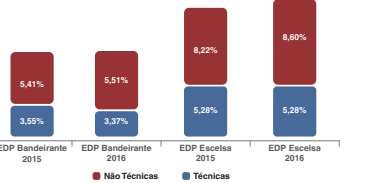
Indicadores de Performance

Os indicadores de qualidade de prestação de serviços se mantiveram dentro dos padrões estabelecidos pelo órgão regulador. Os aumentos nos indicadores da EDP Bandeirante são decorrentes da maior intensidade de chuvas registradas, em especial no início de 2016. No caso da EDP Escalpa, a ocorrência de eventos pontuais no sistema interno de subtransmissão contribuiu para o aumento do FEC entre os períodos. Comparativamente aos limites regulados os indicadores permanecem com evolução positiva, refletindo os investimentos realizados para ações de manutenção preventiva, obras de melhorias, inovações nos ativos do sistema elétrico de distribuição e melhoria constante nos processos adotados por todas as áreas envolvidas com o operação do sistema.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Censos Nacionais Trimestrais, Julho/Setembro 2016.
Fonte: Banco Central do Brasil, Méis SELIC em 31/12/2016.
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, Trimestre móvel referente aos meses de setembro a novembro de 2016.
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, Média do ano de 2015.
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Pesquisa Mensal da Indústria, Novembro/2016.
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor IPCA e INPC - Dezembro/2016.
Fonte: Ministério do Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, Sistema de Comércio Exterior, Setembro 2016.
A região Sudeste responde por cerca de 70% da capacidade de armazenamento do país.

Perdas
Apesar da redução das perdas totais na EDP Bandeirante, ambas as distribuidoras encerraram o ano dos padrões estabelecidos pelo órgão regulador, impactadas pelo aumento das perdas técnicas. Na EDP Bandeirante, o aumento das perdas técnicas e decorrente da reconfiguração de distribuição de carga no sistema para a realização de obras de melhoria e expansão da rede. Na EDP Escelas, o aumento refletiu a redução de carga de um cliente relevante e a menor geração de energia no estado.

Perdas Totais



Em relação às perdas não técnicas, tanto no mercado total, quanto no mercado em baixa tensão, o Plano de Combate às Perdas demonstrou eficiência resultando na melhoria do indicador. Apesar do percentual de perdas técnicas no mercado total da EDP Escelas ter se mantido estável, a perda em carga foi reduzida.



Investimentos em distribuição

O aumento de 50,4% nos investimentos em distribuição reflete o incremento no programa de combate a perdas, com a implementação de novas tecnologias, a instalação remota de comunicação e a troca de medidores obsoletos e avariados.

Investimento (R\$mil)	EDP Bandeirante		EDP Escelas		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Expansão do Sistema Elétrico	104.793	86.509	261.827	123.075	366.620	209.584
Melhoramento da Rede	99.571	64.742	96.233	49.388	195.804	114.120
Universalização	14.845	10.879	-	-	14.845	10.879
Telecom, Informática e Outros	37.387	36.650	30.769	23.181	68.156	59.832
Sub Total	256.597	198.790	388.829	195.644	645.426	394.424
(i) Obrigações Especiais	(10.249)	(21.289)	(150.114)	(16.867)	(161.163)	(38.000)
Investimento Líquido	246.348	177.447	237.914	178.777	484.262	356.424
Recursos de Ultrapassagem	-	(14.131)	(3.613)	(22.616)	(6.313)	(36.747)
Investimento Líquido	246.348	163.316	234.300	156.361	480.649	319.677

(i) Sub Total = Capex Bruto, considerando Capital investido na rede - Juros capitalizados
 (ii) Novas regras instituídas para revisão tarifária relativas à receita de multa por Ultrapassagem de Demanda e consumo de Energia Reativa Escalada (PRORET 2.7) que reduziu a Receita Operacional e quando do início do 4º Ciclo de Revisões Tarifárias, o lucro acumulado nessa subconta recebeu o tratamento usual de depreciação dos ativos alocados como investimentos originários dessas Obrigações Especiais.
 (iii) Participação financeira de clientes, sejam eles pessoas físicas, jurídicas, unidas, estados e municípios nos projetos de investimento.
 Em 2016, a EDP Bandeirante e a EDP Escelas desembolsaram R\$ 100,0 milhões (+49,1%) em programas de combate às perdas. Do total de recursos, R\$ 78,0 milhões foram destinados a investimentos operacionais (substituição de medidores, instalação de rede especial e telefonia) e R\$ 22,0 milhões a despesas gerenciais (inspeções e visitas de ligações irregulares).
 As distribuidoras realizaram aproximadamente 212,8 mil inspeções e 20,6 mil regularizações de ligações clandestinas, e foram retiradas 89,7 mil ligações irregulares que resultaram na recuperação de receitas de cerca de R\$ 39,7 milhões.

Comercialização e soluções em energia

EDP Comercializou energia em 2016 com 272 clientes, aumento de 38% em comparação ao ano anterior.
 Em 2016, a Comercializadora apresentou EBITDA de R\$ 6,1 milhões, redução de 85,7% quando comparado a 2015.
 A EDP Grid realizou 15 projetos de eficiência energética, representando economia de 45 GWh e redução de emissão de gases poluentes de 3.676 tCO₂, reforçando o compromisso ambiental do Grupo.
 Concomitante a isso, foram firmados quatro contratos de venda de projetos solares, totalizando 226 MW de capacidade instalada.
 Em 2016, a EDP Grid apresentou EBITDA de R\$ 9,1 milhões, queda de 36,9% quando comparado a 2015.

TRANSMISSÃO

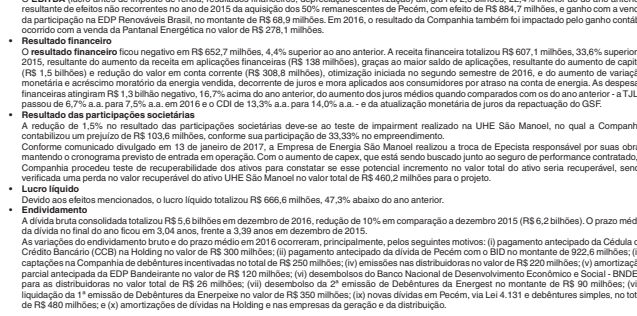
Em 2016, na 2ª Etapa do Leilão para Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 013/2015, realizado pela ANEEL, a Companhia venceu o lote 24. O empreendimento é composto por uma linha de transmissão de 113 km e uma subestação no Estado do Espírito Santo. A entrada em operação considerada pela Companhia está prevista para 2020, com investimento total estimado de R\$ 116 milhões, cuja Receita Anual Permitida (RAP) será de R\$ 20,7 milhões, com atualização anual pelo IPCA. Em 10 de fevereiro de 2017 a Companhia assinou o contrato de concessão.

ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

	2016		2015		%
Receita operacional líquida	8.884.122	9.943.091	-10,7		
Receita com construção da infraestrutura	480.650	317.343	51,5		
Gastos não gerenciais	(5.594.856)	(6.752.620)	-17,1		
Margem Bruta	3.289.266	3.190.471	3,1		
Gastos gerenciais	(2.299.240)	(1.939.480)	16,9		
Total do PMSO	(1.255.244)	(1.115.989)	12,5		
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens	(14.357)	(68.215)	-79,0		
Costo com construção da infraestrutura	(480.650)	(317.343)	51,5		
Ganho na alienação de investimento	278.139	953.643	-70,8		
EBITDA	2.297.804	2.999.910	-22,4		
Margem EBITDA	25,9%	29,6%	-9,8 p.p.		
Depreciação e amortização	(540.433)	(457.933)	18,0		
Resultado do serviço (EBIT)	1.757.371	2.501.977	-29,8		
Resultado das participações societárias	(115.443)	(113.774)	1,5		
Resultado financeiro líquido	(652.741)	(625.517)	4,4		
LAIR	989.187	1.762.886	-43,9		
(i) Contribuição social	(158.233)	(150.614)	5,6		
Lucro líquido antes de minoritários	830.955	1.406.372	-40,9		
Atribuível aos acionistas não controladores	(164.353)	(140.436)	10,7		
Lucro líquido	666.602	1.265.936	-47,3		

Margem Bruta
 • **Distúrbio:** a margem bruta da distribuição manteve-se estável (1,0%) entre os períodos comparados por causa das seguintes variações:
 - EDP Bandeirante: redução de R\$ 158,2 milhões decorrente do efeito da Revisão Tarifária Periódica, ocorrida em outubro de 2015, cuja redução das tarifas incidiu ao longo de 2016 no Reajuste Tarifário Anual de 2016, que impactou os últimos meses do ano. Adicionalmente, a redução do ativo financeiro disponível, que no ano anterior foi de R\$ 199 milhões, impactou o desempenho da distribuição;
 - EDP Escelas: aumento de R\$ 142,2 milhões decorrente do efeito da Revisão Tarifária Periódica, com impacto positivo na parcela B, que ocorreu em agosto de 2016, do valor do ativo financeiro disponível contabilizado em 2016 e do efeito da sobrecontabilização, impactaram para a redução;
 • **Operações:** a margem bruta foi impactada pelo custo da obra de manutenção da rede, visando à melhoria dos indicadores de qualidade (+R\$ 15,0 milhões), dos gastos com ações de combate a perdas (+R\$ 7,3 milhões) e com consultorias relacionadas à comunicação interna e a projetos de eficiência (+R\$ 8,5 milhões). Desconsiderando o efeito da contabilização de Pecém (consolidada no resultado da Companhia a partir de 15 de maio de 2015), a contabilização da APS Soluções (consolidada no resultado a partir de dezembro de 2015), o efeito de FUD e os custos operacionais decorrentes da operação de venda da Pantanal, o aumento do PMSO seria de 3,2%.
 • Em agosto de 2015, a Companhia implementou o programa transição de Orçamento Base Zero (OBZ), com parte dos estornos na parcela B pela eficiência, abrangendo todos os gestores de "PMSO". O programa, que contribui para a cultura de produtividade contábil, já teve em 2016 mais de 100 iniciativas implementadas gerando eficiência e redirecionamento de gastos para áreas estratégicas, visando:
 (i) Mitigar os efeitos causados pelo aumento da inadimplência, aumentando em 35% os gastos com cortex e rellgas (+R\$ 8,0 milhões), resultando em redução de 55,4% no PDD no 2º semestre frente ao 1º semestre;
 (ii) Acelerar a recuperação da receita com o aumento de 42% dos gastos com inspeções para combate a fraudes (+R\$ 3,3 milhões);
 (iii) Intensificar os gastos com a supressão de vegetação (+R\$ 5,0 milhões), visando manter os indicadores de qualidade, já sendo verificado o aumento de 51 mil postes em 2016;
 (iv) Fortalecer o uso de equipamentos de proteção individual e coletivo em mais de 50%, assegurando novo comprometimento com a segurança (+R\$ 2,1 milhões).
 A **depreciação e a amortização** totalizaram R\$ 540,4 milhões em 2016, 18,0% superiores ao ano anterior, decorrentes da consolidação integral em 2016 de Pecém.
EBITDA (lucro antes do imposto de renda, resultados financeiros, depreciação e amortização) atingiu R\$ 2,3 bilhões, 22,4% inferior ao do ano anterior, resultante de efeitos não recorrentes no ano de 2015 da aquisição dos 50% remanescentes de Pecém, com efeito de R\$ 884,7 milhões, e ganho com a venda da participação na EDP Renováveis Brasil, no montante de R\$ 88,3 milhões. Em 2016, o resultado da Companhia também foi impactado pelo ganho contábil ocorrido com a venda da Pantanal Energia no valor de R\$ 278,1 milhões.
Resultado financeiro ficou negativo em R\$ 652,7 milhões, 4,4% superior ao ano anterior. A receita financeira líquida foi de R\$ 607,1 milhões, 33,6% superior a 2015, resultado do aumento da receita em aplicações financeiras (R\$ 138 milhões), graças ao maior saldo de aplicações, resultante do aumento de capital (R\$ 1,5 bilhões) e redução do valor em conta corrente (R\$ 308,8 milhões); incidência iniciada no segundo semestre de 2016, e do aumento de valorização monetária da energia vendida, decorrente de juros e mora aplicados aos consumidores por atraso na conta de energia.
Resultado das participações societárias atingiram R\$ 1,3 bilhão negativo, 16,7% acima do ano anterior, do aumento dos juros médios quando comparado com o do ano anterior - a TJLP passou de 6,7% a.p. para 7,5% a.p. em 2016 e o CDI de 13,3% a.a. para 14,0% a.a. - e da atualização monetária de juros da recondução do GSF.
 A redução de 1,5% no resultado das participações societárias deve-se ao teste de impairment realizado na UHE São Manoel, no qual a Companhia contabilizou um prejuízo de R\$ 103,6 milhões, conforme sua participação de 33,3% neste empreendimento.
 Conforme comunicado divulgado em 13 de janeiro de 2017, a Empresa de Energia São Manoel realizou a troca de Especialista responsável por suas obras mantendo o cronograma previsto de entrada em operação. Com o aumento de capex, que está sendo buscado junto ao seguro de performance contratado, a Companhia procedeu teste de recuperabilidade dos ativos para constatar se este potencial incremento no valor total do ativo seria recuperável, sendo verificada uma perda no valor recuperável do ativo UHE São Manoel no valor de R\$ 460,2 milhões para o projeto.
Lucro líquido
 Devido aos efeitos mencionados, o lucro líquido totalizou R\$ 666,6 milhões, 47,3% abaixo do ano anterior.
Endividamento
 A dívida bruta consolidada totalizou R\$ 5,5 bilhões em dezembro de 2016, redução de 16% em comparação a dezembro 2015 (R\$ 6,2 bilhões). O prazo médio da dívida no final do ano ficou em 3,04 anos, frente a 3,39 anos em dezembro de 2015.
 As variações do endividamento bruto do prazo médio em 2016 ocorreram, principalmente, pelas seguintes razões: (i) pagamento antecipado da Cédula de Crédito Bancário (CCB) na Holding no valor de R\$ 300 milhões; (ii) pagamento de aplicação da dívida de Pecém com o BID no montante de 922,6 milhões; (iii) captações na Companhia de debêntures incentivadas no total de R\$ 250 milhões; (iv) emissões nas distribuidoras no valor de R\$ 220 milhões; (v) amortização parcial antecipada da EDP Bandeirante no valor de R\$ 120 milhões; (vi) desembolso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES em favor das distribuidoras no valor total de R\$ 265 milhões; (vii) desembolso da 2ª emissão de Debêntures da Enerspet no montante de R\$ 90 milhões; (viii) liquidação da 1ª emissão de Debêntures da Enerspet no valor de R\$ 350 milhões; (ix) novas dívidas em Pecém, via Lei 4.131 e debêntures simples, no total de R\$ 480 milhões; e (x) amortizações de dívidas na Holding e nas empresas da geração e de distribuição.

Evolution da dívida (R\$ milhões)



O custo médio da dívida da Companhia, em 31 de dezembro de 2016, era de 14,46% a.a., em comparação a 12,85% a.a. no final de 2015, levando-se em consideração as emissões de capitalis de dívida e encargos incorridos nos últimos 12 meses. A elevação do custo médio deve-se principalmente ao aumento do CDI médio e da TJLP média em relação a 2015, além da substituição da dívida de Pecém.
 É importante mencionar que o pré-pagamento do financiamento de Pecém junto ao BID, acompanhado da emissão das debêntures e da cédula de crédito bancário baseada na Lei nº 4.131, trouxe uma diminuição do custo de dívida de cerca de 2 p.p., quando considerados os custos operacionais e os custos de rollover em relação aos demais instrumentos de financiamento do BID.
 A dívida líquida consolidada atingiu R\$ 3,6 bilhões em 2016, redução de R\$ 1,5 bilhão em comparação com o resultado do ano anterior, decorrente do aumento de capital realizado. A relação dívida líquida/EBITDA encerrou o ano em 1,5 vez.

RATINGS DA EDP ENERGIAS DO BRASIL E DE SUAS DISTRIBUIDORAS

	Moody's		S&P	
	Nacional	Global	Nacional	Global
EDP Energias do Brasil	At1 br	Ba3	-	-
EDP Bandeirante	Aa2 br	Ba2	br/AA-	-
EDP Escelas	Aa2 br	Ba2	br/AA-	BB
Lajeado Energia	Aa2 br	Ba2	-	-
Enerspet	-	-	-	-

Escala de Rating Moody's

Aaa	Aa1	Aa2	Aa3	A1	A2	A3	Baa1	Baa2	Baa3	Ba1	Ba2	Ba3	B1	B2	B3	Caat1	Caat2	Caat3	Ca	C	WR
-----	-----	-----	-----	----	----	----	------	------	------	-----	-----	-----	----	----	----	-------	-------	-------	----	---	----

Escala de Rating S&P

AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	-	BB+	BB	BB-	BB-	BB-	B+	B	-	CCC+	CCC	CCC-	CC	C	D	NR
-----	-----	----	-----	----	---	---	-----	----	-----	-----	-----	----	---	---	------	-----	------	----	---	---	----

Investment Grade

MERCADO DE CAPITALIS

Em 29 de dezembro, as ações da EDP Energias do Brasil estavam cotadas a R\$ 13,40, encerrando o ano com valorização de 23,4%, desempenho inferior ao伊pova (38,9%) e ao IEE (45,6%). O valor de mercado da Companhia no final de 2016 era de R\$ 8,1 bilhões. Houve negociação das ações da Companhia em todos os pregões do ano, totalizando 567,9 milhões de ações negociadas, com média diária de 2,3 milhões de ações, e volume financeiro de R\$ 7,5 bilhões, com média diária de R\$ 30,3 milhões.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Em 06 de julho, a EDP Energias do Brasil concluiu o aumento de capital social, iniciado em 4 de maio de 2016, no total de R\$ 1,5 bilhão mediante a emissão de 130.434.782 ações ordinárias, ao preço de R\$ 11,50 por ação. Por meio de subscrição prévia, a oferta de ações obteve adesão de 98,4% na primeira rodada. As ações restantes foram subscritas no primeiro e segundo rodadas. Com sua conclusão, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 6,83 bilhões, dividido em 606.850.394 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Do total de ações, 295.295.122 encontravam-se em circulação, em conformidade com o Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, e 757.338 permaneciam em tesouraria.

REMUNERAÇÃO DE ACIONISTAS

Em 12 de abril de 2017, o Conselho de Administração da Companhia levou para aprovação em Assembleia Geral Ordinária (AGO) o pagamento de proventos de R\$ 330,0 milhões com juros sobre o capital próprio, equivalentes a R\$ 0,54447708 por ação.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Conselho de Administração, em 31 de dezembro de 2016, era composto por sete membros (com uma vaga a preencher), incluindo um diretor executivo e três conselheiros independentes. Os conselheiros são eleitos na AGO para mandato de um ano, com possibilidade de reeleição. Em AGO, realizada no dia 13 de abril de 2016, foi aprovado para ocupar o cargo de Presidente do Conselho o Sr. Antônio Luis Guerra Nunes Mexia, e para o cargo de Vice-Presidente do Conselho o Sr. Miguel Nunes Guerra Nunes Feres Sales.
 O órgão é responsável por estabelecer as políticas e diretrizes gerais dos negócios, incluindo a estratégia de longo prazo, eleger os membros da Diretoria Executiva e fiscalizar seu funcionamento, além das atividades definidas em lei e no Estatuto Social da Companhia.
 A Companhia está alinhada ao Modelo de Governança Global do Brasil conforme a Lista das Boas Práticas Compromissória constante do seu Estatuto Social.
 O Conselho de Administração possui quatro Comitês de Assessoramento: Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração, Comitê de Sustentabilidade e Comitê de Governança Corporativa e Partes Relacionadas. Os comitês são responsáveis por auxiliar o Conselho de Administração nas deliberações sobre as matérias apresentadas. Todos são integrados exclusivamente por três conselheiros, que podem solicitar informações e sugestões de integrantes da Diretoria Executiva mediante a emissão de ofícios.
 As diretrizes e o conjunto de documentos relacionados à governança corporativa estão disponíveis no website de Relações com Investidores www.edp.com.br/ri.

Diretoria Executiva
 A Diretoria Executiva é composta por cinco membros eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de três anos. É encarregada de administrar os negócios e adotar as ações necessárias para o cumprimento bem-sucedido dos objetivos do Conselho de Administração. Em 15 de dezembro de 2016, através da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, foi aprovada a recondução de sua atual Diretoria para o próximo mandato de 2017-2019. Os currículos dos diretores podem ser encontrados no website de Relações com Investidores www.edp.com.br/ri.

SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

Pelo 11º ano consecutivo, a EDP Energias do Brasil permaneceu no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA. Garantindo a melhoria contínua no desempenho ambiental no índice, a Companhia elaborou planos de ação junto às diferentes áreas da Companhia, cuja implementação aplicou ao longo de 2016. As iniciativas foram temas como: eficiência energética, biodiversidade, certificações, gestão de fornecedores e relacionamento com a comunidade. A execução dessas ações ocasionou um aumento de 9,6% no desempenho da Companhia no Índice.
 Em sua trajetória, a Companhia sempre buscou incorporar aspectos relativos à Inovação e Sustentabilidade (Inovabilidade) em seu modelo de gestão. A missão da EDP é aplicar a sustentabilidade na Companhia foi elaborada pelas áreas de Sustentabilidade e Inovação e pela Alta Administração. Essa abordagem está fundamentada nos Princípios de Desenvolvimento Sustentável do Grupo EDP construídos em harmonia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) - iniciativa das Nações Unidas com 17 objetivos e 169 metas mundiais que foi endossada voluntariamente pela Companhia.
 Com esse foco, a EDP Energias do Brasil promoveu diversas ações de engajamento e geração de valor, como: Inovability Mentors (Mentors) - lançado em 2014, que oferece capacitação para que os colaboradores criem oportunidades de inovação nos princípios de desenvolvimento sustentável. Durante o programa, os participantes desenvolvem propostas de valor relacionadas aos desafios da Companhia; Prémio EDP Open Innovation - engloba todo o Grupo EDP e objetiva incentivar o empreendedorismo; Blog de Inovabilidade - desenvolvido para incentivar a multiplicação do conhecimento sobre projetos e tendências relacionados ao tema, conta com 325 membros e está disponível na intranet da Companhia, que possui notícias e exemplos para inspirar os colaboradores a desenvolver novas ideias e projetos; iniciativa Inovando em um desafio lançado em parceria com os colaboradores com o objetivo de selecionar e premiar ideias que possam ter impacto positivo na atividade da Empresa; Sustentability Talk - direcionado às lideranças da Companhia e stakeholders, consistia em palestras com membros da EDP e especialistas convidados com o objetivo de promover a sensibilização interna sobre importantes temas de sustentabilidade, gestão de valor e core business.
 Reforçando as suas práticas de transparência e a prestação de contas, a Companhia publica o seu Relatório de Sustentabilidade 2016 alinhado com as novas diretrizes da Global Reporting Initiative GRI G4, no dia em que publica seus Resultados Financeiros, com o objetivo de aumentar o número de informações para seus investidores.

PESSOAS E DESENVOLVIMENTO
 A EDP Energias do Brasil atua em uma área de responsabilidade social da Companhia, responsável pelo relacionamento da empresa com as partes interessadas em suas áreas de influência nas dimensões de cultura, esporte e educação. O desenvolvimento dos projetos integra um conjunto de valores, nomeadamente as particularidades de cada local e as características e iniciativas das organizações e da sociedade civil, potencializando as sinergias entre as partes. Os programas e projetos do Instituto, tais como o Programa de Voluntariado, EDP nas Escolas e EDP Solidária continuam mostrando resultados consistentes.
 A EDP Energias do Brasil também desenvolveu iniciativas com foco em Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) para promover melhorias nos processos de geração e distribuição de energia. As iniciativas de P&D são promovidas conforme diretrizes do órgão regulador e estão previstas nos contratos de concessão, que prevêm que distribuidoras de energia elétrica destinem 0,2% de sua receita operacional líquida para essas iniciativas e R\$ 40 milhões.
 Nas distribuidoras, foram realizados R\$ 3 milhões para o projeto de geração distribuída desenvolvido em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o projeto busca a aplicação da geração distribuída urbana por meio de sistemas solares fotovoltaicos descentralizados e o armazenamento de curto prazo. Tem ainda os objetivos de avaliar os serviços auxiliares para a estabilidade da rede, os impactos para a distribuidora e o armazenamento de curto prazo. Foram realizados R\$ 2 milhões em projetos de qualidade, meio ambiente e fontes alternativas de energia, como, por exemplo, o estudo sobre o aproveitamento, para construção civil, de cinzas leves e pesadas provenientes da queima de carvão, em uma usina que utiliza desulfurizadores de gases de combustão. Desenvolvido em parceria com a fundação FATNE, do Ceará, utilizou recursos da ordem de R\$ 2,84 milhões para estudar as possíveis aplicações da madeira de bicos de vedação, argamassa, painéis de concreto e outros elementos sem função estrutural. O piloto ocorrerá na construção do edifício administrativo da UTE Pecém.
ESTRATÉGI E GESTÃO
 Alinhada aos conceitos do desenvolvimento sustentável, a estratégia da EDP Energias do Brasil é construída de acordo com o propósito "Usar nossa energia elétrica para gerar valor e melhorar a qualidade de vida dos brasileiros, com eficiência e regulação ambiental, e resultados do processo de produção de energia". O desempenho da estratégia é acompanhado mensalmente em reuniões com toda a liderança, chamadas de Operations Reviews. Além das reuniões mensais, desde 2005 a Companhia utilizou o Balanced Scorecard (BSC) como ferramenta de gestão para a implementação de sua estratégia, avaliando os resultados em 4 perspectivas: financeira, cliente, processos internos e aprendizagem e desenvolvimento.
RELAIONAMENTO COM OS CLIENTES
 Conectada ao princípio da EDP "Cliente: a nossa razão de ser", a EDP Energias do Brasil lançou em 2016 o projeto "Excelência no Serviço", que visa criar uma consciência mais humana no relacionamento com o cliente e, por sua vez, melhorar a sua experiência com a EDP. No ano, os índices de satisfação do cliente do Brasil atingiram 95,2% em dezembro, em comparação com o índice de 94,5% em dezembro de 2015, considerando os dados da Pesquisa Nacional de Opinião do cliente atingiu 91,5%, de acordo com a última pesquisa realizada em 2015 por empresa independente.

GESTÃO DE PESSOAS
 A EDP Energias do Brasil encerra 2016 com 2.927 colaboradores próprios, 248 colaboradores das joint ventures, 210 estagiários e aprendizes e 12.783 colaboradores parceiros.
 A EDP Energias do Brasil acredita que a harmonia entre a vida pessoal e profissional contribui para a formação de pessoas além das criações, saudáveis, energéticas e positivas. Para isso, direciona sua energia para cuidar sempre melhor de seus colaboradores. Por meio do projeto Conexão, por exemplo, desenvolve ações em quatro frentes: saúde e bem-estar; apoio à família; flexibilidade; e valorização e cidadania.
 A estratégia e as ações desenvolvidas em parceria com parceiros, incluem eventos e processos coerentes com as necessidades de cada região, foram reconhecidos pelo mercado, quando a EDP Energias do Brasil foi listada, no ranking das 150 Melhores Empresas para se Trabalhar da revista Vócs S.A. Também, internamente, obtve pelo 2º ano consecutivo o melhor resultado de satisfação do Grupo EDP com 81% taxa e 79% em 2015.
 Em 2016, a Companhia apresentou resultados consistentes em seus indicadores de sustentabilidade, em especial em temas de sustentabilidade e meio ambiente, promovido pela Associação Brasileira das Companhias Abertas. O Relatório Anual 2015 recebeu Menção Honrosa na categoria Estratégia e Investimento; (iv) Roland Berger: a EDP Energias do Brasil foi eleita pela consultoria alemã Roland Berger uma das 20 melhores companhias do setor elétrico no mundo em desempenho; e (v) Institutional Investor: a EDP Energias do Brasil foi premiada pela Institutional Investor, no ranking 2016 Latin America Executive Team, em sua categoria: Melhor CEO, Melhor Profissional de Relações com Investidores, Melhor Programa de Relacionamento com os Investidores, Melhor Time de Relações com Investidores, Melhor Dia de Analista e Melhor Website).

PREMÍOS E RECONHECIMENTOS
 Em 2016, a EDP Energias do Brasil destacou-se por receber as seguintes premiações: (i) ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial: a Companhia está presente no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) pelo 11º ano consecutivo. A carteira, que entra em vigor em 2017, reúne as 34 empresas mais cotadas nos exercícios de 2016 e 2017. A PwC iniciou a prestação de serviços em abril de 2016.
 (ii) Índice de Satisfação do Cliente: a EDP Energias do Brasil recebeu o prêmio de melhor negociação e representatividade na BM&F BOVESPA; (iii) FTSE4Good: amplamente reconhecido por investidores internacionais, o índice da FTSE Russell analisa os desempenhos Ambienta, Social e de Governança (ASG) das companhias cotadas em bolsa. A EDP Energias do Brasil integrou o ranking FTSE4Good dos mercados emergentes, comprovando suas melhores práticas nos questionários ASG; (iv) ALIAS 20: a Companhia foi eleita líder em sustentabilidade no Brasil e no mundo em 2016; (v) Melhor Empresa do Brasil 2016, o maior reconhecimento das empresas avaliadas; (vi) Vigeo Eiris Emerging 70 Ranking: a EDP Energias do Brasil foi classificada pela Vigeo Eiris como uma das 70 companhias com as melhores práticas ASG no mercado emergente, destacando-se entre 842 empresas de 31 países emergentes; (vii) Guia Exame de Sustentabilidade: a empresa foi reconhecida pelo 7º ano consecutivo como modelo em sustentabilidade no Brasil pela Revista Exame; (viii) Empreendedor do ano: o Projeto Cultura EDP recebeu o Miguel Setzer Award por ser reconhecido como um dos projetos mais inovadores de 2016 no mundo; (ix) Melhor Empresa do Brasil 2016, o maior reconhecimento das empresas avaliadas; (x) Melhor Relatoário Anual: empresa brasileira premiada pelo Guia Exame de Sustentabilidade; (xi) América Economia: a EDP Energias do Brasil foi destacada, dentre as 100 analisadas, a 3ª melhor empresa em práticas de Governança Corporativa segundo ranking da revista América Economia; (xii) Troféu Transparência: a EDP Energias do Brasil conquistou pela 4ª vez o Troféu Transparência, constante em desempenho com base nos Fundamentos e Critérios de Excelência; (xiii) As Melhores Empresas para Trabalhar: a EDP Energias do Brasil recebeu a qualidade das Demonstrações Financeiras Consolidadas das EDP Energias do Brasil; (xiv) Prêmio IASC: a EDP Escelas conquistou a medalha de prata no Prêmio IASC 2016, índice ANEEL de Satisfação do Consumidor; (xv) Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ): a EDP Bandeirante foi destaque no critério Processos do PNQ, com o PNO concedido pela Fundação Nacional da Qualidade (FNU). Realizada anualmente, a premiação reconhece empresas que adotaram o pensamento de qualidade em suas atividades; (xvi) Prêmio IASG: a Companhia foi premiada pelo 2º ano consecutivo por ser reconhecida como uma das 100 melhores empresas do Brasil, avaliada pela revista Vócs S.A. com base no seu desempenho em sustentabilidade; (xvii) Prêmio Fênix: a Companhia recebeu o prêmio de melhor

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)		Controladora				Consolidado					
	Nota	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015		Nota	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO											
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	5	902.262	63.653	2.017.709	1.149.998	Forneceadores	22	13.161	13.203	1.123.578	1.308.019
Títulos a receber	8	3.442	2.423		106	Impostos e contribuições sociais	9	82.855	40.990	452.742	452.742
Contas a receber	6			1.696.312	2.173.335	Tributos diferidos	10			884	56.209
Impostos e contribuições sociais	9	163.763	136.268	426.147	284.735	Dividendos	14	284.653	304.473	388.709	420.949
Tributos diferidos	10			27.890		Debitantes	23	372.526	284.505	693.331	538.638
Empréstimos a receber	11	50.773	70.179	50.773	70.179	Benefícios pós-emprego	24		6.040	378.169	270.989
Dividendos a receber	14	208.394	314.674		338	Encargos setoriais	25	112	92	34.933	28.391
Estoque	12			129.997	74.313	Provisões	26			204.690	288.244
Cauções e depósitos vinculados	13	222	222	11.115	22.273	Provisões para passivo a descoberto	28		12.163	154.669	197.013
Ativos financeiros setoriais	7			58.662	664.410	Passivos financeiros setoriais	7			353.527	11.308
Outros créditos	15	53.774	13.872	235.302	301.282	Outras contas a pagar	15	19.030	50.293	179.941	324.463
Ativos não circulantes mantidos para venda	16	1.382.630	801.291	4.663.745	4.740.879	Passivos não circulantes mantidos para venda	16	772.337	711.759	3.976.461	3.912.864
Total do Ativo Circulante		1.382.630	712.427	4.663.745	4.863.321	Total do Passivo Circulante		772.337	711.759	3.976.461	3.912.864
Não circulante											
Títulos a receber	8	23.181	22.586		3.407	Forneceadores	22			3.892	61.865
Ativo financeiro indemonstrável	19			1.653.978	1.230.134	Impostos e contribuições sociais	9	33.027	40.400	51.072	61.865
Contas a receber	6			106.513	72.365	Tributos diferidos	10	184.668	186.961	338.973	377.111
Títulos e valores mobiliários	11	98.122		90.122	84.527	Debitantes	23	823.173	335.048	1.864.603	1.864.603
Impostos e contribuições sociais	9			107.185	84.527	Benefícios pós-emprego	24		294.695	2.110.907	3.512.260
Tributos diferidos	10			916.507	620.814	Encargos setoriais	25			599.715	439.581
Empréstimos a receber	11	261.189	301.063	17.640	16.149	Provisões	26			344.628	386.365
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	64.600	35.296	64.600	13.000	Provisões para passivo a descoberto	28	12.478	28.174	344.628	386.365
Cauções e depósitos vinculados	13	5.923	10.649	188.592	178.581	Passivos financeiros setoriais	7		25	109.434	27.797
Ativos financeiros setoriais	7			12.701	98.234	Outras contas a pagar	15	3.981	690	28.219	36.165
Outros créditos	15	4.987	17.531	79.326	46.177	Total do Passivo Não Circulante		1.058.406	1.432.998	6.282.397	6.999.723
Investimentos	17	458.002	387.125	3.245.164	2.364.388	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Propriedades para investimentos	17	7.468.122	6.822.338	1.181.259	895.368	Capital social	29.1	4.682.716	3.182.716	4.682.716	3.182.716
Imobilizado	20	24.116	21.974	7.422.433	7.621.448	Reservas de capital	29.3	135.499	139.717	135.499	139.717
Intangível	21	16.179	6.947	2.718.674	2.700.070	Reservas de lucros	29.3	3.065.860	2.729.258	3.065.860	2.729.258
Total do Ativo Não Circulante		7.514.417	6.856.259	11.334.917	11.184.631	Outros resultados abrangentes	29.4	(354.811)	(233.423)	(354.811)	(233.423)
TOTAL DO ATIVO		9.354.049	7.955.811	19.243.826	18.412.340	Ativos em tesouraria	29.5	(5.958)	(6.614)	(5.958)	(6.614)
						Total do Patrimônio Líquido e Participações dos acionistas não controladores	29.6	7.523.306	5.811.654	7.523.306	5.811.654
						TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.354.049	7.955.811	19.243.826	18.412.340

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)		Controladora		Consolidado	
	Nota	2016	2015	2016	2015
			Reapresentado		Reapresentado
Recetas	30	5.820	3.828	9.364.772	10.260.434
Custos	31				
Custo do serviço de energia elétrica				(5.088.027)	(6.534.868)
Custo da produção da energia elétrica				(602.344)	(861.880)
Custo de operação				(1.013.729)	(803.978)
Custo do serviço prestado a terceiros				(495.916)	(328.379)
Lucro bruto		5.820	3.828	2.165.056	2.231.330
Despesas e Recetas operacionais					
Despesas com vendas	31			(102.801)	(75.194)
Despesas gerais e administrativas	31	(103.448)	(117.810)	(414.553)	(419.677)
Depreciações e amortizações	31	(9.301)	(8.960)	(104.823)	(81.633)
Ganho na aquisição/alienação de investimento	32	278.139	953.643	278.139	953.643
Outras despesas e receitas operacionais	31	(6.773)	1.076	(63.947)	(108.492)
Resultado das participações societárias	17	155.617	827.949	(407.685)	270.647
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos	17	544.254	714.665	(115.443)	(113.774)
Resultado financeiro	33	705.691	1.546.442	1.841.928	2.388.203
Recetas financeiras	33	175.679	62.678	607.082	454.421
Despesas financeiras	33	(217.081)	(222.578)	(1.259.823)	(1.079.938)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	34	664.309	1.386.542	989.187	1.762.686
Tributos sobre o lucro	34				
Imposto de renda e contribuição social corrente		2.293	(117.810)	(421.631)	(127.274)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.293	(117.810)	262.399	(229.040)
Resultado líquido do exercício		666.602	1.265.936	(158.232)	1.406.372
Atribuível aos acionistas controladores		(41.382)	(159.909)	(852.741)	(625.517)
Atribuível aos acionistas não controladores					
Resultado por ação atribuível aos acionistas	35				
Resultado básico por ação (reais/ações)		1,23072	2,66191	1,23072	2,66191
Resultado diluído por ação (reais/ações)		1,22747	2,66191	1,22747	2,66191

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)		Controladora		Consolidado	
	Nota	2016	2015	2016	2015
			Reapresentado		Reapresentado
Recetas do valor adicionado		296.100	969.342	14.858.434	17.702.076
Receta operacional		6.181	3.907	14.001.371	16.239.427
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Dúvida - PECLD				(102.801)	(74.514)
Receta relativa a construção de ativos próprios		15.653	5.432	133.383	99.770
Receta de Construção				480.650	317.343
Outras receitas		274.266	959.913	345.823	1.120.050
(i) Insumos adquiridos de terceiros		(74.898)	(76.116)	(7.533.915)	(8.894.145)
Custos da energia comprada				(5.085.331)	(6.679.561)
Encargos de uso de rede elétrica				(525.074)	(508.224)
Matéria-prima e insumos para produção energia elétrica		(1.053)	(1.137)	(94.507)	(59.152)
Serviços de terceiros		(57.031)	(51.672)	(602.344)	(371.794)
Custo com construção da infraestrutura		(16.814)	(23.307)	(490.650)	(317.343)
Outros custos operacionais				(179.870)	(251.523)
Valor adicionado bruto		221.202	893.226	7.324.519	9.007.931
Retenções					
Depreciações e amortizações		(9.301)	(8.960)	(552.568)	(468.556)
Valor adicionado líquido produzido		211.901	884.266	6.771.951	8.539.375
Valor adicionado recebido em transferência					
Recetas financeiras		205.247	86.393	649.817	537.817
Resultado da equivalência patrimonial		544.254	714.665	(115.443)	(113.774)
Valor adicionado total a distribuir		961.402	1.685.324	7.306.325	8.963.418
Distribuição do valor adicionado					
Personal					
Remuneração direta		35.175	30.588	286.461	262.561
Benefícios		4.843	3.807	85.224	68.384
FGTS		1.212	2.854	21.377	32.714
Impostos, taxas e contribuições		32.864	149.574	2.369.564	3.596.984
Federais		29	42	2.410.299	2.431.552
Municipais		756	691	11.016	8.384
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros		217.061	222.578	1.265.905	1.133.398
Aluguéis		2.860	8.870	25.524	22.529
Remuneração de capital próprio					
Juros sobre capital próprio		330.000	14.592	336.851	14.592
Participações dos não controladores				148.182	130.172
Dividendos				288.257	70.177
Partes beneficiárias				16.191	10.264
Lucros retidos		624.800	722.237	7.046.791	8.000.331
Lucros retidos		336.632	363.087	2.573.229	2.987.067
Total		961.402	1.685.324	7.306.325	8.963.418

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)		Controladora		Consolidado	
	Nota	2016	2015	2016	2015
Resultado líquido do exercício		666.602	1.265.936	830.955	1.406.372
Outros Resultados Abrangentes					
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias		(121.388)	(40.836)	(121.396)	(40.756)
Resultado abrangente do exercício		545.214	1.225.100	709.559	1.365.616
Atribuível aos acionistas controladores		(41.382)	(159.909)	(852.741)	(625.517)
Atribuível aos acionistas não controladores				164.345	140.516

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Nota	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais									
Lucro antes do impacto de renda e da contribuição social									
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		664.309	1.386.542	989.187	1.762.686				
Tributos diferidos				(102.507)	11.256				
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Dúvida - PECLD				102.801	74.514				
Depreciações e amortizações		9.302	8.959	540.433	457.932				
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		91	(17)	5.424	24.112				
Ganhos e perdas na alienação de bens e direitos				15.301	43.737				
Juros e atualizações monetárias dos contratos de mútuo				(13.367)	(10.619)				
Ativos e passivos financeiros setoriais		(55.475)	(37.952)	(35.393)	(54.959)				
Forneceadores - atualização monetária - Energia livre				12.231	10.170				
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		193.943	190.517	870.753	715.220				
Uso do bem público - atualização monetária e AVP				38.646	47.601				

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A EDP - Energias do Brasil S.A. (Companhia, Controladora ou EDP - Energias do Brasil), sociedade anônima de capital aberto, constituída em 24 de julho de 2000, com sede no município de São Paulo, tem como objeto social: (i) participar em outras sociedades, como acionista ou quotista, bem como prestar serviços em negócios e empreendimentos do setor energético, no Brasil ou no exterior; (ii) gerar ativos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades; e (iii) estudar, desenvolver e implantar projetos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades. As ações da Companhia, sob o código "ENBRF", estão registradas no mais elevado nível de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores e Mercadorias e Futuros, denominado Novo Mercado. Adicionalmente, as ações da Companhia integram as cotações das seguintes índices na BM&FBOVESPA: Índice Bovespa - Bovespa; Índice de Energia Elétrica - IEE; e Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE. A Companhia possui as seguintes participações nas controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas:

Empresas	Classificação	% Participação				
		31/12/2016	31/12/2015			
		Consolidação	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Distribuição						
Bandeirante Energia S.A. (EDP Bandeirante)	Controlada	Integral	100,00		100,00	
Espirito Santo Centrais Elétricas S.A. (EDP Escelata)	Controlada	Integral	100,00		100,00	
Geração						
Energset S.A. (Energset)	Controlada	Integral	100,00		100,00	
Costa Rica Energética Ltda. (Costa Rica)	Controlada	Integral	51,00		51,00	
Pantanal Energética Ltda. (Pantanal*)	Controlada	Integral				100,00
Santa Fé Energia S.A. (Santa Fé)	Controlada	Integral	100,00		100,00	
EDP Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A. (EDP PCH) (**)	Controlada	Integral	100,00		100,00	
Lajeado Energia S.A. (Lajeado)	Controlada	Integral	55,86		55,86	
Companhia Energética do Espírito Santo (CEIA)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00		50,00	
ECE Participações S.A. (ECE Participações)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial da CEIA	50,00	50,00	50,00	50,00
Investo S.A. (Investo)	Controlada	Integral	60,00	40,78	60,00	40,78
Enerpele S.A. (Enerpele)	Controlada	Integral	100,00		100,00	
Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (Cachoeira Caldeirão)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00		50,00	
Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (Porto do Pecém)	Controlada	Integral	100,00		100,00	
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A. (Pecém TM)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00		50,00	
Pecém Energia e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A. (Pecém OM)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00		50,00	
Empresa de Energia São Manoel S.A. (São Manoel)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	33,334		33,334	
Comercialização						
EDP - Comercialização e Serviços de Energia Ltda. (EDP Comercializadora)	Controlada	Integral	100,00		100,00	
Outras						
EDP Transmissão S.A. (EDP Transmissão) (***)	Controlada	Integral	100,00		100,00	
EDP GRID Gestão de Redes Inteligentes de Distribuição S.A. (EDP GRID)	Controlada	Integral	100,00		100,00	
EDP Soluções em Energia S.A. (EDP Soluções) (***)	Controlada	Integral		100,00		100,00
Resende Engenharia e Projetos Ltda. (Resende)	Controlada	Integral	100,00		100,00	
Mabe Construções e Administração de Projetos Ltda. (Mabe)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00		50,00	
Comercializadora de equipamentos e materiais Mabe Ltda. (Mabe Chile)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial da Mabe Construções		50,00		50,00

(*) Em 29 de janeiro de 2016 a Companhia concluiu a venda de sua participação no Pantanal para a Cachoeira Escura Energética (Nota 4.4).
 (***) A EDP PCH foi constituída devido a cisão da controlada Energset em 29 de fevereiro de 2016 (Nota 4.2).
 (****) Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária - AGE da Energset, realizada em 1º de dezembro de 2016, a alteração da denominação social da "Enercoot S.A." para "EDP Transmissão S.A.". A EDP Transmissão será a companhia responsável por abrigar os investimentos relativos à construção de linha de transmissão no Estado do Espírito Santo (Nota 4.14).
 (*****) Foi aprovada em AGE da APS Soluções, realizada em 2 de agosto de 2016, a alteração da denominação social da "APS Soluções em Energia S.A." para "EDP - Soluções em Energia S.A."

2 Concessões, Autorizações e Registros

A Companhia possui o direito de explorar, indiretamente, as seguintes concessões/autorizações/permisões de geração e de distribuição de energia:

Em Operação

Empresas	Usina	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade Instalada (MWm) (*)	Energia assegurada (MWm) (*)	Início	Término	Prorrogação	Indenização
Distribuição										
EDP Bandeirante		Serviço Público	Concessão	SP			23/10/1998	23/10/2028	Podem ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
EDP Escelata		Serviço Público	Concessão	ES			17/07/1995	17/07/2025	Podem ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
Geração										
Energset	UHE Mascarenhas	Serviço Público	Concessão	ES/MG	198,00	138,50	14/07/1995	16/07/2025	Podem ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
EDP PCH	PCHs Vçosa e São João	Produtor Independente	Autorização	ES	29,50	15,47	19/05/1999	19/05/2029	Podem ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
EDP PCH	PCHs Vçosa e Rio Bonito	Produtor Independente	Concessão	ES	29,50	37,65	14/07/1995	16/07/2025	Podem ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
Santa Fé	PCH Francisco Gros	Produtor Independente	Autorização	ES	29,00	15,58	13/11/2001	13/11/2031	Podem ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
Costa Rica	PCH Costa Rica	Produtor Independente	Autorização	MS	16,00	12,28	05/11/2001	05/11/2031	Podem ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
Enerpele	UHE Peixe Angical	Produtor Independente	Concessão	TO	498,75	280,50	07/11/2001	07/11/2036	Podem ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
Investo	UHE Luiz Eduardo Magalhães	Produtor Independente	Concessão	TO		902,50	15/01/1988	15/01/2033	Podem ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
ECE Participações	UHE Santo Antônio do Jari	Produtor Independente	Concessão	PA/AP		217,70	21/12/1987	31/12/2044	20 anos	(ii)
Porto do Pecém	UTE Porto do Pecém I	Produtor Independente	Autorização	CE		720,27	01/07/2008	01/07/2043	Sem previsão de prorrogação na legislação atual	(iii)
Cachoeira Caldeirão	UHE Cachoeira Caldeirão	Produtor Independente	Concessão	AP	219,00	129,70	29/05/2013	29/05/2048	Sem previsão de prorrogação na legislação atual	(ii)

Em fase de construção

Empresas	Usina	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade Instalada (MWm) (*)	Energia assegurada (MWm) (*)	Início	Término	Prorrogação	Indenização
São Manoel	UHE São Manoel	Produtor Independente	Concessão	PA	700,00	421,70	10/04/14	10/04/49	Sem previsão de prorrogação na legislação atual	(ii)

(*) Não auditado pelos auditores independentes.
 (i) No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.
 (ii) No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados às UHEs ou PCHs passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos posteriores, não previstos no projeto original e ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. O valor será apurado mediante auditoria própria do Poder Concedente.
 (iii) Não existe previsão de indenização.

2.1 Distribuição

Contratos de Concessão das controladas EDP Bandeirante e EDP Escelata
 As principais obrigações estabelecidas nos contratos de concessão são as seguintes:
 Concedente: fiscalização do cumprimento do contrato; garantir a prestação do serviço de forma adequada; prorrogar o prazo do contrato, se for necessário, para garantir a qualidade do atendimento a custos adequados; reajustar as tarifas para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato; e quando receber a concessão deverá indenizar, conforme disposto na lei, as parcelas dos investimentos vinculados, não amortizados ou depreciados na data da reversão, descontado, no caso da outorga, o valor das multas contratuais e dos danos causados pela Companhia.
 EDP Bandeirante e EDP Escelata: manter permanentemente atualizado o cadastro dos bens e das instalações; manter equipamentos em perfeitas condições de funcionamento e ter as condições técnicas para assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços; cobrar pelo fornecimento e pela conservação de energia elétrica às tarifas homologadas pela ANEEL; e efetuar os investimentos necessários para garantir a prestação do serviço.

2.1.1 Interpretação ITCPC OI (RI) - Contratos de Concessão
 A ITCPC OI (RI), aprovada pela Deliberação CVM nº 677/11, é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controladora ou reguladora dos serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preprou e para quem deve ser prestado o serviço, e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Desta forma, esta interpretação é aplicável aos contratos de concessão de distribuição de EDP Bandeirante e EDP Escelata.
 De acordo com a ITCPC OI (RI), os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, que são o modelo do ativo financeiro, o modelo do ativo intangível e o modelo bifurcado.

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.
 • Modelo do ativo intangível
 Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários por meio da prestação de serviço.
 • Modelo bifurcado

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.
 Como a EDP Bandeirante e a EDP Escelata são remuneradas: (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão; e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica, então, aplica-se o modelo bifurcado.
 Devido à implementação da ITCPC OI (RI), os ativos da infraestrutura de distribuição foram bifurcados da seguinte forma: (i) Ativo financeiro indiretável (Nota 19) - composto pela parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final do contrato de concessão, e que serão objeto de indenização pelo Poder Concedente; e (ii) intangível (Nota 21) - compreendendo o direito ao uso, durante o período da concessão, da infraestrutura construída ou adquirida anteriormente, consequentemente, ao direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de fornecimento de energia elétrica ao longo do contrato de concessão.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.018/57, os ativos de infraestrutura utilizados na distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retrocedidos, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.
 A Resolução ANEEL nº 891/15, regulamenta a desvinculação dos ativos vinculados a concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis a concessão, quando destinados à doação de interesse social ou alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

2.2 Geração
 Nas concessões, registros e autorizações de geração as companhias têm ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições constantes nos contratos de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções, resoluções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.
 Também é estabelecido que, extinta a concessão a autorização ou o registro, operar-se-á, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente, dos bens e instalações vinculadas a exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, procedendo-se ao levantamento e as avaliações.

3 Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.
 A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.
 A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente estas, estão sendo orientadas e que correspondem ao Plano de benefícios pós-emprego que a Companhia e suas controladas estão apresentando aos seus empregados.
 A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2017.

3.2 Práticas contábeis
 As práticas contábeis relevantes da Companhia e suas controladas estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.
 3.3 Base de mensuração
 As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros em valores de mercado ao valor justo.
 3.4 Uso de estimativa e julgamento
 Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e de suas controladas se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.
 Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo método trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 3.7.
 As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, são as relativas aos seguintes itens: Análises de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 3.7); Fornecimento não faturado (Nota 6); Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 6.3); Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 6.4); Ativos e passivos financeiros setoriais (Nota 7); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferido sobre projetos de redução de despesas e encargos temporários (Nota 10); Ativo Financeiro Indenizável (Nota 19); Avaliação de vida útil do imobilizado e do intangível (Notas 20 e 21); Plano de benefícios pós-emprego (Nota 25); Provisões para contingências (Nota 28.1); Provisões necessárias para custos relacionados à licenças ambientais (Nota 28.2); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 38.1.2).

3.5 Moeda funcional e moeda de apresentação
 A moeda funcional da Companhia e de suas controladas, que operam no Brasil, é o Real e as demonstrações individuais e consolidadas são apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.9 Representações dos executivos anteriores

3.9.1 Demonstração do Resultado

	Controladora		Consolidado		Reapresentação para melhor apresentação	Saldo Reapresentado
	Publicado	Recorrec	Publicado	Atualização do Ativo financeiro Indenizável		
Receitas						
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	3.828		3.828	10.107.957	152.477	
Custo do serviço de energia elétrica				(6.492.377)	(42.491)	(6.534.868)
Lucro Bruto			3.828	3.828	2.121.344	2.321.330
Despesas e Receitas operacionais						
Outras despesas e receitas operacionais	1.076		1.076	45.985	(152.477)	(106.492)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos	1.546.442		1.546.442	2.430.694	(42.491)	2.388.203
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	84.309	(21.630)	62.678	478.477		(24.056)
Despesas financeiras	(244.208)	21.630	(222.578)	(1.146.485)		24.056
Resultado líquido do exercício	1.265.936		1.265.936	1.406.372		1.406.372

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

3.9.2 Demonstração do Valor Adicionado

Geração do valor adicionado	Controladora		Consolidado	
	Publicado	Reapresentação pelo melhor apresentação	Saldo Reapresentado	Saldo atualizado (a) / Variação cambial
	Publicado	Publicado	Atualização do Ativo financeiro (individual) (a)	Reapresentação para melhor apresentação
Receita operacional	969.342	-	969.342	152.477
Custos da energia comprada	9.997	-	3.997	152.477
Custos da energia operacional	-	-	(6.637.340)	(42.221)
Outros custos operacionais	(23.307)	(23.307)	(99.046)	(152.477)
Valor adicionado bruto	936.038	936.038	893.228	9.050.152
Valor adicionado líquido distribuído	884.286	884.286	8.581.596	(42.221)
Distribuição do valor adicionado	1.685.324	1.685.324	9.005.639	(42.221)
Impostos, taxas e contribuições Federais	-	-	-	-
Remuneração de capitais de terceiros	127.944	21.630	149.574	3.572.928
Juros	244.208	(21.630)	222.578	1.200.215
	1.685.324	1.685.324	9.005.639	(42.221)

(a) **Atualização do ativo financeiro indenizável**
A EDP Bandeirante e UHE são a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão, originalmente apresentada sob a rubrica de "Outras despesas e receitas operacionais", podendo ser melhor apresentada na rubrica de "Receitas", em conjunto com as demais receitas relacionadas com a atividade fim, por refletir mais apropriadamente o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e propiciar a melhor apresentação de desempenho. Tal conclusão está suportada no fato de que investir em infraestrutura é uma das principais atividades de seu negócio e o seu modelo de gestão está suportado em controlar a construção, manutenção e operação dessa infraestrutura. Ademais as distribuidoras possuem o direito incondicional de receber os juros no término das operações pelo que os amortizados, devidamente atualizados pelo VNR segundo o modelo de regulação definido pela ANEL e cada Revisão Tarifária, sendo o poder concedente responsável por esse financiamento quando do término do concessão. Destes modo, as receitas tarifárias, que são classificadas na rubrica de "Receitas", representam tanto o retorno do ativo intangível quanto uma parte do retorno do ativo financeiro, sendo tais desses dois ativos integrarem a base regulatória de remuneração.

4. Eventos significativos no exercício

4.1 Captações de recursos

Durante o exercício de 2016 as controladas e controladas em conjunto, realizaram as seguintes captações de recursos:

Empresa	Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
Consolidado						
EDP Bandeirante	Debêntures - 6 ^o Emissão	lev/16	lev/20	100.000	CDI + 2,30% a.a.	Alongamento da dívida e financiamento de capital de giro
EDP Escala	Debêntures - 4 ^o Emissão	lev/16	lev/20	120.000	CDI + 2,30% a.a.	Alongamento da dívida e financiamento de capital de giro
EDP - Energias do Brasil	Debêntures - 3 ^o Emissão	abr/16	abr/19	17.800	IFCC + 5,34% a.a.	Distribuição a investidores em projetos da Companhia
Energset	Debêntures - 2 ^o Emissão - Série 1	abr/16	abr/18	36.000	CDI + 2,25% a.a.	Reforço de capital de giro e refinanciamento do endividamento da emissora
Energset	Debêntures - 2 ^o Emissão - Série 2	abr/16	abr/20	54.000	CDI + 2,25% a.a.	Reforço de capital de giro e refinanciamento do endividamento da emissora
EDP Bandeirante	BNDSES FINEM (Liberação)	dez/16	dez/24	17.800	IFCC + TR + 3,05% a.a. / TJLP + 3,05% a.a.	Financiamento de obras de infraestrutura da concessão
EDP Escala	BNDSES FINEM (Liberação)	mai/16	dez/24	8.250	CDI + 6% a.a.	Financiamento de obras de infraestrutura da concessão
EDP Soluções	Cédula de Crédito Bancário	set/16	jun/17	9.000	CDI + 3,15003% a.a.	Investimentos em Projetos
Energise	1 ^o Emissão de Debêntures	dez/16	nov/19	350.000	114,6% do CDI a.a.	Reforço de capital de giro
Porto do Pecém	1 ^o Emissão de Debêntures	dez/16	nov/21	330.000	CDI + 2,95% a.a.	Liquidação antecipada do financiamento junto ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento)
Porto do Pecém	Cédula de Câmbio	dez/16	dez/19	150.000	CDI + 2,73% a.a.	Liquidação antecipada do financiamento junto ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento)
				1.425.050		

Controladas em conjunto (não consolidada nestas demonstrações financeiras)

Empresa	Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
São Manoel	Debêntures - 2 ^o Emissão	jan/16	dez/16	532.000	120,5% do CDI a.a.	Investimento para a construção da UHE São Manoel
São Manoel	Debêntures - 3 ^o Emissão	set/16	dez/18	280.000	CDI + 4,35% a.a.	Investimento para a construção da UHE São Manoel
São Manoel	BNDSES FINEM (Liberação)	abr/16	dez/24	862.498	TJLP - 2,88% a.a.	Investimento para a construção da UHE São Manoel
Cachoeira Caldeirão	BNDSES FINEM (2 ^o liberação)	out/16	out/27	83.426	TJLP + 2,12% a.a.	Investimento para a construção da UHE Cachoeira Caldeirão
Cachoeira Caldeirão	BNDSES FINEM (3 ^o liberação)	dez/16	out/27	49.113	TJLP + 2,12% a.a.	Investimento para a construção da UHE Cachoeira Caldeirão
				1.957.938		
				3.382.085		

O Fator X é calculado em função dos componentes "Pd" (ganhos de produtividade) e "T" (trajetória para adequação de custos operacionais), que irão depender portanto não só, além de componente "Q" (incentivo à qualidade), recalculado a cada processo tarifário. Os valores foram homologados em: "Pd": 1,15%; "T": 0,00% e "Q": -0,36%.

Na composição da revisão tarifária de 2016 destacam-se os componentes de Remuneração do Capital e Quota de Reintegração Regulatória, derivados das Bases de Remuneração Regulatória homologada. A Base de Remuneração Bruta foi de R\$53,53 bilhões e a Base de Reintegração Líquida de R\$2,015 bilhões.

Para as Perdas Técnicas e Perdas Não Técnicas, os índices regulatórios definidos pela ANEL serão de 7,14% e 11,45%, respectivamente, até a próxima Revisão Tarifária. Cabe ressaltar que os índices permanecerão constantes ao longo do ciclo tarifário, sem trajetória de redução.

O ajuste financeiro reconhecido pela ANEL neste processo foi negativo em R\$41 milhões, referente à diferença entre os custos não generáveis (energia, transporte e encargos) homologados e os efetivamente incorridos pela EDP Escala no período de concessão.

4.10 Resolução Normativa ANEL nº 71/16 - ECOPE bilateral - EDP Bandeirante e EDP Escala
O ajuste financeiro reconhecido pela ANEL neste processo foi negativo em R\$41 milhões, referente à diferença entre os custos não generáveis (energia, transporte e encargos) homologados e os efetivamente incorridos pela EDP Escala no período de concessão.

4.11 Resolução Normativa ANEL nº 71/16 - ECOPE bilateral - EDP Bandeirante e EDP Escala
Em decorrência da situação financeira das concessionárias do Estado do Ceará, o Governo do Estado por meio do Decreto nº 32.044 de 16 de setembro de 2016, estabeleceu a cobrança do Encargo Hidro Elétrico Emergencial - EHE a ser incidido sobre as indústrias termoeletricas do Estado, cobrado mensalmente com base no consumo verificado no valor de R\$7.210,00 a cada 1.000 metros cúbicos.

Em 13 de outubro de 2016 a UTE Pecém apresentou ao ANEEL requerimento administrativo com o fim de obter, cautelarmente, a aplicação de novo valor de Custo Variável Unitário (CVU) da energia gerada pela UTE Pecém I, face à cobrança do novo encargo visto que o mesmo afetaria a equação econômico-financeira dos OCEARs.

Tal requerimento teve por objetivo recompor o equilíbrio econômico-financeiro do CVU de forma que o negócio não seja afetado por estar depreciado, aliado aos ajustes, conforme autorizado em seus próprios contratos.

A ANEL, por meio do Despacho nº 3.295 de 16 de dezembro de 2016, negou providência ao requerimento tendo o Porto do Pecém interposto pedido de reconsideração ainda pendente de julgamento.

Mediante os fatos, o Porto do Pecém ingressou com ação judicial em face do Governo do Estado, da Ceará e da Companhia de Recursos Hídricos - COGERH, visando obter provimento judicial para afastar a aplicação da Lei Estadual nº 16.103/16, da Resolução do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CONERH nº 06/16 e do Decreto Estadual nº 32.044/2016 para tornar inexistente o EHE na UTE (Nota 28.1.2).

Em face do processo de Revisão Tarifária, a ANEL atualiza os custos regulatórios passíveis de gerenciamento pela distribuidora (Parcela B), enquanto os custos não generáveis (Parcela A) e os itens financeiros são atualizados com base na variação de preços verificada nos últimos dez meses anteriores e da conformidade política da administração. Os custos não generáveis são atualizados com base no saldo atualizado de R\$28.862,00. O IFRM separado para o período tarifário é de 10,66% e o Fator X de 1,12%. O ajuste dos itens financeiros reconhecido pela ANEL neste processo é de: R\$337,916, referente à diferença entre os custos não generáveis (energia, transporte e encargos) homologados e os efetivamente incorridos pela companhia no período de concessão.

Cabe ressaltar que a ANEL acatou parcialmente o pleito da EDP Bandeirante referente ao Ciclo Administrativo da Revisão Tarifária de 2015, resultando em novos índices regulatórios para as Perdas Não Técnicas de Baixa Tensão para o ciclo tarifário 2015-2019. A diferença entre o novo índice e o índice homologado foi de R\$ 14,65 mil.

4.14 EDP - Energias do Brasil vende Lot 24 do Leilão de Transmissão
Em 28 de outubro de 2016 a Companhia comunicou ao mercado que arrematou o lote 24 da 2^a Etapa do Leilão para Concessão do Serviço Público de Transmissão do Estado de Pernambuco nº 01/2015, realizado pela ANEL. O lote é composto por uma linha de transmissão de 113 km em uma subestação localizadas no Estado do Espírito Santo com as seguintes características: (i) Receita Anual Permitida - RAP de R\$ 20,7 milhões, atualizada pelo IPCA; (ii) Prazo de entrada em operação de 32 meses; (iii) Investimento total estimado de R\$ 116 milhões; e (iv) Benefícios fiscais aplicáveis de Sudene, Reld e Invest-ES.

O investimento do projeto prevê a obtenção de dívida de longo prazo junto ao BNDES e emissão de Debêntures de Infraestrutura com alavancagem total estimada de 60%.

A entrada no segmento de Transmissão permitirá a Companhia diversificar a sua atuação na cadeia de valor do setor elétrico com rentabilidade adequada, propiciando a redução de custos e risco operacional. As complementarizações na construção de projetos hidroeletricos e a experiência no segmento de distribuição, em particular no Estado do Espírito Santo, serão determinantes para o desenvolvimento bem-sucedido deste projeto.

4.15 Pagamento antecipado do financiamento junto ao BID Interamericano de Desenvolvimento - BID - Porto do Pecém
Em 27 de agosto de 2016 a Companhia comunicou ao mercado que arrematou o lote 24 da 2^a Etapa do Leilão para Concessão do Serviço Público de Transmissão do Estado de Pernambuco nº 01/2015, realizado pela ANEL. O lote é composto por uma linha de transmissão de 113 km em uma subestação localizadas no Estado do Espírito Santo com as seguintes características: (i) Receita Anual Permitida - RAP de R\$ 20,7 milhões, atualizada pelo IPCA; (ii) Prazo de entrada em operação de 32 meses; (iii) Investimento total estimado de R\$ 116 milhões; e (iv) Benefícios fiscais aplicáveis de Sudene, Reld e Invest-ES.

O investimento do projeto prevê a obtenção de dívida de longo prazo junto ao BNDES e emissão de Debêntures de Infraestrutura com alavancagem total estimada de 60%.

A entrada no segmento de Transmissão permitirá a Companhia diversificar a sua atuação na cadeia de valor do setor elétrico com rentabilidade adequada, propiciando a redução de custos e risco operacional. As complementarizações na construção de projetos hidroeletricos e a experiência no segmento de distribuição, em particular no Estado do Espírito Santo, serão determinantes para o desenvolvimento bem-sucedido deste projeto.

Em face do processo de Revisão Tarifária, a ANEL atualiza os custos regulatórios passíveis de gerenciamento pela distribuidora (Parcela B), enquanto os custos não generáveis (Parcela A) e os itens financeiros são atualizados com base na variação de preços verificada nos últimos dez meses anteriores e da conformidade política da administração. Os custos não generáveis são atualizados com base no saldo atualizado de R\$28.862,00. O IFRM separado para o período tarifário é de 10,66% e o Fator X de 1,12%. O ajuste dos itens financeiros reconhecido pela ANEL neste processo é de: R\$337,916, referente à diferença entre os custos não generáveis (energia, transporte e encargos) homologados e os efetivamente incorridos pela companhia no período de concessão.

Cabe ressaltar que a ANEL acatou parcialmente o pleito da EDP Bandeirante referente ao Ciclo Administrativo da Revisão Tarifária de 2015, resultando em novos índices regulatórios para as Perdas Não Técnicas de Baixa Tensão para o ciclo tarifário 2015-2019. A diferença entre o novo índice e o índice homologado foi de R\$ 14,65 mil.

4.14 EDP - Energias do Brasil vende Lot 24 do Leilão de Transmissão
Em 28 de outubro de 2016 a Companhia comunicou ao mercado que arrematou o lote 24 da 2^a Etapa do Leilão para Concessão do Serviço Público de Transmissão do Estado de Pernambuco nº 01/2015, realizado pela ANEL. O lote é composto por uma linha de transmissão de 113 km em uma subestação localizadas no Estado do Espírito Santo com as seguintes características: (i) Receita Anual Permitida - RAP de R\$ 20,7 milhões, atualizada pelo IPCA; (ii) Prazo de entrada em operação de 32 meses; (iii) Investimento total estimado de R\$ 116 milhões; e (iv) Benefícios fiscais aplicáveis de Sudene, Reld e Invest-ES.

O investimento do projeto prevê a obtenção de dívida de longo prazo junto ao BNDES e emissão de Debêntures de Infraestrutura com alavancagem total estimada de 60%.

A entrada no segmento de Transmissão permitirá a Companhia diversificar a sua atuação na cadeia de valor do setor elétrico com rentabilidade adequada, propiciando a redução de custos e risco operacional. As complementarizações na construção de projetos hidroeletricos e a experiência no segmento de distribuição, em particular no Estado do Espírito Santo, serão determinantes para o desenvolvimento bem-sucedido deste projeto.

4.15 Pagamento antecipado do financiamento junto ao BID Interamericano de Desenvolvimento - BID - Porto do Pecém
Em 27 de agosto de 2016 a Companhia comunicou ao mercado que arrematou o lote 24 da 2^a Etapa do Leilão para Concessão do Serviço Público de Transmissão do Estado de Pernambuco nº 01/2015, realizado pela ANEL. O lote é composto por uma linha de transmissão de 113 km em uma subestação localizadas no Estado do Espírito Santo com as seguintes características: (i) Receita Anual Permitida - RAP de R\$ 20,7 milhões, atualizada pelo IPCA; (ii) Prazo de entrada em operação de 32 meses; (iii) Investimento total estimado de R\$ 116 milhões; e (iv) Benefícios fiscais aplicáveis de Sudene, Reld e Invest-ES.

O investimento do projeto prevê a obtenção de dívida de longo prazo junto ao BNDES e emissão de Debêntures de Infraestrutura com alavancagem total estimada de 60%.

A entrada no segmento de Transmissão permitirá a Companhia diversificar a sua atuação na cadeia de valor do setor elétrico com rentabilidade adequada, propiciando a redução de custos e risco operacional. As complementarizações na construção de projetos hidroeletricos e a experiência no segmento de distribuição, em particular no Estado do Espírito Santo, serão determinantes para o desenvolvimento bem-sucedido deste projeto.

4.16 Licitación de linhas de transmissão (Sistema de transmissão de energia) - Investco
Em 13 de abril de 2016 foi publicada a Resolução Normativa nº 703, de 15 de março de 2016, por meio da qual a ANEL alterou alguns procedimentos regulatórios relacionados às seguintes modalidades de Licitação de Transmissão de Energia (LITE): (i) CVA; (ii) Sobrecontratação de Energia e Exposição ao Mercado de Curto Prazo - MCP; (iii) Demais componentes financeiros; e (iv) Limites de Repasse sobre Custos de Compra de Energia.

As principais alterações com impacto para as distribuidoras referem-se a: (i) aplicação da regra do saldo da CVA de aquisição de energia; (ii) exclusão do risco hidrológico para fins de composição de preços dos contratos na aplicação da regra, exceto para contratos de disponibilidade; (iii) utilização dos montantes contabilizados dos contratos de energia bem como dos resultados do mercado de curto prazo tanto para a aplicação do saldo da CVA de aquisição de energia quanto para o Encargo de Serviços de Apoio à Geração de Energia - EER; e (iv) a junção dos resultados do mercado de curto prazo por meio de componente financeiro específico.

Em função da edição da Resolução Normativa nº 703, a EDP Escala apuraram e registraram os correspondentes efeitos em suas demonstrações financeiras, gerando em 31 de dezembro de 2016, o seguinte impacto financeiro em milhões de reais:

Componente	Valor
Ativo financeiro	244.208
Passivo financeiro	(21.630)
Resultado líquido	222.578

4.6 Licitación de linhas de transmissão (Sistema de transmissão de energia) - Investco
Em 13 de abril de 2016 foi publicada a Resolução Normativa nº 703, de 15 de março de 2016, por meio da qual a ANEL alterou alguns procedimentos regulatórios relacionados às seguintes modalidades de Licitação de Transmissão de Energia (LITE): (i) CVA; (ii) Sobrecontratação de Energia e Exposição ao Mercado de Curto Prazo - MCP; (iii) Demais componentes financeiros; e (iv) Limites de Repasse sobre Custos de Compra de Energia.

As principais alterações com impacto para as distribuidoras referem-se a: (i) aplicação da regra do saldo da CVA de aquisição de energia; (ii) exclusão do risco hidrológico para fins de composição de preços dos contratos na aplicação da regra, exceto para contratos de disponibilidade; (iii) utilização dos montantes contabilizados dos contratos de energia bem como dos resultados do mercado de curto prazo tanto para a aplicação do saldo da CVA de aquisição de energia quanto para o Encargo de Serviços de Apoio à Geração de Energia - EER; e (iv) a junção dos resultados do mercado de curto prazo por meio de componente financeiro específico.

Em função da edição da Resolução Normativa nº 703, a EDP Escala apuraram e registraram os correspondentes efeitos em suas demonstrações financeiras, gerando em 31 de dezembro de 2016, o seguinte impacto financeiro em milhões de reais:

Componente	Valor
Ativo financeiro	244.208
Passivo financeiro	(21.630)
Resultado líquido	222.578

4.6 Licitación de linhas de transmissão (Sistema de transmissão de energia) - Investco
Em 13 de abril de 2016 foi publicada a Resolução Normativa nº 703, de 15 de março de 2016, por meio da qual a ANEL alterou alguns procedimentos regulatórios relacionados às seguintes modalidades de Licitação de Transmissão de Energia (LITE): (i) CVA; (ii) Sobrecontratação de Energia e Exposição ao Mercado de Curto Prazo - MCP; (iii) Demais componentes financeiros; e (iv) Limites de Repasse sobre Custos de Compra de Energia.

As principais alterações com impacto para as distribuidoras referem-se a: (i) aplicação da regra do saldo da CVA de aquisição de energia; (ii) exclusão do risco hidrológico para fins de composição de preços dos contratos na aplicação da regra, exceto para contratos de disponibilidade; (iii) utilização dos montantes contabilizados dos contratos de energia bem como dos resultados do mercado de curto prazo tanto para a aplicação do saldo da CVA de aquisição de energia quanto para o Encargo de Serviços de Apoio à Geração de Energia - EER; e (iv) a junção dos resultados do mercado de curto prazo por meio de componente financeiro específico.

Em função da edição da Resolução Normativa nº 703, a EDP Escala apuraram e registraram os correspondentes efeitos em suas demonstrações financeiras, gerando em 31 de dezembro de 2016, o seguinte impacto financeiro em milhões de reais:

Componente	Valor
Ativo financeiro	244.208
Passivo financeiro	(21.630)
Resultado líquido	222.578

4.7 Aumento de Capital social
O Conselho de Administração em reunião realizada em 2 de maio de 2016, deliberou pelo aumento do capital social da Companhia com subscricao particular, dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão de novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal de, no máximo, 66.839.330 ações, correspondentes à R\$763.952.295,00, no máximo, de 130.434.782 ações, correspondentes a R\$ 1.499.999.993,00. O aumento de capital tem como objetivo: (i) fortalecer a estrutura de capital da Companhia, reforçando o seu caixa para fazer frente às necessidades de capital de médio e longo prazo para o desenvolvimento de suas atividades operacionais e de investimento; e (ii) fortalecer os níveis de liquidez da Companhia e reduzir suas margens de endividamento.

O preço de emissão por ação foi fixado em R\$11,50 com base nas cotações de fechamento diárias ponderadas pelo volume de negociação das ações de emissão da Companhia na BM&FBOVESPA considerando-se o preço médio das ações da Companhia nos pregões realizados entre 17 de março e 29 de abril de 2016, relativos, portanto, aos 30 últimos pregões da BM&FBOVESPA S.A. entre o 2 de maio de 2016, contemplando um deságio de 6,0%, que visa incentivar os acionistas a adquirir ações da Companhia e, consequentemente, o aumento de capital.

O aumento de capital foi realizado em 23 de maio de 2016, conforme decisão da assembleia geral convocada para esse fim em 23 de maio de 2016, com o objetivo de aumentar a diluição dos atuais acionistas da Companhia que optaram por não exercer seu direito de preferência para a subscrição das ações emitidas no âmbito do referido aumento.

O direito de preferência em termos do artigo 171 da Lei nº 4047/64, desta forma, os acionistas da Companhia tiveram, de acordo com procedimentos estabelecidos pela BM&FBOVESPA e do agente esclarecedor das ações, a partir do dia 05 de maio de 2016 até o dia 03 de junho de 2016 para exercer o seu direito de preferência na subscrição das novas ações emitidas, na proporção de suas participações no capital da Companhia no fechamento do pregão da BM&FBOVESPA do dia 04 de maio de 2016. Durante o período de preferência, foram subscritas 126.312.172 ações, totalizando o montante de R\$1.475.589.978,00.

O aumento de capital foi realizado em 23 de maio de 2016, conforme decisão da assembleia geral convocada para esse fim em 23 de maio de 2016, com o objetivo de aumentar a diluição dos atuais acionistas da Companhia que optaram por não exercer seu direito de preferência para a subscrição das ações emitidas no âmbito do referido aumento.

O direito de preferência em termos do artigo 171 da Lei nº 4047/64, desta forma, os acionistas da Companhia tiveram, de acordo com procedimentos estabelecidos pela BM&FBOVESPA e do agente esclarecedor das ações, a partir do dia 05 de maio de 2016 até o dia 03 de junho de 2016 para exercer o seu direito de preferência na subscrição das novas ações emitidas, na proporção de suas participações no capital da Companhia no fechamento do pregão da BM&FBOVESPA do dia 04 de maio de 2016. Durante o período de preferência, foram subscritas 126.312.172 ações, totalizando o montante de R\$1.475.589.978,00.

Após o término do prazo para o exercício do direito de preferência, os acionistas que se manifestaram interessados na reserva de sobras, tiveram o direito à subscrição entre as 10h e as 18h do dia 16 de junho de 2016 (8 dias úteis), sendo a subscricao neste período de 2.032.871 ações, totalizando o montante de R\$23.378.016,50. Da mesma forma, os acionistas que se manifestaram para a segunda e última reserva de sobras o fizeram entre os dias 23 de junho de 2016 e 29 de junho de 2016 (5 dias úteis), sendo subscritos 89.739 ações, totalizando o montante de R\$1.031.998,50. Assim, decorrido todo o prazo acima, em reunião do Conselho de Administração, a Companhia realizou em 8 de julho de 2016, foi homologado o aumento previsto de capital dentro do limite do capital autorizado, aprovado em RCEA realizada em 02 de maio de 2016, no montante de R\$1.499.999.993,00 sendo integralizados 130.434.782 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O aumento de capital foi realizado em 23 de maio de 2016, conforme decisão da assembleia geral convocada para esse fim em 23 de maio de 2016, com o objetivo de aumentar a diluição dos atuais acionistas da Companhia que optaram por não exercer seu direito de preferência para a subscrição das ações emitidas no âmbito do referido aumento.

O direito de preferência em termos do artigo 171 da Lei nº 4047/64, desta forma, os acionistas da Companhia tiveram, de acordo com procedimentos estabelecidos pela BM&FBOVESPA e do agente esclarecedor das ações, a partir do dia 05 de maio de 2016 até o dia 03 de junho de 2016 para exercer o seu direito de preferência na subscrição das novas ações emitidas, na proporção de suas participações no capital da Companhia no fechamento do pregão da BM&FBOVESPA do dia 04 de maio de 2016. Durante o período de preferência, foram subscritas 126.312.172 ações, totalizando o montante de R\$1.475.589.978,00.

Após o término do prazo para o exercício do direito de preferência, os acionistas que se manifestaram interessados na reserva de sobras, tiveram o direito à subscrição entre as 10h e as 18h do dia 16 de junho de 2016 (8 dias úteis), sendo a subscricao neste período de 2.032.871 ações, totalizando o montante de R\$23.378.016,50. Da mesma forma, os acionistas que se manifestaram para a segunda e última reserva de sobras o fizeram entre os dias 23 de junho de 2016 e 29 de junho de 2016 (5 dias úteis), sendo subscritos 89.739 ações, totalizando o montante de R\$1.031.998,50. Assim, decorrido todo o prazo acima, em reunião do Conselho de Administração, a Companhia realizou em 8 de julho de 2016, foi homologado o aumento previsto de capital dentro do limite do capital autorizado, aprovado em RCEA realizada em 02 de maio de 2016, no montante de R\$1.499.999.993,00 sendo integralizados 130.434.782 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O aumento de capital foi realizado em 23 de maio de 2016, conforme decisão da assembleia geral convocada para esse fim em 23 de maio de 2016, com o objetivo de aumentar a diluição dos atuais acionistas da Companhia que optaram por não exercer seu direito de preferência para a subscrição das ações emitidas no âmbito do referido aumento.

O direito de preferência em termos do artigo 171 da Lei nº 4047/64, desta forma, os acionistas da Companhia tiveram, de acordo com procedimentos estabelecidos pela BM&FBOVESPA e do agente esclarecedor das ações, a partir do dia 05 de maio de 2016 até o dia 03 de junho de 2016 para exercer o seu direito de preferência na subscrição das novas ações emitidas, na proporção de suas participações no capital da Companhia no fechamento do pregão da BM&FBOVESPA do dia 04 de maio de 2016. Durante o período de preferência, foram subscritas 126.312.172 ações, totalizando o montante de R\$1.475.589.978,00.

Adicionalmente, a nova classificação adotada está corroborada pelo parágrafo 23 do OCPP 05 - Contrato de Concessão.

(b) **Variação cambial da energia comprada de Itaipu**
A EDP Bandeirante e EDP Escala concluíram que a variação cambial decorrente dos contratos de compra de energia de Itaipu, que são mensurados em Dólar, originalmente apresentada sob a rubrica de "Despesas financeiras", poderia ser melhor apresentada na rubrica de "Custo com energia elétrica", em conjunto com as demais custos relacionados aos contratos de compra de energia, por refletir mais apropriadamente o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica.

Tal conclusão está suportada no fato de que, tanto o custo da energia adquirida de Itaipu quanto a variação cambial decorrente da compra, são repassados ao consumidor na tarifa de energia elétrica, por meio do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A - CVA, e também pelo fato de que a variação cambial ser derivada de preço contratual de compra de energia e não de variação de passivo financeiro. Desta forma, consideramos que, manter ambos os montantes na mesma rubrica, proporcionar uma leitura da demonstração financeira mais verdadeira, transparente e apropriada, devido ao fato de ambos os montantes serem claramente relacionados ao custo da operação das distribuidoras.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Controladora		Consolidado	
Publicado	Reapresentação pelo melhor apresentação	Publicado	Reapresentado
Publicado	Publicado	Atualização do Ativo financeiro (individual) (a)	Reapresentação para melhor apresentação
969.342	-	969.342	152.477
9.997	-	3.997	152.477
-	-	(6.637.340)	(42.221)
(23.307)	(23.307)	(99.046)	(152.477)
936.038	936.038	893.228	9.050.152
884.286	884.286	8.581.596	(42.221)
1.685.324	1.685.324	9.005.639	(42.221)
			-
127.944	21.630	149.574	3.572.928
244.208	(21.630)	222.578	1.200.215
1.685.324	1.685.324	9.005.639	(42.221)

O Fator X é calculado em função dos componentes "Pd" (ganhos de produtividade) e "T" (trajet

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Saldo em 31/12/2015	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação tributos federais	Reclassificação	Transferência	Transferência para Ativo mantido para venda	Saldo em 31/12/2016
PIS e COFINS		112.164	1.481.927			743.958	(74.546)		(701.072)	78	74.593
PIS sobre serviços prestados por terceiros		9.810	41.514	(5)		(41.907)				4	8.749
IRRF sobre juros à capital próprio		52.745	100.810			(45.874)	(7.111)	(667)		86	100.810
Parcelamentos	9.4	64.402		(5.688)		(7.966)					55.904
Encargos emissor pessoal		9.006	18.803			(14.062)	(298)	1.151	(420)	(43)	14.137
Outros		22.511	20.907			(28.907)		2.142			6.562
Total		514.607	4.520.690	(5.678)		5.160	(3.378.090)	(83.017)	(1.069.270)	598	505.000
Circulante		452.742									453.928
Não circulante		61.865									51.072
Total		514.607									505.000

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia e suas controladas apresentam os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia e suas controladas paguem ou compensem o tributo em um único pagamento ou compensação.

9.1 Imposto de renda e contribuição social - Ativos Compensáveis - Controladora
Os valores registrados referem-se, basicamente, a imposto de renda decorrente de retenções na fonte e suas respectivas atualizações pela SELIC. A compensação desse saldo é feita, principalmente, com imposto de renda retido na fonte sobre o JSCP declarado.

9.2 ICMS - Ativos Compensáveis - Consolidado
Do montante em 31 de dezembro de 2016 de R\$125.792 (R\$95.323 em 31 de dezembro de 2015), as controladas EDP Bandeirante e EDP Escelsa apresentam saldo em 31 de dezembro de 2016 de R\$122.645 (R\$93.634 em 31 de dezembro de 2015), que incluem créditos de ICMS decorrente de aquisição de bens no valor de R\$108.895 (R\$84.989 em 31 de dezembro de 2015) que, de acordo com o parágrafo 5º do artigo 20 da Lei Complementar nº 87/96, são compensados a razão de 1/46 após por mês.

9.3 ICMS - Passivo a Recolher - Consolidado
Do montante em 31 de dezembro de 2016 de R\$173.641 (R\$220.274 em 31 de dezembro de 2015), as controladas EDP Bandeirante e EDP Escelsa apresentam saldo de R\$165.152 (R\$213.757 em 31 de dezembro de 2015), referente ICMS incidente sobre as faturas de energia elétrica.

9.4 Parcelamentos
Em 2009 a Companhia e sua controlada EDP Escelsa formalizaram junto à Receita Federal do Brasil - RFB a adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos federais, conforme a Lei nº 11.941/09 - "REFIS IV". Em 30 de junho de 2011, a Companhia e a EDP Escelsa procederam à consolidação dos débitos incluídos no parcelamento. Segue abaixo os montantes e a relação dos tributos parcelados:

	Controladora				Valor de adesão - REFIS
	Principal	Multa	Juros	Parcelamento	
Parcelamentos - REFIS	30.754	6.151	9.793	46.698	48.790
COFINS	6.877	1.335	2.128	10.198	454
PIS	37.431	7.486	11.919	58.836	2.546
Redução Programa REFIS				(4.771)	
Utilização Base Negativa/Prejuízo Fiscal					(39.978)
Total	73.062	15.979	24.950	102.406	48.790

A movimentação do parcelamento e o respectivo saldo em 31 de dezembro de 2016 estão demonstrados a seguir:

	Principal	Multa	Juros	Parcelamento	Valor de adesão - REFIS
Valor de adesão - REFIS	39.978				39.978
Atualização de Juros - Consolidação 2011	(5.689)				(5.689)
Conversão em renda a favor da União	(22.125)				(22.125)
Amortização	(16.899)				(16.899)
Atualização do REFIS					37.859
Saldo em 31 de dezembro de 2016	39.978	0	0	0	39.978

Do valor total da dívida em 31 de dezembro de 2016 de R\$37.859 (R\$44.863 em 31 de dezembro de 2015), restam 94 parcelas de R\$402 atualizadas mensalmente pela SELIC. Foi verificado que o montante de R\$5.889, que possuía depósitos judiciais no mesmo montante, foi convertido em renda a favor da União (conforme artigo 32 da Portaria PGN/IRF nº 06/09), devido à quitação do débito.

	Consolidado				Valor de adesão - REFIS
	Principal	Multa	Juros	Parcelamento	
Parcelamentos - REFIS	33.679	6.736	12.474	52.889	54.981
COFINS	6.877	1.335	2.126	10.198	454
PIS	4.442	898	4.093	11.308	3.742
CSLL	8.548	3.021	10.256	22.495	10.822
INSS	4	1	8	13	5.257
IRPJ/IRRF	4	1	8	13	5.257
Multa	223	192	0	415	180
Total dos Impostos	53.350	12.204	29.149	97.258	22.557
Redução Programa REFIS					(119.815)
Utilização Base Negativa/Prejuízo Fiscal					(18.049)
Total	76.734	12.204	29.149	97.258	2.734

A movimentação do parcelamento e o respectivo saldo em 31 de dezembro de 2016 estão demonstrados a seguir:

	Principal	Multa	Juros	Parcelamento	Valor de adesão - REFIS
Valor de adesão - REFIS	76.734				76.734
Atualização de Juros - Consolidação 2011	(11.422)				(11.422)
Ativo a compensar	(3.640)				(3.640)
Depósito Judicial a favor da Companhia	(17.284)				(17.284)
Conversão em renda a favor da União	(23.864)				(23.864)
Amortização	(47.225)				(47.225)
Atualização do REFIS	21.305				21.305
Reversão de atualização da conversão em renda	(2.890)				(2.890)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	58.904	0	0	0	58.904

Do valor total consolidado da dívida em 31 de dezembro de 2016 de R\$55.904 (R\$64.402 em 31 de dezembro de 2015), que inclui a Companhia e a controlada EDP Escelsa, R\$37.859 (R\$40.430 em 31 de dezembro de 2015) foram parcelados e são atualizados mensalmente pela SELIC e os R\$18.044 (R\$24.972 em 31 de dezembro de 2015) restantes possuem depósitos judiciais ativos de R\$40.811 (R\$49.681 em 31 de dezembro de 2015), os quais aguardam conversão em renda da União (conforme artigo 32 da Portaria PGN/IRF nº 06/09), ocasião em que será elevada a baixa deste passivo.

10 Tributos diferidos

	Nota	Controladora		Consolidado	
		Passivo	Ativo	Passivo	Ativo
PIS e COFINS					
Imposto de renda e contribuição social	10.1	184.668	186.961	913.086	620.814
Imposto sobre serviços				191	543
Total		184.668	186.961	913.277	621.357

10.1 PIS e COFINS
O montante refere-se a PIS e COFINS diferidos reconhecidos: (i) sobre a receita e despesa relativa aos ativos e passivos financeiros setoriais nas controladas EDP Bandeirante e EDP Escelsa no montante ativo de R\$40.811 (R\$49.681 em 31 de dezembro de 2015); e (ii) sobre as receitas em razão do reconhecimento dos custos incorridos (CPC 32 - Recelitas) na EDP Soluções no montante passivo de R\$665.

11 Partes relacionadas

Além dos valores das dividendos a pagar e a receber apresentados na nota 14, saldo de contraprestação contingente apresentado na nota 28.5, e o saldo de empréstimos a pagar apresentado na nota 24, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladas e controladoras, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do período, estão apresentadas como segue:

Relacionamento	Duração	Controladora			
		Circulante	Ativo	Passivo	Não circulante
Títulos e valores mobiliários (a)					
Debentures					
São Manoel	Controlada em conjunto a 15/08/2016			98.122	
Empréstimos a receber					
Contratos de mútuo - 100% a 110% do CDI					
EDP Comercializadora	Controlada em conjunto 09/09/2010 a indeterminado			72.667	
Pecém OM	Controlada em conjunto 05/12/2011 a 31/12/2017	1.160		1.004	
Porto do Pecém	Controlada (*) 24/09/2012 a indeterminado		243.549	212.247	
Mabe	Controlada em conjunto 04/10/2013 a 31/12/2017		17.640	15.145	
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto 24/09/2015 a 23/09/2017		49.613	70.179	
		50.773	70.179	261.189	301.063
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC					
EDP Transmissão	Controlada em conjunto 16/05/2014 a indeterminado				100
CEJA	Controlada em conjunto 05/10/2015 a indeterminado			64.600	13.000
EDP GRID	Controlada em conjunto 07/12/2015 a indeterminado				22.196
				64.600	35.296

Relacionamento	Duração	Controladora			
		Circulante	Ativo	Passivo	Não circulante
Outros créditos e Outras contas a pagar					
Devolução - Prêmio de seguro					
São Manoel	Controlada em conjunto				2
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto				4
ECE Participações	Controlada em conjunto				4
Investo	Controlada				54
EDP Bandeirante	Controlada em conjunto 31/12/2016				1.527
EDP Escelsa	Controlada em conjunto				1.075
Energest	Controlada em conjunto				140
EDP Comercializadora	Controlada em conjunto				36
EDP GRID	Controlada em conjunto				11
Porto do Pecém	Controlada em conjunto 31/12/2018				33
Pecém TM	Controlada em conjunto				1

Relacionamento	Duração	Controladora			
		Circulante	Ativo	Passivo	Não circulante
Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Custos (b)					
EDP Bandeirante	Controlada em conjunto				10
Energest	Controlada em conjunto				2
EDP Comercializadora	Controlada em conjunto				56
Pantanal	Controlada em conjunto 01/07/2012 a até emissão de nova Resolução da ANEEL				6
Investo	Controlada em conjunto				26
Lajeado	Controlada em conjunto				23
Santa Fé	Controlada em conjunto				31
EDP Escelsa	Controlada em conjunto				383
ECE Participações	Controlada em conjunto				48
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (c)					
EDP Bandeirante	Controlada em conjunto 29/07/2015 a 29/07/2019				264
Energest	Controlada em conjunto 29/07/2015 a 29/07/2019				107
EDP Comercializadora	Controlada em conjunto 01/01/2015 a 31/12/2018				646
EDP Transmissão	Controlada em conjunto 01/01/2015 a 31/12/2018				2
ECE Participações	Controlada em conjunto 01/01/2015 a 31/12/2018				35
Instituto EDP	Controlada em conjunto 01/01/2015 a 31/12/2018				181
Pantanal	Controlada em conjunto 01/01/2015 a 31/12/2018				3
Investo	Controlada em conjunto 01/01/2015 a 31/12/2018				22

	Controladora		Transferência	Transferência para Ativo mantido para venda	
	31/12/2015	31/12/2016		2015	2016
Total	184.668	186.961	2.293	(117.810)	
Total	184.668	186.961	2.293	(117.810)	

10.2 Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as aliquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09, e considerando o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pela sua natureza, e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

10.2.1 Composição e base de cálculo

Natureza dos créditos	Controladora		Resultado
	Passivo	Não circulante	
Diferenças Temporárias			
Base Negativa de Contribuição Social	184.668	186.961	2.293 (117.810)
Mais valia - CPC 15 (R1)			783 (4.403)
Total diferenças temporárias	184.668	186.961	2.293 (117.810)

Natureza dos créditos	Consolidado		Resultado
	Passivo	Não circulante	
Diferenças Temporárias			
Mais valia - CPC 15 (R1)			783 (4.403)
Total	184.668	186.961	2.293 (117.810)

Natureza dos créditos	Consolidado		Resultado
	Passivo	Não circulante	
Prejuízos Fiscais			
Base Negativa de Contribuição Social	102.1.1	312.596	310.477
Totalizados	428.717	425.835	- 2.882 (16.634)

Natureza dos créditos	Consolidado		Resultado
	Passivo	Não circulante	
Diferenças Temporárias			
Prejuízo Estimado com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD			73.788
Benefício pós-emprgo			56.466
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas			92.646
Ativos e passivos financeiros setoriais	102.2.1	133.144	249.847
PIS e COFINS sobre ativos e passivos financeiros setoriais	102.2.1	(13.876)	(21.325)
Consumidores - ajuste a valor presente		5.038	2.966
Ressarcimento por indisponibilidade		66.475	94.733
Mais valia - CPC 15 (R1)			607.760
Amortização/Depreciação mais valia - CPC 15 (R1)			(77.561)
Liquidação de créditos de liquidação duvidosa - PECLD			37.143
Valor justo do Ativo Financeiro Indenizável - ICPC 01 (R1)	106.360	103.785	156.538
Instrumentos financeiros - CPC 39			33.761
Gastos Pré-operacionais - Resultados abrangentes			30.511
Benefícios pós-emprgo - Resultados abrangentes	102.2.1	(8.359)	(15.361)
Benefício pós-emprgo - Resultados abrangentes			183.022
Ressarcimento por indisponibilidade			34.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Relacionamento	Duração	Controladora								Recitas (Despesas)				
		Ativo				Passivo				Operacionais		Financeiras		
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	2016	2015	2016	2015	
Lajeado	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2015			5	130					56	130		
CEJA	Controlada em conjunto	01/01/2015 a 31/12/2015			36	36					31	36		
EDP Escelsa	Controlada	29/07/2015 a 29/07/2015			78	134			2	3	1.565	442		
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto	01/01/2015 a 31/12/2015			318	321					279	322		
São Manoel	Controlada em conjunto	01/05/2014 a 31/05/2015			1						14			
EDP GRID	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2015			15	9					93	107		
Opções de ações outorgadas pela Companhia (Nota 11.2.1)														
EDP Bandeirante	Controlada	15/06/2016 a 15/06/2021			38						38			
Energset	Controlada	15/06/2016 a 15/06/2021			38						38			
EDP Comercializadora	Controlada	15/06/2016 a 15/06/2021			40						40			
Porto do Pecém	Controlada (*)	15/06/2016 a 15/06/2021			20						20			
EDP GRID	Controlada	15/06/2016 a 15/06/2021			5						5			
Contrato jurídico sobre o Parecer do GSF														
Energpebe	Controlada				110						110			
Contrato de serviços de consultoria														
EDP Renováveis	Coligada	01/12/2013 a 31/12/2015			270	270					145			
Contrato de prestação de serviços														
EDP Portugal (d)	Controladora	Indeterminado	6.852	9.154			3.071	35.196	448	675	(4.754)	(84)	6.131	(7.471)
São Manoel	Controlada em conjunto	01/05/2014 a 30/04/2018	3.370	1.965							1.405	1.206		
ECE Participações	Controlada em conjunto	01/01/2015 a 31/12/2016									438	438		
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto	01/01/2016 a 31/12/2016									404			
Contrato de repasse de garantia sobre os contratos de empréstimos														
EDPR Espanha	Coligada												(1.277)	
			10.222	11.119	2.922	3.292	3.071	35.196	3.891	690	9.030	9.671	5.241	(7.471)
			60.995	81.298	426.833	339.651	3.071	35.196	3.891	690	9.030	9.671	65.502	31.505
Consolidado														
Relacionamento	Preço praticado	Duração	Ativo				Passivo				Recitas (Despesas)			
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Operacionais	Financeiras	Operacionais	Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro														
2016														
2015														
Títulos e valores mobiliários (a)														
Debêntures														
São Manoel	Controlada em conjunto	15/08/2016 a 15/12/2018			98.122									4.786
					98.122									4.786
Contas a receber														
Suprimento de energia elétrica														
Porto do Pecém	Controlada (*)	01/12/2013 a 31/12/2015											17.381	
ECE Participações	Controlada em conjunto	01/01/2015 a 31/12/2015									6.345			
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto	01/04/2016 até 30/04/2016									2.306			
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto	80,43 01/05/2016 até 31/05/2016									479			
Resarcimento por insuficiência de geração														
Porto do Pecém	Controlada (*)	01/01/2012 a 31/12/2028											9.130	19.654
Contrato de prestação de serviços														
Feijão I	Coligada	21/07/2014 até o cumprimento integral das obrigações contratuais (previsto para 01/01/2016)			3								261	
Feijão II	Coligada				3								261	
Feijão III	Coligada				3								261	
Feijão IV	Coligada				3								261	
Jau	Coligada				329								1.764	
					341								2.808	
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC														
CEJA	Controlada em conjunto	05/10/2015 a indeterminado			64.600	13.000								
					64.600	13.000								
Fornecedores														
Suprimento de energia elétrica														
Porto do Pecém	Controlada (*)	Custo fixo + Custo variável	01/01/2012 a 31/12/2028					4.937					(37.583)	
ECE Participações	Controlada em conjunto	141,14	01/01/2015 a 31/12/2044					605	481		(4.895)	(4.048)		
ECE Participações	Controlada em conjunto	142,21	01/01/2015 a 31/12/2044					828	753		(7.351)	(6.085)		
ECE Participações	Controlada em conjunto		01/01/2015 a 31/12/2016					2.743	1.487		(19.432)	(15.890)		
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto		01/04/2016 até 31/12/2016					4.810			(36.072)			
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto	113,58	01/08/2016 até 31/08/2016								(2.113)			
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto	106,68	01/07/2016 até 31/07/2016								(445)			
Resarcimento por insuficiência de geração														
Porto do Pecém	Controlada (*)	Despacho ANEEL nº 4.002, de 30/09/2014						8.519					(4.504)	
Prestação de serviços														
Pecém TM	Controlada em conjunto	Indeterminado					2.524				(33.246)			
Pecém OM	Controlada em conjunto	Indeterminado					3.974				(4.787)			
							15.484	16.177			(108.341)	(68.200)		
Outros créditos e Outras contas a pagar														
Devolução - Prêmio de seguro														
São Manoel										(2)	2			
Cachoeira Caldeirão										(4)	4			
ECE Participações										(4)	4			
Prestação de serviços - Backoffice														
Pecém TM	Controlada em conjunto		2.154	834							1.320	834		
Pecém OM	Controlada em conjunto		931	360							570	360		
Mabe	Controlada em conjunto		777	301							476	301		
Contrato de serviços de consultoria														
EDP Renováveis	Coligada	01/12/2013 a 31/12/2015			270	270					145			
Contrato prestação de serviços														
EDP Portugal (d)	Controladora	Indeterminado	6.852	9.153			4.016	35.197	448	677	(5.699)	(84)	6.131	(7.471)
São Manoel	Controlada em conjunto	01/05/2014 a 30/04/2018	3.370	1.965							1.405	1.206		
ECE Participações	Controlada em conjunto	01/01/2015 a 31/12/2016									874	438		
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto	01/01/2016 a 31/12/2016			228						837			
Pecém TM	Controlada em conjunto	Indeterminado								8.013	(17.948)			
Pecém OM	Controlada em conjunto	Indeterminado								26	(4.600)			
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (c)														
EDP Renováveis	Coligada	29/07/2015 a 29/07/2019			18	18					18			
ECE Participações	Controlada em conjunto	01/01/2015 a 31/12/2018			36	122					41	76		
Instituto EDP	Coligada	01/01/2015 a 31/12/2018			181	177					149	171		
CEJA	Controlada em conjunto	01/01/2015 a 31/12/2018			36	36					31	36		
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto	01/01/2015 a 31/12/2018			319	322					289	325		
São Manoel	Controlada em conjunto	01/05/2014 a 31/05/2018			1						14			
Pantanal	Controlada (**)	29/07/2015 a 29/07/2019				14					14			
Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos (b)														
ECE Participações	Controlada em conjunto	01/07/2012 até emissão de nova Resolução da ANEEL						48			48			
Pantanal	Controlada (**)							51			41			
Contrato jurídico sobre o Parecer do GSF														
ECE Participações	Controlada em conjunto							4			4			
Prestação de serviços de consultoria ambiental														
Pantanal	Controlada (**)	01/01/2011 a 31/12/2016			29						19	186		
Contrato de repasse de garantia sobre os contratos de empréstimos														
EDPR Espanha	Coligada												(1.277)	
Adiantamento a fornecedor														
Pecém TM	Controlada em conjunto	Indeterminado			2.222									
Pecém OM	Controlada em conjunto	Indeterminado			3.676									
			14.084	12.642	7.224	1.062	4.016	35.197	438	8.716	336	(19.705)	6.131	(7.471)
			14.084	12.983	169.946	14.062	19.500	51.374	438	8.716	(98.875)	(65.444)	10.917	(7.471)

(*) A Porto do Pecém passou a ser controlada pela Companhia a partir de 15 de maio de 2015

(**) Em 29 de janeiro de 2016 a Companhia concluiu a venda de sua participação na Pantanal para a Cachoeira Escura Energética (Nota 4.4).

Os avais e fianças concedidos e recebidos pela Companhia estão demonstrados na nota de Garantias (Nota 37.2).

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

a) **Títulos e valores mobiliários:** A Companhia adquiriu parte das debêntures emitidas pela controlada em conjunto São Manoel, conforme descrito na nota 4.1, o montante correspondente ao percentual de sua participação societária, ou seja, 33,33%. Para a referida aquisição a Companhia, conforme exigência da Instrução CVM nº 476/09, se qualificou como investidor profissional, segundo os seguintes artigos 9º da Instrução CVM 559/13.

b) **Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Custos:** A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil S.A. é responsável pela contratação dos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Custos que contemplam as atividades das áreas corporativas. A distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da EDP - Energias do Brasil, que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico, e sua apropriação são efetuadas em função das atividades realizadas para cada contratante, por meio do controle de alocação de horas trabalhadas (timesheet). Os Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Custos foram anulados por meio do Despacho ANEL nº 205, de 25 de janeiro de 2013. O tema Compartilhamento de Recursos Humanos já foi objeto de estudos na Audiência Pública nº 041/12, na Consulta Pública nº 12/13 e na Audiência Pública nº 072/14, cujo período de contribuições encerrou-se em 23 de fevereiro de 2015. Como resultado da Audiência Pública nº 072/14, em 26 de janeiro de 2016 foi emitida a Resolução Normativa ANEL nº 699. A partir dessa norma, a EDP - Energias do Brasil e suas controladas regulará, em 2º de maio de 2016, no pedido de anulação prévia para novo modelo de compartilhamento de recursos humanos, que seguirá o critério regulatório aprovado. O novo critério alocará os gastos com pessoal de maneira proporcional ao ativo imobilizado bruto (AIB), ponderada por um fator definido para cada segmento (transmissão, distribuição e geração) e excluídos os custos da holding e da comercializadora, que serão compartilhados de forma antecipada.

A ANEL, por meio do Despacho nº 3.278 publicado em 23 de dezembro de 2016, anula na forma da minuta apresentada, o pleito da EDP - Energias do Brasil para a celebração de contrato de compartilhamento de recursos humanos com as partes relacionadas EDP Bandeirante, EDP Escelsa, EDP Comercializadora, Energias, Invest, Lajeado, Santa Fé, EDP PCH e Porto do Pecém.

A partir desta anulação, a EDP - Energias do Brasil e suas controladas terão 180 dias para implementar o novo modelo de compartilhamento de recursos humanos utilizando o novo critério. Desta forma, por o encerramento destas demonstrações financeiras, permanecem válidos os atuais contratos de compartilhamento de atividades e alocação de custos.

c) **Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura:** Este contrato tem por objeto a distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais e gastos de telecomunicações. Para as empresas na modalidade de concessionárias de serviço público (EDP Bandeirante, EDP Escelsa e Energias), eventuais alterações nos percentuais de rateio e renovações são submetidas à anulação prévia da ANEL, sendo que, para as demais modalidades de outorga, não há esta exigência. Em 16 de janeiro de 2015 o Grupo EDP - Energias do Brasil solicitou à ANEL anulação para firmar o Contrato de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura nas localidades: (i) Sede em São Paulo - SP, tendo como Contratada a EDP - Energias do Brasil e Contratantes a EDP Escelsa, EDP Bandeirante e Energias; e (ii) Centro Operativo em Carina - ES, tendo como Contratada a EDP Escelsa e Contratantes a Energias, EnEnePrev, Santa Fé, EDP GRD, Cachoeira Caldeirão, ECE Participações e Investo.

Em 28 de julho de 2015, por meio do Despacho nº 2.430, a ANEL anula o pedido e estipulou o vigência de 48 meses a partir da data da publicação do despacho, e, portanto, a Companhia foi autorizada a realizar o compartilhamento somente a partir de agosto de 2015. Em 16 de setembro de 2015 o Grupo EDP - Energias do Brasil solicitou à ANEL anulação para os Termos de Outorga e Outras Avenças, aprovando apenas os parâmetros referentes ao período de janeiro a julho, dos Contratos de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura, uma vez que foram anulados sem retroatividade. O pedido foi anulado pela ANEL em 23 de abril de 2016, por meio do Despacho nº 987. Para as demais companhias não delegatárias de serviço público, os contratos possuem cláusula específica permitindo o rateio desde 1º de janeiro de 2015, com o prazo de 48 meses.

Considerando a publicação da Resolução Normativa ANEL nº 699/16, que revogou a Resolução Normativa SP/34/08, este contrato poderá sofrer alterações quando da sua renovação contratual.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

d) **Contratos de Prestação de serviços - EDP Portugal**

Os montantes referem-se às contratações de prestação de serviços de consultoria e apoio à gestão celebrado mutuamente entre a Companhia e sua controlada controladora a EDP - Energias do Brasil S.A. Estes contratos tem como objetivo: (i) o compartilhamento de custos, estrutura, conhecimento e tecnologia, possibilitando, assim, uma maior sinergia entre as empresas do grupo; (ii) evitar eventual capacidade ociosa de pessoal; (iii) reduzir os custos de contratação de determinados serviços em relação à média do mercado; e (iv) impedir o acesso de terceiros a questões estratégicas ou informações de tecnologia própria das contrapartes.

Os órgãos responsáveis pelo controle e respectiva supervisão destes contratos são o Comitê de Governança Corporativa e Partes Relacionadas, o Conselho de Administração e uma área interna da Companhia dedicada à apuração e conferência dos serviços importados e exportados. Todo o qualquer serviço importado ou exportado é submetido a uma análise criteriosa que exige interação da área dedicada à apuração e conferência com as demais áreas internas da Companhia que importam e exportam o serviço. São averiguados se o tempo despendido nas atividades, o número de pessoas beneficiadas e o volume de negócios agregado demonstram efetivamente despendido pelos colaboradores para realizar as atividades em questão.

11.1 **Controladora direta e final**

A controladora direta da Companhia é a Energias de Portugal Investments and Services, Sociedade Limitada, sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

11.2 **Remuneração dos administradores**

11.2.1 **Opções de ações outorgadas pela Companhia**
Em maio de 2016, a Companhia instituiu plano de remuneração baseado em ações, o qual concede outorga futura de suas ações aos seus beneficiários (Nota 29.5.1). Dentre os mesmos, encontram-se diretores e diretores estatutários e não estatutários das controladas, sendo estimado no resultado de 2016 da Companhia o montante de R\$141 a ser reembolsado pelas controladas no momento da outorga. A entrega das ações serão concedidas quando o cumprimento de determinados condicionantes no prazo de 3 a 6 anos a partir do início do plano.

11.2.2 **Remuneração total do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária pagos pela Companhia referente aos exercícios fimos em 31 de dezembro (em R\$)**

	2016				2015			
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Remuneração (a)	5.233.960	0.056.200	6.590.165	1.135.568	5.133.581	1.731.898	6.867.467	
Benefícios de curto prazo (b)	98.159		98.159	105.331	6.218	111.549		
Benefícios - Previdência privada	94.447		94.447	57.430		57.430		
Total	5.716.566	1.056.200	6.776.766	5.298.342	1.738.104	7.036.446		

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais. (b) Referente aos benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicinal, vale alimentação e relação e seguro de vida.

11.2.3 **Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária referente aos exercícios fimos em 31 de dezembro (em R\$)**

	Controladora			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
2015	9,67	6,04	9,67	6,04
2016	358,800	1.511.769	333.593	1.858.079
Valor da maior remuneração individual	148,800	593.594	195.098	341.146
Valor da menor remuneração individual	287.793	952.761	426.006	908.807

Número de membros remunerados

Valor da maior remuneração individual

Valor da menor remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

Valor médio da remuneração individual

12 Estoques

	31/12/2016		31/12/2015	
	Consolidado		Consolidado	
Materia-prima e insumos para produção de energia				
Carvão	71.566	22.378	1.543	2.200
Diesel			318	1.333
Cal	2.930	140		
Outros	48.884	35.877	15.212	13.323
Resíduos e sucatas	15.212	13.323	76.387	26.051
Outros				18
(*) Perda estimada na realização dos estoques			(9.963)	(956)
Total	129.997	74.313		

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda em valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel. Os estoques de matéria-prima incluem gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os estoques de material de almoxarifado referem-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da prestação dos serviços de distribuição.

Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão, estão classificados nas rubricas de Imobilizado e Intangível.

13 Cauções e depósitos vinculados

	Controladora				Consolidado			
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Depósitos judiciais	28		5.923	10.649	11.115	22.273	10.580	7.386
Cauções e depósitos vinculados	222	222	5.923	10.649	11.115	22.273	10.580	7.386

Do montante Consolidado da rubrica de Cauções e depósitos vinculados apresentados no Circulante e Não circulante em 31 de dezembro de 2016 de R\$295 (R\$29.659 em 31 de dezembro de 2015), R\$10.266 (R\$20.376 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a garantia da Companhia em favor do Pecém, que contempla 6 vezes a última prestação paga, exigida no contrato de financiamento junto ao BNDES, devendo ser mantido em conta vinculada até a quitação do referido contrato. A verificação do exercício no montante de R\$7.964 é decorrente, principalmente, da redução de depósito cauções do Porto do Pecém que contemplava os depósitos mensais de 1/6 do pagamento da parcela de financiamento a vencer junto ao BID, em cumprimento aos contratos de financiamento. Com a liquidação antecipada do contrato de financiamento (Nota 4.15), tais montantes deixaram de ser constituídos.

14 Dividendos - Ativos e Passivos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio (JSCP) são reconhecidos nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos; quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios; quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia; (iii) dividendos adicionais; quando da aprovação pelo Conselho de Administração; (iv) dividendos ordinários; quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral Ordinária (AGO); e (v) dividendos intermediários e de exercícios anteriores; quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral. Os dividendos a receber são registrados como ativos nas demonstrações financeiras da Companhia, em consonância com a prática contábil do passivo anteriormente descrita.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida ao patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito. Para o JSCP a receber, são inicialmente registrados em receitas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida ao patrimônio líquido.

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 13 de abril de 2016, a destinação do lucro líquido referente ao exercício fimo em 31 de dezembro de 2015, com distribuição de: (i) dividendos no valor de R\$288.257; (ii) JSCP no montante de R\$14.992; e constituição de (iii) Reserva de Retorno de Lucros equalizando o valor de R\$389.790. Todos os montantes já haviam sido contabilizados em dezembro de 2015, sendo os mesmos pagos, sem ajuste, em 25 de maio de 2016.

Em 23 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração da Companhia deliberou o crédito de JSCP no montante bruto de R\$330.000, sendo R\$280.520 líquido de imposto de renda, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada. Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no exercício:

	Dividendos					Controladora					
	Ativo	31/12/2015	Propostos	Adicionais	Exercícios anteriores	JSCP	Intermediários	Partes beneficiárias	Recbimentos	Pagamentos	Pagos em 31/12/2016
Energias	3.009		45.345		70.177	5.823					
Energias	44.223				98.276						
EDP Comercializadora	67.434										
EDP Bandeirante	62.218		177.157								
EDP Escelsa	37.947		73.727								
Lajeado	74.975		12.880			30.333	28.730				
Santa Fé	2.173	4.810									
EDP GRD	2.447										
Pecém TM	248	338									
Costa Rica	-										
EDP PCH	-										
Total	316.774	5.148	329.907	98.276	100.510	183.708	(823.829)			- 208.994	

Passivo

Acionistas não controladores

EDP IS - Investimentos

Serviços

Sociedade Unipessoal Ltda.

Energias de Portugal

Investments and Services

Total

304.473

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

16 Ativos e Passivos Não circulantes mantidos para venda

Os montantes registrados nas respectivas rubricas estão mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo, líquido das despesas de venda. O saldo em 31 de dezembro de 2015 de R\$111.136, em sua totalidade, refere-se ao Investimento e Direito de concessão detido pela Companhia na Pantanal. Em 29 de janeiro de 2016 a Companhia concluiu a alienação da Pantanal para a Cachoeira Escuro Energéticos (Nota 4.4), sendo os montantes das rubricas devidamente ajustados no resultado do exercício na rubrica Ganho na alienação de investimento (Nota 31). Por se referirem à aquisição ou alienação de ativo provável, todos os ativos e passivos da Pantanal estavam classificados em linha separada do resultado. Por não se qualificar como operação descontinuada, nenhuma alteração havia sido efetuada na apresentação da demonstração do resultado.

17 Investimentos e Provisão para passivo a descoberto

Nas demonstrações financeiras da Controladora os investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa, são avaliadas por equivalência patrimonial.

• Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos de voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos de voto prontamente praticáveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação cessará a partir da data em que a Companhia perde o controle da investida.

• Coligadas e Controladas em Conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa com controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor. Os investimentos do Grupo EDP - Energias do Brasil em coligadas e joint ventures incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por pagamento acumulada.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação em Outros resultados abrangentes é reconhecida diretamente contra o Patrimônio líquido da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou controlada em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamento em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo EDP - Energias do Brasil e suas coligadas e controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação do Grupo EDP - Energias do Brasil. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas e controladas em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo EDP - Energias do Brasil.

• Combinação de negócios

Uma combinação de negócios ocorre por meio de um evento em que a Companhia ou suas controladas adquirem o controle de um novo ativo (negócio), independente da sua forma jurídica. No momento da aquisição a Companhia adquirente deverá reconhecer e mensurar os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores a valor justo, que resultará no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) ou em um ganho proveniente de compra vantajosa, sendo o ganho alocado ao resultado do exercício. Os custos gerados pela aquisição dos ativos deverão ser alocados diretamente ao resultado na medida que são incorridos.

• Combinação de negócios - Porto do Pecém

Em 09 de dezembro de 2014 a Companhia, por meio de Comunicado ao Mercado, informou que assinou o Acordo de Compra da Apêcs com a Eneva S.A. (Eneva), com o objetivo de adquirir 50,0% do capital total e votante da Porto do Pecém Geradora de Energia S.A. (Porto do Pecém) detida pela Eneva S.A. (Eneva). Em 15 de maio de 2015, a Companhia concluiu a aquisição dos 50,0% do capital total e votante de Porto do Pecém detido pelo montante de R\$300.000, passando a Companhia a deter 100,0% do capital total e votante da Porto do Pecém.

Com a conclusão da transação, a Companhia reverteu seu posicionamento estratégico como um gerador hidrotérmico.

No exercício de 2015, desde a aquisição de controle, a Porto do Pecém contribuiu para o consolidado com receitas de R\$795.685 e lucro líquido de R\$164.486. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício, a Porto do Pecém teria contribuído para o consolidado com receitas de R\$1.249.606 e lucro líquido de R\$279.826.

A determinação do valor justo na combinação de negócios foi feita com base em uma avaliação de avaliador independente contratado pela Companhia. A Administração da Companhia concluiu as análises dos efeitos do valor justo da Porto do Pecém juntamente com o avaliador até a aprovação das informações contábeis consolidadas em 30 de junho de 2015. Conforme estabelecido no item 45 do CPC 15 (R1) - "Combinação de Negócios", a Companhia dispunha de prazo de 1 ano para eventuais ajustes dos montantes envolvidos na combinação de negócios a partir da data de aquisição, finalizado em 15 de maio de 2016.

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição, em 15 de maio de 2015, é apresentado a seguir:

	Valor contábil	Valor justo	Valor justo reconhecido na aquisição
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	6.274	194.975	194.975
Concessionárias	111.041	(44.192)	66.849
Estoques	550.953	(223.812)	327.141
Tributos diferidos	209.461	56.000	265.461
Outros créditos	3.358.535	569.275	3.918.810
Imobilizado	2.632	107.933	110.565
Intangível	4.433.871	456.204	4.890.075
Passivos			
Fornecedores	253.227	378.048	378.048
Prestamento por indisponibilidade	378.048	378.048	378.048
Empréstimos e financiamentos	2.352.742	2.352.742	2.352.742
Provisões	5.107	21.745	26.852
Outras obrigações	268.957	217.475	268.957
Total do ativo líquido	3.258.081	21.745	3.279.826
Total do ativo líquido	1.175.790	434.459	1.610.249
Participação societária detida antes da aquisição	(a)	485.249	179.302
Aquisição da participação remanescente	(b)	690.541	255.157
Composição do ativo líquido adquirido	1.175.790	434.459	1.610.249
Ganho na combinação de negócios (Compra Vantajosa)			
Ganho na diluição da participação	(a)	97.014	100,00
Ganho na compra vantajosa	(b)	453.698	100,00
Caixa pago na aquisição de participação remanescente	(c)	(600.000)	100,00
Ganho do valor justo na participação anteriormente detida	(d)	173.300	100,00
Subtotal	922.014		
Ajustes decorrentes antes da aquisição do controle	(d)	(37.317)	
Total antes dos efeitos fiscais	884.697		
Fluxo de caixa da aquisição	(300.000)		
Caixa líquido adquirido com a controlada			
Caixa pago			
Fluxo de saída de caixa líquido	(293.728)		

(a) Ganho na diluição da participação

Em Assembleia Geral Ordinária, a Assembleia do GE da Porto do Pecém realizada em 15 de maio de 2015, somente a Eneva integralizou um aumento de capital social no montante de R\$399.321 provenientes da conversão de créditos relativos a contratos de R\$188.282, fornecimento de carvão de R\$180.509 e contratos de energia de R\$30.530. A Companhia, por sua vez, não efetuou o aumento de capital, resultando em uma diluição na participação dos 50,0% anteriormente detidos para 41,27%.

(b) Ganho na compra vantajosa

Após a integralização de capital social pela Eneva, o patrimônio líquido da Porto do Pecém atingiu o montante de R\$1.175.790. Com isso, a Companhia adquiriu uma participação remanescente de 58,73% da Eneva, equivalente a R\$690.541, mediante ao pagamento de R\$300.000 efetuado em 15 de maio de 2015.

17.2 Participação direta dos investimentos

	Ações/Quotas possuídas pela Companhia (Mil)		% de participação da Companhia		Ativos totais		Passivos (Circulantes e Não circulantes)		Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		Receitas		Resultado líquido do exercício	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	2016	2015	2016	2015
Companhia														
EDP Bandeirante	59.091.728	39.699.735	100,00	100,00	100,00	100,00	1.032.376	1.153.405	1.032.376	1.153.405	3.140.138	3.045.094	14.423	261.967
EDP Escalva	5.876	5.876	100,00	100,00	100,00	100,00	3.207.613	3.160.743	2.255.973	2.194.555	951.640	966.188	2.776.522	2.994.899
Enepegest	39.636	39.636	100,00	100,00	100,00	100,00	310.582	599.582	200.456	212.419	110.126	387.163	203.365	289.612
EDP PCH	245.102	245.102	100,00	100,00	100,00	100,00	313.668	34.029	313.668	34.029	279.839	67.222	29.000	1.680
Lajeado Energia	113.690	113.690	100,00	100,00	55,86	100,00	1.699.057	1.699.057	884.972	700.709	998.077	998.348	509.599	489.975
CEJA	12.897	12.897	50,00	50,00	50,00	50,00	946.501	880.897	371.946	394.675	574.555	486.222	35.333	(32.887)
Enepegest	499.951	499.951	60,00	60,00	60,00	60,00	1.762.771	1.806.062	824.836	402.858	937.935	1.403.204	309.696	435.627
Cachoeira Caldeirão	313.500	313.500	50,00	50,00	50,00	50,00	1.459.422	1.362.956	895.025	752.694	564.397	610.262	56.694	(45.865)
EDP Comercializadora	753	753	50,00	50,00	100,00	100,00	245.936	507.659	247.941	404.145	97.995	103.544	1.850.409	2.052.117
EDP GRID	10	23	100,00	100,00	100,00	100,00	64.923	78.741	30.920	61.541	3.003	17.200	16.071	(55.783)
Porto do Pecém	3.007.811	2.286.193	100,00	100,00	100,00	100,00	4.384.278	4.561.670	2.283.925	3.212.592	21.035	1.349.078	1.192.675	1.249.606
Pecém TM	600	600	50,00	50,00	50,00	50,00	20.515	13.636	14.522	9.810	5.931	3.826	53.763	23.902
Pecém OM	753	753	50,00	50,00	50,00	50,00	9.254	4.865	4.865	4.865	94	7.240	5.372	1.680
São Manoel	483.001	105.689	33,334	33,334	33,334	33,334	2.681.486	1.565.217	1.426.095	1.275.903	1.255.391	309.314	(310.897)	(4.948)
EDP Renováveis					100,00	100,00	21.200	21.214	21.200	21.214	21.200	21.214	1.662	81.500
Resende	21.513	21.513	100,00	100,00	100,00	100,00	21.200	21.214	21.200	21.214	21.200	21.214	(14)	(11)
Santa Fé	86.371	86.371	100,00	100,00	100,00	100,00	3.023.376	172.720	46.297	53.308	134.243	119.400	29.808	27.157
Costa Rica	7.302	7.302	51,00	51,00	51,00	51,00	31,267	29.753	4.721	3.502	21.636	26.251	13.317	26.855
Pantanal	23.390	23.390	100,00	100,00	100,00	100,00	112.763	112.763	110.457	110.457	3.651	55.458	540	29.087
Mabe	260.285	260.285	50,00	50,00	50,00	50,00	92.615	102.597	94.061	102.590	(1.446)	7	623	61.044
EDP Transmissão	1.000	1.000	100,00	100,00	100,00	100,00	79	94	2	117	77	(23)		(91)

17.3 Participação dos não controladores

A participação total dos não controladores no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 é de R\$1.461.752 dos quais R\$10.602 corresponde à Costa Rica, R\$435.955 corresponde à Investico, R\$640.021 corresponde à Lajeado e R\$375.174 corresponde à Enepegest.

As informações sintéticas de fluxo de caixa das controladas, estão apresentadas a seguir:

	Costa Rica	Investico	Enepegest	Lajeado	Total
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	10.872	202.931	240.991	95.313	550.107
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(18)	(6.641)	(2.097)	198.039	189.283
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(13.328)	(220.241)	(240.438)	(295.468)	(769.475)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(2.474)	(23.951)	(1.544)	(2.116)	(30.085)

17.4 Reconciliação das informações financeiras dos Investimentos

Segue abaixo a reconciliação dos principais saldos de investimento:

	EDP Bandeirante	EDP Escalva	Lajeado	Enepegest	EDP PCH	Enepegest	Porto do Pecém	São Manoel
Patrimônio líquido - Saldo inicial								
Aumento de Capital	1.133.485	1.068.756	966.188	907.000	966.177	684.670	1.340.078	1.175.790
Distribuição de dividendos aos acionistas	(242.907)	(186.263)	(136.784)	(44.643)	(147.969)	(60.300)	(156.714)	(14.000)
Outros lucros (prejuízo) do exercício	144.423	261.967	213.490	126.789	145.716	92.373	126.307	170.269
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(29.819)	(10.975)	(91.254)	(65.018)	(18)	98	(350.000)	(255.589)
Patrimônio líquido - Saldo final	1.002.182	1.133.485	951.640	966.188	966.077	998.348	1.403.204	1.255.391
Partes Beneficiárias	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	55,86%	55,86%	60,00%	100,00%
Benefício Fiscal	1.002.182	1.133.485	951.640	966.188	556.433	557.701	841.922	279.639
Resultados Acumulados	(252.150)	(252.150)	(252.150)	(252.150)	(252.150)	(252.150)	(252.150)	(252.150)
Saldo contábil do investimento na Controladora	1.002.182	1.133.485	951.640	966.188	356.056	357.008	562.761	841.922
Participação dos não controladores	-	-	-	-	(640.021)	(641.340)	(375.174)	(561.282)

18 Empreendimentos controlados em conjunto (Joint Ventures)
Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 45 - Divulgação em Outras Entidades, as demonstrações financeiras resumidas relativas a cada um dos empreendimentos controlados em conjunto relevantes estão apresentadas a seguir. A avaliação do investimento desde empreendimentos são contabilizados utilizando o método da equivalência patrimonial e os valores apresentados nas demonstrações financeiras foram elaborados de acordo com as IFRS. Todas as informações apresentadas abaixo representam 100% dos saldos da CEJA, Cachoeira Caldeirão e São Manoel que, na avaliação da Companhia, são considerados relevantes para divulgação.
CEJA
A CEJA detém 100% da participação societária na ECE Participações que é a detentora da concessão da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari, com sede na cidade de São Paulo.
Cachoeira Caldeirão
A Cachoeira Caldeirão é a detentora do direito de concessão da Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão, com sede na cidade de Ferreira Gomes no estado do Amapá.
São Manoel
A São Manoel é a detentora do direito de concessão da Usina Hidrelétrica São Manoel, com sede na cidade do Rio de Janeiro.
A São Manoel celebrou um contrato Engineering Procurement and Construction - EPC junto ao consórcio constituído pelas empresas CONSTRAN S.A., Construções e Comércio (CONSTRAN) e UTC Engenharia S.A. (UTC). Desde 2014, ambas as empresas do consórcio foram incluídas nas investigações da "Operação Lava Jato", dirigidas pelo Ministério Público Federal em conjunto com a Polícia Federal, cujo objetivo é identificar casos de corrupção e lavagem de dinheiro junto a empresas públicas. Contudo, desde agosto de 2014 quando a obra foi iniciada, o consórcio apresentou desempenho dentro do esperado com o cumprimento de todos os prazos pertinentes ao cronograma estabelecido no contrato de concessão. Para evitar possíveis impactos na construção da UHE São Manoel, a São Manoel contratou uma empresa de auditoria independente para acompanhar todas as questões administrativas e de pagamentos relativos a obra.
Atualmente, a São Manoel possui um contrato de prestação de serviços para a construção da obra, mesmo a São Manoel já tendo aplicado os recursos necessários para as liquidações perante a estes fornecedores.

(c) Ganho decorrente da avaliação do valor justo

O laudo de avaliação apontou o valor justo da Porto do Pecém no montante de R\$434.459, dos quais R\$179.302 refere-se a participação anteriormente detida e R\$255.157 da participação adquirida, proveniente dos seguintes ajustes:

• Outros créditos: Na rubrica "Outros créditos" foi considerado no cálculo do valor justo a inclusão do montante de R\$56.000 referente a expectativa de recebimento de parte do seguro relativa à reposição de um gerador avariado. Em contrapartida, foi considerado na rubrica "Estoques" a redução de R\$44.192 referente à baixa do referido gerador avariado.

• Imobilizado e Intangível: Após análise do avaliador independente, foi identificado que o fluxo de caixa descontado gerado pelo Imobilizado e Intangível ao longo de sua vida útil superam o seu valor contábil, gerando os ajustes no montante de R\$566.275 e R\$107.933, respectivamente.

• Provisões: Na determinação do valor justo, também foi considerada uma contingência possível no montante de R\$21.745 resultante de processo judicial promovido por prestador de serviços na construção da usina que questiona suposto descumprimento contratual. Atualmente a ação se encontra na fase de julgamento, que será necessária para identificar e materializar as lutas nas prestações de serviço e seus reflexos financeiros. Assim, o adicional acrescido na determinação do valor justo refere-se ao valor estimado pela Administração como risco provável de desembolso.

• Tributos

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Ativo	CEJA - Consolidado		Cachoeira Caldeirão		São Manoel	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Balanco Patrimonial						
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	46.475	74.639	8.346	39.916	38.221	47.862
Consumáveis e Concessionárias	35.067	39.887	8.796	-	-	-
Outros ativos circulantes	20.782	48.461	359	121	510	504
Não circulante	102.304	153.987	17.441	40.037	38.731	48.366
Impostos e contribuições sociais	8.461	5.800	55.554	57.140	92.965	69.382
Tributos diferidos	53.614	7.351	32.383	6.933	164.118	1.359
Outros ativos não circulantes	86.562	8.032	2.213	76	2.364	2.757
Imobilizado	118.837	21.183	90.150	66.149	259.447	76.098
Intangível	1.153.195	1.165.469	1.336.286	1.205.010	2.316.753	1.401.301
Outros ativos não circulantes	596.196	882.513	15.545	51.700	94.555	59.652
Total do ativo	1.940.332	1.924.152	1.459.422	1.362.956	2.681.486	1.585.217
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	20.938	27.414	36.844	44.852	14.492	13.234
Debitores	124.559	128.979	3.956	145.748	3.928	471.946
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	54.244	53.635	110.713	145.748	38.221	471.946
Provisões	11.870	10.228	19.937	23.058	37.199	49.889
Outros passivos circulantes	11.024	12.727	11.788	12.710	12.975	16.290
Não circulante	222.835	232.983	193.238	228.368	68.594	1.196.112
Tributos diferidos	183.877	196.179	208.679	185.135	292.223	233.223
Debitores	116.255	49.484	202.679	185.135	292.223	233.223
Empréstimos e financiamentos	688.740	729.942	478.324	319.736	1.014.508	-
Uso do bem público	20.677	19.526	10.404	9.410	40.264	35.172
Adiantamento para futuro aumento de capital	129.000	26.000	-	-	-	-
Provisões	4.084	564	13.833	11.723	10.505	44.619
Outros passivos não circulantes	3.909	162	547	322	1	-
Patrimônio Líquido	1.142	1.204.947	117.187	523.266	1.357.501	79.791
Total do passivo e patrimônio líquido	1.940.332	1.924.152	1.459.422	1.362.956	2.681.486	1.585.217

Passivo	CEJA - Consolidado		Cachoeira Caldeirão		São Manoel	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante						
Fornecedores	20.938	27.414	36.844	44.852	14.492	13.234
Debitores	124.559	128.979	3.956	145.748	3.928	471.946
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	54.244	53.635	110.713	145.748	38.221	471.946
Provisões	11.870	10.228	19.937	23.058	37.199	49.889
Outros passivos circulantes	11.024	12.727	11.788	12.710	12.975	16.290
Não circulante	222.835	232.983	193.238	228.368	68.594	1.196.112
Tributos diferidos	183.877	196.179	208.679	185.135	292.223	233.223
Debitores	116.255	49.484	202.679	185.135	292.223	233.223
Empréstimos e financiamentos	688.740	729.942	478.324	319.736	1.014.508	-
Uso do bem público	20.677	19.526	10.404	9.410	40.264	35.172
Adiantamento para futuro aumento de capital	129.000	26.000	-	-	-	-
Provisões	4.084	564	13.833	11.723	10.505	44.619
Outros passivos não circulantes	3.909	162	547	322	1	-
Patrimônio Líquido	1.142	1.204.947	117.187	523.266	1.357.501	79.791
Total do passivo e patrimônio líquido	1.940.332	1.924.152	1.459.422	1.362.956	2.681.486	1.585.217

Demonstração do Resultado	CEJA - Consolidado		Cachoeira Caldeirão		São Manoel	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Recargas	230.243	215.597	56.694	-	-	-
Custo da produção e serviço de energia elétrica	(100.556)	(111.760)	(83.989)	(375)	-	-
Depreciação e amortização	(19.721)	(18.870)	(32)	-	-	-
Despesas e Receitas operacionais	(4.012)	(6.386)	(9.490)	(18.044)	(470.693)	(7.541)
Resultado financeiro	(119.549)	(110.251)	(52.498)	406	(383)	44
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	49.628	3.377	23.452	6.125	160.189	2.549
Resultado líquido do exercício	35.333	(32.887)	(85.685)	(11.888)	(310.897)	(4.948)

18.2 Provisões civis, fiscais e trabalhistas e depósitos vinculados a litígios - Circulante e Não circulante
As Provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.
Risco de perda provável
CEJA
A ECE Participações, controlada integral da CEJA, possui demandas judiciais de natureza trabalhista e civis avaliadas pelos assessores jurídicos com expectativa de perda provável em 31 de dezembro de 2016 no valor de R\$367 (R\$352 em 31 de dezembro de 2015). Não há demandas judiciais de natureza fiscal com expectativa de perda provável, portanto, não há valores provisionados destas naturezas nas demonstrações financeiras.
Cachoeira Caldeirão
A Cachoeira Caldeirão possui demandas judiciais de natureza trabalhista e civis avaliadas pelos assessores jurídicos com expectativa de perda provável no montante de R\$3.561 (R\$8 em 31 de dezembro de 2015). Não há demandas judiciais de natureza fiscal com expectativa de perda provável, portanto, não há valores provisionados destas naturezas nas demonstrações financeiras.
São Manoel
A São Manoel não possui demandas judiciais de natureza civil, fiscal e trabalhista avaliadas pelos assessores jurídicos com expectativa de perda provável, não havendo, portanto, valores provisionados.
Risco de perda possível
CEJA
Existem processos de natureza trabalhista e civis, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 no valor de R\$1.682 (R\$366 em 31 de dezembro de 2015).
Cachoeira Caldeirão
Existem processos de natureza trabalhista e civis, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 no valor de R\$1.939 (R\$1.103 em 31 de dezembro de 2015).
São Manoel
Existem processos de natureza trabalhista e civis em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão cujo montante em 31 de dezembro de 2016 é de R\$56.

A São Manoel é parte em três ações civis públicas propostas pelo Ministério Público Federal - MPF, sob a alegação de supostas irregularidades no licenciamento ambiental para a construção de uma Usina Hidrelétrica (UHE) São Manoel, tais como: (i) ausência de estudos dos impactos sobre unidades de conservação; (ii) não cumprimento das condicionantes relativas ao componente indígena e (iii) cumprimento de condicionantes da licença prévia.
Em todas as ações o MPF requer em sede de liminar a suspensão do licenciamento. Em virtude da complexidade dos pedidos, não é possível estimar o valor econômico envolvido, pois os reflexos de eventual suspensão do licenciamento vão variar de acordo com a fase em que se encontram as obras. Apesar dos argumentos sólidos da defesa, a Companhia e seus assessores jurídicos classificam a ação com risco possível em virtude da tendência protetiva da matéria anterior nas mesmas ações se encontram em fase de instrução.
18.3 Compromissos contratuais e Garantias
18.3.1 Compromissos contratuais
Em 31 de dezembro de 2016 os empreendimentos controlados em conjunto apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados pelo seu montante total.
Os materiais e serviços incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços vinculados à construção das UHEs Cachoeira Caldeirão e São Manoel.
Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decorrer normal de suas atividades operacionais atualizadas com as respectivas taxas projetadas e ajustadas ao valor presente pela taxa de 6,8% na CEJA e 7% na Cachoeira Caldeirão e São Manoel que representam a taxa média de financiamento para a construção dos empreendimentos.

Responsabilidades com locações operacionais	CEJA - Consolidado		Cachoeira Caldeirão		São Manoel	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Obrigações de compra	436	187	823	839	159	161
Compra de Energia	14.461	13.184	108.919	100.343	-	-
Materiais e serviços	13.859	21.141	37.527	83.076	907.234	1.455.135
Prêmio de risco - GSF	63.980	83.066	-	-	-	-
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debitores	354.451	451.123	391.034	335.249	930.344	31.696
Total	447.187	568.301	538.303	519.507	1.837.373	1.486.992

Responsabilidades com locações operacionais	CEJA - Consolidado		Cachoeira Caldeirão		São Manoel	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Obrigações de compra	352	157	663	707	129	160
Compra de Energia	17.627	16.581	135.908	126.318	-	-
Materiais e serviços	11.245	18.021	30.414	70.457	737.347	1.237.951
Prêmio de risco - GSF	241.816	88.828	-	-	-	-
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debitores	455.023	590.194	560.743	454.239	1.378.740	30.278
Total	728.863	713.781	727.728	651.712	2.116.216	1.268.389

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os meios sem obrigação de correção e não estão ajustados ao valor presente, com as respectivas taxas na data base de 31 de dezembro de 2016, ou seja, são provisionados com base no valor presente.

Responsabilidades com locações operacionais	CEJA - Consolidado		Cachoeira Caldeirão		São Manoel	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Obrigações de compra	352	157	663	707	129	160
Compra de Energia	17.627	16.581	135.908	126.318	-	-
Materiais e serviços	11.245	18.021	30.414	70.457	737.347	1.237.951
Prêmio de risco - GSF	241.816	88.828	-	-	-	-
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debitores	455.023	590.194	560.743	454.239	1.378.740	30.278
Total	728.863	713.781	727.728	651.712	2.116.216	1.268.389

Seguro garantia	CEJA - Consolidado		Cachoeira Caldeirão		São Manoel	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Executante construtor	2.237.961	2.435.445	1.310.760	1.681.052	2.989.211	1.197.814

18.3.2 Garantias
18.3.2.1 Garantia oferecida

Depósito Caução	Modalidade	CEJA - Consolidado		Cachoeira Caldeirão		São Manoel	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos e financiamentos		33.262	30.341	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos		371.914	392.379	340.800	511.746	346.839	429.916
Fianga Bancária		120.613	181.156	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos		371.914	392.379	340.800	511.746	693.782	472.622
Fianga Corporativa		120.613	181.156	-	-	294.363	215.023
Recebíveis		2.333	-	1.558	-	-	-
Empréstimos e financiamentos		473.276	473.276	627.602	627.602	1.573.974	-
Empréstimos e financiamentos		744.036	784.578	-	-	-	-
Seguro garantia		-	-	29.958	80.253	80.253	80.253
Total		2.237.961	2.435.445	1.310.760	1.681.052	2.989.211	1.197.814

19 Ativo financeiro indenizável
As contrapartidas EDP Bandeirante e EDP Escala apresentam ativo no ativo não circulante referente a crédito a receber do Poder Concedente ao final do processo, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados, originados da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1). Estes ativos financeiros são avaliados a valor justo com base no Valor Noivo de Reposição - VNR dos ativos vinculados à concessão, revisado a cada três anos por meio do laudo de avaliação da Base de remuneração regulatória - BRR para a EDP Escala e quatro anos para EDP Bandeirante, conforme estabelecido no Contrato de concessão.
O Ativo financeiro indenizável é ajustado: (i) por atualização de IPCA de acordo com a Resolução Normativa nº 686 de 23 de novembro de 2015; e (ii) por ações e baixas de valores ítem da infraestrutura conforme regulamentação da ANEEL.
Estes ativos serão reversíveis ao Poder Concedente no final da concessão e os efeitos da mensuração a valor justo são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.
Nesse sentido, a avaliação é validada mediante fiscalização da ANEEL a ocorrer a partir de inspeções em campo da infraestrutura da concessão, segundo metodologia e critérios de avaliação de bens, considerados elegíveis, das concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, com o objetivo estabelecer o nível eficiente dos custos operacionais e da base de remuneração regulatória das concessionárias.
No mês de setembro de 2016, conforme disposição legal da Resolução Normativa nº 396, de 23 de fevereiro de 2016, a EDP Escala efetuou a contabilização do Laudo de Avaliação dos Ativos aprovado no âmbito da 1ª Revisão Tarifária Periódica O R1 da Base de Remuneração Líquida dos ativos, conforme Nota Técnica nº 243/2016-SGT/ANEEL, de 26 de julho de 2016, foram obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada com os valores das incluídas ocorridas em seus dados-base do terceiro ciclo e da atual revisão tarifária, denominado base incremental. O ajuste do valor justo comparado com aquele já registrado base no último laudo aprovado e suas correspondentes ações e baixas decorre, substancialmente, de diferenças nas premissas utilizadas pela EDP Escala para avaliar a base incremental do Ativo financeiro indenizável deste ciclo tarifário, das seguintes premissas homologadas pela ANEEL no Laudo de Avaliação, tais como percentual de glosa e base dos investimentos, gerando uma mais valia na referida rubrica de RS148.243.
A movimentação do exercício é a seguinte:

Ativo financeiro indenizável	Consolidado			
	Valor líquido em 31/12/2015		Transferência do ativo intangível	
	Valor Justo	Baixas	Valor Justo	Valor líquido em 31/12/2016
Total	1.230.134	242.647	194.262	1.183.977
Não circulante	1.230.134	242.647	194.262	1.183.977

20 Imobilizado
Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.
O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.
A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela IV-A do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 774 de 11 de agosto de 2015.
No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados às usinas hidrelétricas passaram a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL e o apurado da matriz da mesma.
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum tipo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no exercício findo, a Administração da Companhia e de suas controladas julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução do valor recuperável.
O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.
A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela IV-A do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 774 de 11 de agosto de 2015.
No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados às usinas hidrelétricas passaram a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL e o apurado da matriz da mesma.
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum tipo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no exercício findo, a Administração da Companhia e de suas controladas julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução do valor recuperável.

20.1 Composição do Imobilizado

Imobilizado em serviço

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

21.1.2 Direito de concessão - Outros

	Consolidado		Total
	31/12/2016	31/12/2015	
EDP Bandeirante			
Lajeado			
Enerpeixe			
Porto do Pecém			
Investo			
Total			

Referem-se a diferença entre o custo total de aquisição do investimento e o seu valor justo, deduzidas das despesas de amortização. A amortização é linear de acordo com o prazo da concessão.

21.1.3 **Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP**
Referem-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado às UHES e PCHs das controladas Investo, Enerpeixe e EDP PCH. E constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o Uso do Bem Público a título do contrato de concessão, registrados em contrapartida do passivo (Nota 27). A amortização será até o final do contrato de concessão, para as controladas Enerpeixe e Investo, e pelo prazo de 5 anos a partir da mudança do regime de exploração, para a controlada EDP PCH, com término em junho de 2019.

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2015	Amortização	Cisão (Nota 4.2)	Saldo em 31/12/2016
Investo	11.013	(646)		10.365
Enerpeixe	103.844	(4.964)		98.880
EDP	4.314	(201)	(4.113)	-
EDP PCH	-	(1.022)	4.113	3.111
Total	119.171	(6.815)	-	112.356

21.1.4 **Ágio - Incorporação de Sociedade Controladora**
Referem-se à parcela cindida do ágio incorporado nas controladas EDP Bandeirante, EDP Escelsa e Lajeado, decorrentes da aquisição de ações das mencionadas companhias, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e IPCF 09 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo realizado pela curva da expectativa de resultados futuros dentro do prazo de concessão das controladas.

21.1.5 **Goodwill**
O Goodwill é o valor excedente do custo da combinação de negócios em relação à participação da empresa adquirente sobre o valor justo dos ativos e passivos da adquirida, ou seja, o excedente à parcela paga a maior pela empresa adquirente devido à expectativa de geração de lucros futuros na empresa adquirida. Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do goodwill inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o goodwill é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. O goodwill não deve ser amortizado, mas é objeto de análise de redução ao valor recuperável.
O goodwill é composto pelos seguintes montantes: (i) R\$42.293 gerado na combinação de negócios em setembro de 2008 quando a Companhia efetuou a troca de participação acionária detida na Energia NS pelas participações acionárias detidas pela Rede Energia S.A. nas participadas Lajeado e Investo, bem como pelas participações acionárias detidas pela Rede Power do Brasil S.A. na Lajeado e Tocantins Energia S.A.; e (ii) R\$31.804 gerado quando da aquisição da EDP Soluções pela controlada EDP GHID em dezembro de 2015.
A variação no exercício no montante de R\$7.011 é devido à baixa pelo não pagamento de contraprestação contingente na aquisição da EDP Soluções, decorrente do não cumprimento de índices de performance (Nota 28.5).

	Controladora						
	Valor líquido em 31/12/2015	Ingressos em 31/12/2015	Transferência para Intangível em serviço		Reclas. Intangível em 31/12/2016	Valor líquido em 31/12/2016	Valor líquido em 31/12/2015
			Juros para ativo financeiro indenizável	Amortização			
Intangível em serviço							
Software	1.862	-	7.567	(988)	473	8.914	8.914
Total do Intangível em serviço	1.862	-	7.567	(988)	473	8.914	8.914
Intangível em curso							
Outros Intangíveis em curso	5.085	6.108	(7.567)	-	3.639	7.265	7.265
Total do Intangível em curso	5.085	6.108	(7.567)	-	3.639	7.265	7.265
Total do Intangível	6.947	6.108	-	(988)	4.112	16.179	16.179

	Consolidado						
	Valor líquido em 31/12/2015	Ingressos em 31/12/2015	Transferências para ativo financeiro indenizável		Amortização	Reclas. Intangível em 31/12/2016	Valor líquido em 31/12/2016
			Juros para ativo financeiro indenizável	Amortização			
Intangível em serviço							
Software	3.992	9.478	(2.011)	567	12.026	12.026	12.026
Serviço permanente	3.674	-	(350)	204	3.528	3.528	3.528
Direito de concessão - Licenças ambientais	2.559	39.207	(5.360)	-	36.406	36.406	36.406
Direito de concessão - Uso de Bem Público - UBP	1.607.287	352.302	(242.647)	(185.919)	(22.720)	1.508.303	1.508.303
Direito de concessão - Outros	119.171	-	(6.815)	-	112.356	112.356	112.356
Outros Intangíveis em serviço	6.838	-	(2.363)	-	4.475	4.475	4.475
Total do Intangível em serviço	2.427.905	-	400.987	(242.647)	(241.102)	2.225.143	2.225.143
Intangível em curso							
Direito de concessão - Infraestrutura	143.737	474.566	6.084	(352.302)	(3.327)	474	268.284
Desenvolvimento de projetos	21.258	8.868	-	-	-	25,116	25,116
Outros Intangíveis em curso	25.062	48.897	(48.685)	(129)	3.838	27.983	27,983
Total do Intangível em curso	191.057	525.321	6.084	(400.987)	(3.456)	3.364	321,383
Goodwill	81.108	-	-	(7.011)	74.097	74,097	74,097
Total do Intangível	2.700.970	525.321	6.084	(242.647)	(241.102)	2.259.674	2.259,674

23 Debêntures

23.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente Fiduciário	Empresa	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Controladora							
											31/12/2016		31/12/2015					
											Circulante	Principal	Circulante	Principal				
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP - Energias do Brasil	Instrução CVM nº 476/09	50.000	10	500.000	11/04/2013	11/04/2016	Investimentos gerais pela Companhia	CDI + 0,55% a.a. abril/2015 e abril/2016	Juros semestral e amortização em parcelas iguais em a.a. abril/2015 e abril/2016	-	7.629	250.000	257.629				
(i) Custos de emissão	Energias do Brasil				(500)	11/04/2013	11/04/2016			Amortização mensal	-	-	(32)	(32)				
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP - Energias do Brasil	Instrução CVM nº 400/03	664.253	1	664.253	15/09/2015	15/08/2016	Destinada ao resgate antecipado da 1ª emissão de da Companhia.	CDI + 1,74% a.a. até 14/03/2016	Amortizações anuais a partir de setembro de 2015 e juros semestral	29.945	332.126	332.126	694.197	22.845			
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP - Energias do Brasil	Instrução CVM nº 400/03	179.887	1	179.887	15/09/2015	15/09/2021	Destinada a investimentos da Companhia	IPCA + 8,8201% a.a. até 14/03/2016	Amortizações anuais a partir de setembro de 2015 e juros semestral	4.858	195.994	200.852	3.223	183.194	186.417		
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP - Energias do Brasil	Instrução CVM nº 400/03	48.066	1	48.066	15/09/2015	15/09/2024	Destinada a investimentos em projetos da Companhia	IPCA + 8,2608% a.a. até 14/03/2016	Amortizações anuais a partir de setembro de 2015 e juros semestral	1.290	52.370	53.660	840	48.950	49.790		
(i) Custos de emissão	Energias do Brasil				(16.347)	15/09/2015	15/09/2024			Amortização mensal	(9.308)	(9.308)	-	(14.944)	(14.944)			
Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	EDP - Energias do Brasil	Instrução CVM nº 476/09	25.000	10	250.000	22/03/2016	15/04/2022	Destinada a investimentos em projetos da Companhia	IPCA + 8,3479% a.a.	Amortizações anuais a partir de abril de 2021 e juros semestrais	4.307	258.160	262.467	-	-			
(i) Custos de emissão	Energias do Brasil				(7.097)	22/03/2016	15/04/2022			Amortização mensal	(6.169)	(6.169)	-	-				
Total											40.400	332.126	823.173	1.195.699	34.537	249.968	881.453	1.165.958

Agente Fiduciário	Empresa	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Consolidado						
											31/12/2016		31/12/2015				
											Circulante	Principal	Circulante	Principal			
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Escelsa	Instrução CVM nº 476/09	17.680	10	176.800	27/08/2014	27/08/2020	Alongamento da dívida e capital de giro.	CDI + 1,80% a.a. a partir de 25/02/2016 (i) e juros semestral	Principal semestral a partir de 27/08/2018	9.062	176.800	185.862	9.102	176.800	185.902	
(i) Custos de emissão	EDP Escelsa				(599)	27/08/2014	27/08/2020			Amortização mensal	(315)	(315)	-	(432)	(432)		
Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	EDP Escelsa	Instrução CVM nº 476/09	12.000	10	120.000	05/02/2016	05/02/2020	Alongamento da dívida e capital de giro.	CDI + 2,30% a.a.	Principal semestral a partir de 05/02/2018 e juros semestral	7.609	120.000	127.609	-	-		
(i) Custos de emissão	EDP Escelsa				(1.461)	05/02/2016	05/02/2020			Amortização mensal	(1.016)	(1,016)	-	-			
SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda. Bandeirante	EDP CVM nº 400/03	Instrução	39.000	10	390.000	01/07/2010	01/07/2010	Recomposição da dívida, financiamento de capital de giro e ao pagamento de dívidas e ao financiamento de capital de giro.	CDI + 1,50% a.a.	Principal anual e juros semestral	-	7.393	156.000	163.393	-		
(i) Custos de emissão	Bandeirante				(2.676)	01/07/2010	01/07/2010			Amortização mensal	-	-	(54)	(54)			
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Bandeirante	Instrução CVM nº 476/09	300	1.000	300.000	30/04/2014	30/04/2019	Alongamento da dívida, financiamento de capital de giro.	CDI + 1,39% a.a.	Principal semestral a partir de abril/2017 e juros semestral	101	72.000	108.000	180.101	11.943	300.000	311.943
(i) Custos de emissão	Bandeirante				(2.413)	30/04/2014	30/04/2019			Amortização mensal	(806)	(806)	-	(1.410)	(1.410)		
Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	EDP Bandeirante	Instrução CVM nº 476/09	10.000	10	100.000	05/02/2016	05/02/2020	Alongamento da dívida e capital de giro.	CDI + 2,30% a.a.	Principal semestral a partir de 06/02/2018 e juros semestral	6.341	100.000	106.341	-	-		
(i) Custos de emissão	Bandeirante				(1.217)	05/02/2016	05/02/2020			Amortização mensal	(847)	(847)	-	-			
Oliveira Trust	Energist CVM nº 476/09	Instrução	120.000	1	120.000	23/04/2012	23/04/2017	Alongamento da dívida, financiamento de capital de giro e financiamento de CAPEX.	CDI + 0,98% a.a. até 17/09/2015	Principal anual a partir de abril/2016 e juros semestral	1.643	60.000	61.643	3.362	60.000	60.000	123.362
(i) Custos de emissão	Energist				(635)	23/04/2012	23/04/2017			Amortização mensal	(23)	(23)	(95)	(24)	(119)		
Simplic Financeira Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Energist CVM nº 476/09	Instrução	3.600	10	36.000	20/04/2016	20/04/2018	Reforço de capital de giro e refinanciamento do endividamento da emissora.	CDI + 2,25% a.a.	Principal anual e juros semestrais	1.074	36.000	37.074	-	-		
(i) Custos de emissão	Energist				(427)	20/04/2016	20/04/2018			Amortização mensal	(275)	(275)	-	-			

21.3 Teste de redução ao valor recuperável

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios e intangíveis com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado da unidade geradora de caixa individual, representativa do conjunto de Intangível.
O valor recuperável do ágio das controladas é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de impairment. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.
Nesta base, para efeitos destes testes, foram definidos um conjunto de premissas de forma a determinar o valor recuperável dos principais investimentos:
• Unidades geradoras de caixa: EDP Bandeirante, EDP Escelsa, Enerpeixe, EDP Comercializadora, Enerpeixe, Lajeado, Investo e Porto do Pecém;
• Base de determinação do valor recuperável: valor em uso - equity value;
• Determinação dos fluxos de caixa: volume de produção, consumo e tarifas previstas e valor residual no final da concessão calculado com base no Valor Novo de Respeição - VNR;
• Prazo utilizado para fluxo de caixa: final da concessão, exceto EDP Comercializadora;
• Taxa média de correção da BRR (Distribuidoras), contratos de venda de energia (Geração) e custos operacionais: Premissa IGP-M 5,88% a.a. e IPCA 5,93% a.a.
Em 31 de dezembro de 2016 o teste de recuperação dos ágios e intangíveis da Companhia e suas controladas não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas nos ativos intangíveis.

22 Fornecedores

	Controladora			
	31/12/2016		31/12/2015	
	Circulante	Principal	Circulante	Não circulante
Suprimento de energia elétrica	22.1	534.526	701.568	3.892
Energia livre	22.2	99.109	86.878	-
Encargos de uso da rede elétrica	22.3	59.844	56.856	-
Operações COCEE	22.3	132.093	229.632	-
Materiais e serviços		13.161	298.006	233.085
Total	13.161	13.203	1.123.578	1.308.019

São imputados inicialmente pelo valor justo acessado de quaisquer custos de transação antrópicos. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

22.1 Suprimento de Energia elétrica

A redução nos valores a pagar referentes a Suprimento de Energia elétrica em 31 de dezembro de 2016 decorre, principalmente: (i) da substituição de contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCERAR por contratos mais baratos na modalidade de cotas; (ii) da diminuição do despacho termoeletrônico pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, que diminui o pagamento da parcela variável destes contratos relacionados a produção de energia; e (iii) da redução do preço da energia adquirida de Itaipu influenciado pela taxa cambial do dólar que passou de R\$3,90 em 31 de dezembro de 2015 para R\$3,26 em 31 de dezembro de 2016.

22.2 Energia livre

A Energia livre refere-se a valores a pagar a geradoras de energia elétrica referente as perdas ocorridas no período de racionamento de energia entre junho de 2001 a fevereiro de 2002, no qual ocorreu a comercialização de energia elétrica que não estava contratada. As controladas EDP Bandeirante e EDP Escelsa possuem contratos com geradoras de energia elétrica a partir de fevereiro de 2003, com base nas regulamentações existentes a época. A ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 387/09, alterou a metodologia de amortização dos saldos de Perda de Recalce e Energia Livre passando a iniciar concomitantemente a partir de janeiro de 2002, limitada ao prazo máximo definido na Resolução ANEEL nº 1/04.
No Despacho ANEEL nº 2.517/10, foi divulgado o valor a ser liquidado entre os agentes de distribuição e geração, atualizados pela taxa SELIC mensal. Tal liquidação deveria ter ocorrido até 30 de setembro de 2010. Com o objetivo de suspender o referido ato, a Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica - ABRADEE, representando as distribuidoras do país, dentre elas as controladas EDP Bandeirante e EDP Escelsa, impetrou Mandado de Segurança (Processo nº 91.2010.4.01.3400 - 15ª Vara Federal do Distrito Federal) com pedido de liminar que foi concedido.
Em 9 de maio de 2015, porém, foi proferida sentença julgando extinto o feito, sem resolução de mérito, pela inadequação da via eleita (Mandado de Segurança). Entretanto, os pagamentos por parte das controladas EDP Bandeirante e EDP Escelsa permanecem suspensos, tendo em vista a interposição de recurso de apelação contra a referida sentença, ao qual foi atribuído efeito suspensivo (suspensos, portanto, os efeitos da sentença desfavorável às distribuidoras).

Por oportuno, importante salientar que as distribuidoras, paralelamente, ajuizaram ação ordinária com o mesmo objetivo do Mandado de Segurança, porém tal demanda também foi extinta, sob o argumento de que já havia outro feito com as mesmas partes, mesmo pedindo e mesmo fundamentos de fato e de direito (litispendência). Em face de tal decisão, também foi interposto recurso de Apelação ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o qual pendente de julgamento.

22.3 Aplicação do Generation Scaling Factor - GSF

Do montante a ser liquidado junto à COCEE de R\$132.093, R\$84.856 refere-se a controlada Enerpeixe relativos a aplicação do GSF (fator que mede o volume de energia gerado pelas hidrelétricas) acrescidos de atualização monetária das competências de março de 2015, que serão liquidados quando da repactuação do risco hidrelétrico (Nota 4.3).

A controlada Enerpeixe, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE, propôs, em 18 de junho de 2015, ação judicial visando prevenir e reparar danos que desde janeiro de 2014 a Enerpeixe vem sofrendo em consequência de atos estatais que alteraram as condições objetivas, físicas e jurídicas à vista das quais foram tomadas decisões de investimento em geração hidrelétrica e frustraram a geração das usinas hidrelétricas.

Em 1º de julho de 2015 foi concedida liminar que impede a aplicação pela ANEEL do ajuste do MRE, caso haja geração total do MRE em montante inferior à garantia física para o grupo de empresas representadas pela APINE até o término em julgamento da ação mencionada. A decisão proferida pela juíza federal da 20ª Vara Federal do Distrito Federal determinou multa diária de R\$50 à ANEEL, caso a decisão não seja cumprida.
A decisão tem o condão de estancar os danos sofridos em razão dos valores do GSF, valores esses que refletem, desde o início de 2014, a circunstância da geração hidrelétrica ter sido reduzida por força de diversos atos estatais de ordem tanto estrutural quanto conjuntural.
Atualmente aguarda-se decisão do recurso interposto pela ANEEL em 27 de julho de 2015 contra a decisão que concedeu a liminar.
A variação do exercício de R\$7.538 é decorrente, principalmente, da liquidação que ocorreu em 18 de abril de 2016 do montante R\$11.660 de energia protegido pelo risco de GSF das competências de maio a dezembro de 2015, das empresas Enerpe

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

24. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas:
24.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Moeda nacional	Empresa	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Controladora						Total			
											31/12/2016		31/12/2015		Total	Circulante		Não circulante	Circulante	Não circulante
											Encargos	Principal	Encargos	Principal						
Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário (iv)	EDP Energias do Brasil	300.000	21/05/2015	300.000	21/05/2015 a 14/05/2018	Investimento em projetos da Emissora.		118,70% do CDI de maio/2017 e Juros semestrais	Principal anual a partir de maio/2017 e Juros semestrais			6.040			300.000	306.040				
(+) Custo de transação (iv)	EDP Energias do Brasil		21/05/2015		21/05/2015 a 14/05/2018							6.040			(5.305)	(5.305)				
Total												6.040			294.695	300.735				
												Consolidado								
												31/12/2016		31/12/2015		Total	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Encargos	Principal	Encargos	Principal																	
Banco Citibank - Cédula de Câmbio	EDP Bandeirante	150.000	29/05/2015	150.000	29/05/2015 a 29/05/2019	Alongamento da dívida e financiamento do capital de giro.	Divida bruta em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5.	85% do CDI + 1,19% a.a.	Principal anual a partir de maio/2018 e Juros trimestrais	Nota Promissória	1.953		150.000	151.953	1.636	150.000	151.636			
Eletrobras Reluz - ECF 2778/06	EDP Bandeirante	3.517	18/03/2010	2.651	30/08/2012 a 30/07/2017	Programa Reluz - Município de Guaratinguetá/SP		5% a.a. + 1,5% a.a (a.d.m.)	Principal e Juros mensais	a. Notas Promissórias; b. Garantias em recebíveis.	23	320	343	23	548	320	891			
Eletrobras Reluz - ECF 2800/09	EDP Bandeirante	3.392	27/05/2010	2.506	30/07/2012 a 30/07/2017	Programa Reluz - Município de Mogi das Cruzes/SP		5% a.a. + 1,5% a.a (a.d.m.)	Principal e Juros mensais	a. Notas Promissórias; b. Garantias em recebíveis.	24	306	330	24	625	306	855			
Eletrobras LPT - ECF5 019/04	EDP Bandeirante	11.523	28/05/2004	9.342	30/07/2016	Programa Luz para Todos		5% a.a. + 1% a.a (a.d.m.)	Principal e Juros mensais	a. Notas Promissórias; b. Garantias em recebíveis.					921	921				
Eletrobras LPT - ECF5 184/07	EDP Bandeirante	12.359	25/06/2007	11.015	30/11/2009 a 30/10/2019	Programa Luz para Todos		5% a.a. + 1% a.a (a.d.m.)	Principal e Juros mensais	a. Notas Promissórias; b. Garantias em recebíveis.		1.204	2.518	3.722	1.314	3.722	5.036			
BNEDES - BB/CALC	EDP Bandeirante	200.369	29/01/2009	141.271	17/02/2010 a 17/06/2019	Programa de investimentos nos segmentos de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica.	Divida bruta em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5.	4,5% a.a. e de 1,81% IPCA + TR(I) + 3,05% a.a. e Prê de 6,00% a.a.	Principal e Juros mensais	a. Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil; b. Depósito caucionado.	71	12.842	7.174	20.887	148	23.881	19.772	43.801		
BNEDES - FINEM	EDP Bandeirante	296.785	28/12/2014	252.369	28/12/2014 a 18/12/2024	Programa de investimentos de 2013 a 2015	Divida bruta em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5.	4,5% a.a. e de 1,81% IPCA + TR(I) + 3,05% a.a. e Prê de 6,00% a.a.	Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal. Principal e juros anuais.	a. Depósitos caucionados; b. Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	17.858	39.407	213.371	270.636	1.180	6.741	11.481	229.436	248.838	
BNEDES - BB/CALC	EDP Escala	177.468	29/01/2009	155.228	17/02/2010 a 17/06/2019	Programa de investimentos nos segmentos de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica.	Divida bruta em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5.	4,5% a.a. e de 1,81% IPCA + TR(I) + 3,05% a.a. e Prê de 6,00% a.a.	Principal e Juros mensais	a. Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil; b. Depósito caucionado.	56	12.471	3.150	15.677	138	26.404	15.328	41.870		
(+) BNEDES - CALC - Custos de transação	EDP Escala	(205)	29/01/2009	(205)	15/05/2017							(1)	(1)	(1)	(7)	(7)				
BNEDES - FINEM	EDP Escala	270.924	28/12/2014	248.273	28/12/2014 a 18/12/2024	Programa de investimentos de 2013 a 2015	Divida bruta em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5.	T.J.P. + T.J.P. + 3,05% a.a. e Prê de 6,00% a.a.	Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal. Principal e juros anuais.	a. Depósitos caucionados; b. Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	16.118	38.526	208.477	263.121	1.283	6.061	12.660	233.609	250.072	
Eletrobras Reluz - ECF 2481/05	EDP Escala	1.230	30/08/2008	904	30/12/2012 a 30/12/2016	Programa Reluz - Município de Vianópolis/GO		5% a.a. + 1,5% a.a (a.d.m.)	Principal e Juros mensais	a. Notas Promissórias; b. Garantias em recebíveis.		(514)	(514)	-	(700)	(700)				
Eletrobras LPT - ECF5 031/04	EDP Escala	30.968	21/05/2004	22.729	30/09/2008 a 30/07/2016	Programa Luz para Todos		5% a.a. + 1,5% a.a (a.d.m.)	Principal e Juros mensais	Notas Promissórias					201	201				
Eletrobras LPT - ECF5 106/05	EDP Escala	50.304	20/11/2005	37.114	30/04/2018	Programa Luz para Todos		5% a.a. + 1,5% a.a (a.d.m.)	Principal e Juros mensais	a. Notas Promissórias; b. Garantias em recebíveis.					1.364	1.364				
Eletrobras LPT - ECF5 181/07	EDP Escala	75.764	25/06/2007	44.821	30/04/2010 a 30/03/2016	Programa Luz para Todos		5% a.a. + 1,5% a.a (a.d.m.)	Principal e Juros mensais	a. Notas Promissórias; b. Garantias em recebíveis.	3.439	1.563	5.002	3.752	5.002	8.754				
Eletrobras LPT - ECF5 258/09	EDP Escala	56.737	28/08/2009	20.867	30/01/2012 a 30/01/2021	Programa Luz para Todos		5% a.a. + 1,5% a.a (a.d.m.)	Principal e Juros mensais	a. Notas Promissórias; b. Garantias em recebíveis.	4.152	10.946	15.088	4.529	15.088	19.627				
Banco Citibank - Cédula de Câmbio	EDP Escala	200.000	08/05/2014	200.000	08/05/2014 a 14/05/2018	Alongamento da dívida e financiamento do capital de giro.	Divida bruta em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5.	85% do CDI + 1,025% a.a.	Principal anual a partir de maio/2016 e Juros trimestrais	Nota Promissória		1.560	6.950	8.510	1.702	8.509	10.211			
(+) BNEDES - FINEM - Custos de transação	EDP Escala	281/2014	(719)	(719)	18/12/2024						2.482	66.666	66.667	135.815	3.346	66.666	133.334	203.346		
Banco Citibank - Cédula de Câmbio	EDP Escala	100.000	29/05/2015	100.000	29/05/2015 a 29/05/2019	Alongamento da dívida e financiamento do capital de giro.	Divida bruta em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5.	85% do CDI + 1,19% a.a.	Principal anual a partir de maio/2018 e Juros trimestrais	Nota Promissória	1.302		100.000	101.302	1.091	100.000	101.091			
BNEDES	Porto do Pecém	1.410.000	10/06/2009	1.402.000	09/07/2009 a 15/06/2026	Implantação da usina termelétrica Pecém I	Índice de cobertura do serviço da dívida maior ou igual a 1,20.	2,77% a.a. acima da T.J.P.	Principal e juros mensais	a. Penhor de ações; b. Depósitos caucionados; c. cessão de direitos e contratos; d. notas promissórias; e. hipoteca; e f. alienação de ativos.	4.329	120.605	1.025.145	1.150.079	4.710	118.897	1.129.521	1.253.128		
(-) Custo de transação	Porto do Pecém	(11.286)	10/06/2009	(11.286)	15/06/2026							(1.113)	(4.493)	(5.606)	(1.237)	(5.607)	(6.844)			
Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário (iv)	EDP Energias do Brasil	300.000	21/05/2015	300.000	21/05/2015 a 14/05/2018	Investimento em projetos da Emissora.		118,70% do CDI	Principal anual a partir de maio/2017 e Juros semestrais						6.040	300.000	306.040			
(-) Custo de transação (iv)	EDP Energias do Brasil		21/05/2015		21/05/2015 a 14/05/2018										(5.305)	(5.305)				
BNEDES	Energset	25.404	13/11/2009	20.004	15/09/2010 a 15/09/2016	Programa de Investimento		4,50% a.a. e T.J.P. +1,92% a.a.	Principal e Juros mensais	Depósito caucionado					17	2.508	3.553	6.078		
BNEDES	EDP PCH	25.404	13/11/2009	20.004	15/09/2010 a 15/09/2016	Programa de Investimento		Índice de cobertura do serviço da dívida maior ou igual a 1,2 e índice de cobertura de capital próprio maior ou igual a 30%.	Principal e Juros mensais	Depósito caucionado	10	2.529	1.054	3.583						
BNEDES - Banco do Brasil	Santa Fé	75.633	11/05/2009	75.633	15/04/2010 a 15/02/2024	Implantação da PCH Fátima/RS	Índice de cobertura de pagamento de dividendos.	T.J.P. + 1,90% a.a.	Principal e Juros mensais	a. Penhor de ações; b. Fiança Corporativa; c. Depósitos caucionados; d. Invenção de ativos.	142	5.781	35.650	41.573	159	5.689	40.945	46.703		
Ações recebíveis cumulativa (v)	Investido					Aplicação preferencial resgatáveis "A", "B" e "C"			Dividendos anuais e pagamento do principal ao término do concessão		7.786	26.560	26.478	60.824	5.497	27.319	24.260	57.176		
Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário (iv)	EDP Soluções em Energia	290	25/02/2015	290	25/02/2015 a 21/02/2019	Material para Revenda		0,99% a.m.	Principal e Juros em 48 parcelas únicas	Avál EDP - Energias do Brasil				12	73	157	242			
BNEDES FINAME - Banco Brantial	EDP Soluções em Energia	2.352	18/12/2014	1.617	15/01/2020	Investimentos em projetos		0,368% a.m.	Principal e Juros em 48 parcelas	Avál EDP - Energias do Brasil	4	588	1.225	1.817	484	1.133	1.617			
Banco Industrial	EDP Soluções em Energia	1.560	21/06/2013	1.560	19/06/2017	Investimentos em projetos		CDI + 0,5% a.m.	Principal e Juros em 39 parcelas	a. Direitos Creditórios; b. Fiança BID; c. Avál de Adonisa	240	240	20	9	480	240	749			
Banco Industrial	EDP Soluções em Energia	1.560	21/06/2013	1.560	19/06/2017	Investimentos em projetos		CDI + 0,5% a.m.	Principal e Juros em 39 parcelas	a. Direitos Creditórios; b. Fiança BID; c. Avál de Adonisa	240	240	20	9	480	240	749			
Banco Industrial	EDP Soluções em Energia	521	21/06/2013	521	19/06/2017	Investimentos em projetos		CDI + 0,5% a.m.	Principal e Juros em 39 parcelas	a. Direitos Creditórios; b. Fiança BID; c. Avál de Adonisa	80	80	7	3	160	80	250			
Banco Industrial	EDP Soluções em Energia	2.300	30/04/2015	2.300	30/04/2015 a 16/04/2018	Investimentos em projetos		CDI + 0,49% a.m.	Principal e Juros em 30 parcelas	a. Direitos Creditórios; b. Fiança BID; c. Avál de Adonisa	900	307	1.227	60	119	843	1.303	2.325		
Banco Industrial	EDP Soluções em Energia	3.500	11/11/2015	3.500	11/11/2015 a 31/03/2019	Investimentos em projetos		CDI + 0,52% a.m.	Principal e Juros em 48 parcelas	a. Direitos Creditórios; b. Fiança BID; c. Avál de Adonisa	1.000	1.916	2.916	74	132	583	2.918	3.707		
Aldemir Spohr	EDP Soluções em Energia	1.902	31/03/2013	1.902	31/01/2017	Capital de Giro		1,20% a.m.	Principal e Juros no final do contrato.		1.925	1.925	29	1.902		1.931				
Aldemir Spohr	EDP Soluções em Energia	250	12/03/2015	250	02/05/2015 a 02/05/2016	Capital de Giro		1,20% a.m.	Principal e Juros no final do contrato.				4	250		254				
Aldemir Spohr	EDP Soluções em Energia	555	02/05/2015	555	08/06/2016	Capital de Giro		1,20% a.m.	Principal e Juros no final do contrato.				8	555		563				
Aldemir Spohr	EDP Soluções em Energia	344	30/09/2015	344	08/06/2016	Capital de Giro		1,20% a.m.	Principal e Juros no final do contrato.				5	344		349				
Aldemir Spohr	EDP Soluções em Energia	750	30/11/2015	750	31/01/2017	Capital de Giro		1,20% a.m.	Principal e Juros no final do contrato.			759	759	9	750	759				
Banco Safra	EDP Soluções em Energia	9.000	08/09/2016	9.000	08/06/2017	Investimentos em projetos		CDI + 3,1500% a.a.	Parcela única no vencimento	Avál EDP - Energias do Brasil	403	9.000	9.403				-			
Total moeda nacional											52.561	26.560	323.446	1.857.584	2.260.151	25.540	40.393	288.412	2.406.633	2.780.978

Moeda estrangeira	Empresa	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Controladora						Total			
											31/12/2016		31/12/2015		Total	Circulante		Não circulante	Circulante	Não circulante
											Encargos	Principal	Encargos	Principal						
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento	Porto do Pecém	USD 327.000	10/07/2009	USD 317.700	10/07/2009 a 15/05/2028	Implantação da usina termelétrica Pecém I		Libor 6M + 3% a.a a 3,50% a.a	Principal e Juros semestrais					4.362	91.610	887.261	983.233			
(+) Custo de Captação	Porto do Pecém		10/07/2009		15/05/2028										(2.966)	(11.650)	(14.616)			
Banco Caixa Geral de Depósitos	Porto do Pecém	USD 44.131	09/12/2016	USD 44.131	09/12/2016 a 02/12/2019	Liquidação antecipada do financiamento junto ao BID		Libor 6M + 2,50% a.a.	Principal em parcela única no vencimento e Juros semestrais	Nota Promissória da EDP - Energias do Brasil	910		143.826	144.736						
Banco Citibank - Cédula de Crédito Bancário	EDP Bandeirante	USD 20.259	04/09/2015	USD 20.259	04/09/2015 a 04/09/2019	Alongamento da dívida e financiamento de capital de giro.	Divida bruta em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5.	Libor 3M + 1,84% a.a.	Principal anual a partir de setembro/2019 e Juros trimestrais	Nota Promissória	156		67.459	67.615	159	79.877	80.036			
Total moeda estrangeira											1.066	-	211.285	212.351	4.321	88.644	955.488	1.048.653		

Derivativos	Empresa	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2016						31/12/2015						Total
											Encargos												

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(i) O EBITDA Ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A", "B" e "C", sobrecarregada e neutralizada dos encargos setoriais", apurados em 30 de junho e 31 de dezembro de cada exercício.

(ii) O EBITDA Ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A", "B", "C", sobrecarregada e neutralizada dos encargos setoriais" e com outras rubricas não operacionais que tenham sido apuradas em 31 de dezembro de cada exercício.

(iii) Equivalerá ao resultado da interpolação linear das taxas internas de retorno observadas no mercado secundário das Notas do Tesouro Nacional Série B (NTN-B), aplicável ao prazo médio de amortização de cada parcela dos Subcréditos B e D".

(iv) Em 06 de junho de 2016, esta Cidadã de Crédito Bancário foi liquidada antecipadamente, por decisão da Administração.

(v) Referem-se às ações preferenciais registráveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela controladora indireta Investivo no montante original de R\$157.335, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 9% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social. Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º do estatuto social da Investivo, as ações preferenciais registráveis das classes "A", "B" e "C" terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagas dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos. O saldo em 30 de setembro de 2016 de R\$59.949 (R\$57.176 em 31 de dezembro de 2015) corresponde o montante original e ao valor até 2033 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de capitalização da Investivo na data de avaliação das ações. Devido à sua características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato de investivo não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o Item 19 do CPC 39.

(vi) Em 12 de dezembro de 2016, o financiamento da Porto do Pótem Juntos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, bem como todos os derivativos atrelados ao mesmo, foi liquidado antecipadamente, por decisão da Administração.

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo.

As operações de swap hedge foram reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado e a forma de realização é marcação a mercado.

24.2 Movimentação dos empréstimos e financiamentos no exercício

	Controladora					
	Valor líquido em 31/12/2015	Pagamentos	Juros provisionados	Transfê-rencias	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2016
Circulante						
Principal		(300.000)		300.000		-
Juros	6.040	(27.305)	21.265	(5.305)	5.305	-
Custo de Transação	6.040	(327.305)	21.265	294.695	5.305	-
Não circulante						
Principal	300.000					300.000
Custo de Transação	(5.305)					(5.305)
	294.695			(294.695)		-
			Consolidado			
Valor líquido em 31/12/2015						
Juros provisionados						
Transfê-rencias						
Ajuste a valor de mercado presente de transação						
Ajuste a valor de custo monetária						
Variação cambial em 31/12/2016						
Valor líquido em 31/12/2016						

	Consolidado							
	Valor líquido em 31/12/2015	Ingressos	Juros pagos-provisão-nos	Transfê-rencias	Ajuste a valor de mercado presente de transação	Ajuste a valor de custo monetária	Variação cambial em 31/12/2016	Valor líquido em 31/12/2016
Circulante								
Principal	381.266	9.000 (1.442.073)	1.386.041			(8.774)	324.560	
Juros	30.951	(302.853)	301.470			(74)	(33.227)	
Custo de Transação	(4.210)	(224.526)	10.181 (18.360)		21.456	21	(1.114)	
Swap	(136.128)	9.000 (1.989.453)	10.181 1.467.643		276.629		1.096	
	270.989				21.456	(8.777)	378.169	
Não circulante								
Principal	3.385.306	178.050	(1.386.041)		662	2.118	(104.401)	
Juros	13.353		8.200		731	2.359	23.650	
Custo de Transação	(23.685)				18.360	(5.325)	(5.325)	
Swap	109.746				(32.409)	15.478	92.815	
	3.513.260	178.050	8.200 (1.467.643)		4.377	13.080	(21.807)	

24.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	Consolidado					
	Nacional	Estrangeira	Derivativos	Total		
Circulante						
2017	376.007	1.066	1.096	378.169		
Não circulante						
2018	415.902	33.730	4.642	454.274		
2019	342.890	177.555	10.836	531.271		
2020	308.292			308.292		
2021	207.436			207.436		
2022 até 2025	671.919			671.919		
2027 até 2031	32.130			32.130		
2032 até 2036	1.884.144	211.285	15.478	2.110.907		
Total	2.260.151	212.281	16.574	2.488.076		

25 Benefícios pós-emprego

A Companhia e determinadas controladas mantêm planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e outros benefícios pós-emprego, compostos por assistência médica, seguro de vida, Auxílio de Incentivo à Aposentadoria - AIA e outros benefícios a aposentados.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12, a contabilização dos passivos oriundos de benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 39 (R1). Para atendimento a essa exigência a Companhia e suas controladas EDP Escócia, Energest e Energest Investivo contraram atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Crédito Líquido do Plano, sendo a última efetuada para a data-base de 31 de dezembro de 2016.

São reconhecidas as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação na data do balanço é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e prejuízos atuariais gerados por alterações nas premissas atuariais dos planos de benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passivos são reconhecidos no período em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.

Para os casos em que o plano se torne superavaliado e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

Vencimento	Consolidado					
	Nacional	Estrangeira	Derivativos	Total		
Circulante						
2017	376.007	1.066	1.096	378.169		
Não circulante						
2018	415.902	33.730	4.642	454.274		
2019	342.890	177.555	10.836	531.271		
2020	308.292			308.292		
2021	207.436			207.436		
2022 até 2025	671.919			671.919		
2027 até 2031	32.130			32.130		
2032 até 2036	1.884.144	211.285	15.478	2.110.907		
Total	2.260.151	212.281	16.574	2.488.076		

25.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão

São administrados pela EnerPreV, entidade fechada de previdência complementar patrocinada pelas empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil e controladas no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, sendo assegurados os direitos e deveres dos participantes, assistidos e pensionistas, previstos nos regulamentos.

Adicionalmente, a controladora EnerPreV possui planos de suplementação de aposentadoria e pensão geridos pela Fundação EnerSul, entidade fechada de previdência privada sem fins lucrativos.

25.1.1 Planos de Benefício definido e Contribuição variável

EDP Bandeirante
Os planos estão estruturados na modalidade "Saldo, Benefício definido e Contribuição variável" e possui as seguintes características:
(i) Plano PSAP Bandeirante - Grupo de Custeio BSPP: Corresponde aos benefícios proporcionais dos empregados, calculados com base no tempo de serviço até março de 1998, enquanto este vigente. Possui a característica do tipo Benefício definido, que concede Benefício salido, na forma de renda vitalícia reversível em pensão, após parâmetros reconhecidos em 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano, apuradas pelo atuário da EnerPreV, é da EDP Bandeirante.

(ii) Plano PSAP Bandeirante - Grupo de Custeio BQ e CV:
• Grupo de Custeio BQ - vigente após 31 de março de 1998: Plano do tipo Benefício definido, que concede renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998, na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e de entrada em invalidez, os benefícios incorporam total o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31 de março de 1998) e, portanto, não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano, apuradas pelo atuário da EnerPreV, é partilhada entre a EDP Bandeirante e os participantes.

• Grupo de Custeio CV: Implantado junto com a modalidade BQ vigente após 31 de março de 1998, que, até a concessão da renda (vitalícia ou financeira), reversível (ou não) em pensão, e do tipo Contribuição variável, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a EDP Bandeirante. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo Benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial à EDP Bandeirante. O participante pode escolher também a opção de renda financeira, não gerando, neste caso, responsabilidade atuarial para a EDP Bandeirante. A EDP Bandeirante contribui para este plano no exercício o montante de R\$91 (R\$49 em 2015).

EDP Escócia
• Plano Escócia I estruturado na modalidade de Benefício definido (vigente para adesões até 31 de maio de 1998): O Plano de custeio é sustentado por contribuições da patrocinadora e dos participantes limitadas à legislação em vigor da Comissão de Salários. Concede renda vitalícia reversível em pensão, na base de até 100% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade.

EDP Escócia e Energest
• Plano Escócia II estruturado na modalidade de Contribuição variável (vigentes para adesões até 1º de novembro de 2006): O Plano de custeio é sustentado parcialmente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme o regulamento do plano. É um plano previdenciário que, até a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição variável, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para as controladas. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, se for essa a escolha do participante, é que o plano previdenciário pode passar a ser do tipo Benefício definido e, portanto, gerando responsabilidade atuarial às controladas. O participante pode escolher também a opção de renda financeira, não gerando responsabilidade atuarial para as controladas.

Energest
• Plano de Benefício I e II (administrado pela Fundação EnerSul): O Plano I (vigente para adesões até 10 de maio de 2002) está estruturado na modalidade de benefício definido, o qual consiste em um plano complementar à Previdência Social, sendo o valor dos benefícios previamente definido. O Plano II é um plano estruturado na modalidade de Contribuição variável, o qual está estruturado na modalidade de Benefício definido para os benefícios de risco, que contemplam a aposentadoria por invalidez e a pensão por morte de participante ativo, e na modalidade de Contribuição definida para os benefícios programados, compreendendo a aposentadoria normal e antecipada.

25.1.1.1 Avaliação atuarial
Uma série de premissas podem ter sua realização diferente do calculado na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas premissas de legislação. O plano de avaliação atuarial é baseado no método do crédito líquido do plano. As obrigações dos planos são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos do governo do tipo NTN-B. Desta forma, caso a rentabilidade dos ativos dos planos seja diferente da rentabilidade da NTN-B, haverá um ganho ou perda atuarial aumentando ou diminuindo o déficit/superávit atuarial destes benefícios.

As práticas de investimento dos planos se pautam pela busca e manutenção de ativos líquidos e dotados de rentabilidade consistente para cumprir estas obrigações no curto, médio e longo prazo, mantendo um equilíbrio entre os ativos e os compromissos do passivo com o objetivo de gerar uma liquidez compatível com o crescimento e a proteção do capital, visando garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as necessidades ditadas pelos fluxos atuariais futuros.

Para a EDP Bandeirante, apesar da avaliação atuarial apurada pelos atuários independentes, realizada na data-base 31 de dezembro de 2016, ter demonstrado que nos Planos do tipo Benefício definido o valor presente das obrigações atuariais, líquido do valor justo dos ativos, apresenta-se superavaliado, o saldo não é registrado em decorrência da restrição no reconhecimento desse ativo, de acordo com o CPC 39 (R1), por não estar assegurada a efetiva redução das contribuições da patrocinadora ou a reversão de valores no futuro.

Para a EDP Escócia, a avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2016 demonstrou que, nos Planos do tipo Benefício definido, o valor presente das obrigações atuariais, líquido do valor justo dos ativos, apresenta-se superavaliado.

Para a Energest, a avaliação atuarial demonstrou que, para esses planos previdenciários, o valor justo dos ativos supera o valor presente das obrigações atuariais.

25.1.1.2 Conciliação dos ativos e passivos atuariais

Saldo em 31 de dezembro de 2015	EDP Bandeirante			
	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrições de reconhecimento do ativo	Ativo (Passivo) reconhecido
Custo do serviço corrente	(630.908)	648.289	(17.481)	6
Custo dos juros	(77.874)	63.360	(2.176)	3.310
Ganhos/perdas) atuariais reconhecidos no PL	(62.758)	67.706	(60.128)	(45.180)
Contribuições pagas pela Companhia		41.163		41.163
Contribuições pagas pelos empregados	(3.736)	3.736		-
Benefícios pagos pelo plano	(42.033)			(42.033)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(732.466)	812.251	(79.785)	-

As contribuições da Companhia esperadas para este plano para o exercício de 2017 são de R\$15.817.

Saldo em 31 de dezembro de 2015	EDP Escócia			
	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrições de reconhecimento do ativo	Ativo reconhecido
Custo do serviço corrente	(116.290)	295.005	(98.614)	86
Custo dos juros	(166)	(12.596)		(166)
Ganhos/perdas) atuariais reconhecidos no PL	(19.856)	25.432	(6.550)	(8)
Contribuições pagas pela Companhia		11		11
Contribuições pagas pelos empregados	26	(26)		-
Benefícios pagos pelo plano	30.846	(30.846)		-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(162.821)	266.869	(105.664)	43

A apresentação de superávit nos planos previdenciários de Benefício definido reduzem o risco de eventual passivo atuarial futuro para a EDP Escócia. A Administração da EDP Escócia registrou o ativo decorrente de superávit atuarial do Plano I de R\$43, conforme autorizado pela PREVIC por meio da Portaria nº 684/13. Com relação ao superávit atuarial apurado para o Plano II, a EDP Escócia não registrou um ativo devido a restrição no seu reconhecimento.

A destinação do Superávit atuarial atribuído à EDP Escócia, calculado pela EnerPreV e aprovado pela PREVIC, ocorre nos termos da Resolução CGPC nº 28/98. O abate das contribuições normais do Plano será por um período estimado de aproximadamente 93 meses, tendo iniciado em abril de 2014. Durante esse período, a cobrança da contribuição normal da EDP Escócia está suspensa.

Vencimento	EDP Escócia					
	Assistência médica e Seguro de vida	AIA	Assistência médica e Seguro de vida	Energest	Assistência médica e Seguro de vida	Investivo
Circulante						
2017	32.217	687	421	421	32	32
2018	35.301	127	472	38	38	38
2019	39.289	132	528	45	45	45
2020	43.236	137	597	52	52	52
2021	47.683	119	664	74	74	74
2022 a 2026	313.573	250	4.966	480	480	480
Total	518.229	1.462	7.648	731	731	731

A EnerPreV interromperá imediatamente o abate das contribuições normais da Companhia se, a qualquer momento, constatar que o valor da Reserva de Contingência for inferior a 25% do valor das Reservas Matemáticas do Plano. Neste caso, será revertido parcial ou totalmente o saldo da Reserva Especial para recompor a Reserva de Contingência ao patamar de 25% das Reservas Matemáticas.

Saldo em 31 de dezembro de 2015	Valor presente das obrigações do plano			Valor justo dos ativos do plano			Restrições de reconhecimento do ativo			Ativo reconhecido
	EDP Bandeirante	EDP Escócia	Energest	EDP Bandeirante	EDP Escócia	Energest	EDP Bandeirante	EDP Escócia	Energest	
Custo do serviço corrente	(1.234)	2.366	(1.131)	93						93
Custo dos juros	90	(81)		2						2
Ganhos/perdas) atuariais reconhecidos no PL	(1.069)	672	(322)	93						(75)
Contribuições pagas pelos empregados	(6)	2		(5)						(3)
Benefícios pagos pelo plano	419	(419)								-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(1.234)	2.540	(809)	93						-

25.1.1.4 Vencimentos dos planos de benefício
Os vencimentos dos planos de benefício, calculado nas avaliações atuariais, consideram o seguinte fluxo futuro de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Vencimento	EDP Bandeirante						EDP Escócia						Energest						
	PSAP	Plano I	Plano II	Plano I	Plano I	Plano II	PSAP	Plano I	Plano II	Plano I	Plano I	Plano II	PSAP	Plano I	Plano II	Plano I	Plano I	Plano II	
2017	47.047	11.925	6.344	63	82	82	47.047	11.925	6.344	63	82	82	47.047	11.925	6.344	63	82	82	
Não circulante																			
2018	50.284	12.325	6.877	66	86	86	50.284	12.325	6.877	66	86	86	50.284	12.325	6.877	66	86	86	
2019	54.217	12.713	7.314	69	85	85	54.217	12.713	7										

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A quantidade de opções de ações de outorgada representam 99.583 ações para o plano de incentivo e 89.713 para o plano de longo prazo. No exercício de 2016 a Companhia reconheceu o montante de R\$188 relativos à estimativa de outorga destas ações para o prazo máximo de 5 anos.

29.6 Participações em controladores

O saldo em 31 de dezembro de 2016 de R\$1.461.752 (R\$1.676.793 em 31 de dezembro de 2015) refere-se à participação que outorga acionistas detêm sobre as nossas controladas (Nota 17.3). O saldo inclui partes beneficiárias emitidas pela Lajeado e de titularidade da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras no valor de R\$1.376 em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

29.5.1 Partes beneficiárias

A Lajeado, em Assembleia Geral Extraordinária de 15 de fevereiro de 2006, aprovou a alteração no Estatuto, criando: (i) 53.210.337 ações preferenciais nominativas não conversíveis, sem direito a voto e que terão direito ao recebimento de dividendos 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária; e (ii) 10.000 partes beneficiárias, sem valor nominal, negociáveis e estranhas ao Capital Social, contidas nos seus titulares, objeto de crédito eventual contra a Lajeado, no montante equivalente à 10% do lucro anual apurado pela Lajeado, observado o disposto na Lei nº 6.404/76. Estas ações, bem como as partes beneficiárias, foram integralmente subscritas e adquiridas, nesta data, pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras.

O prazo de duração das partes beneficiárias é até 31 de outubro de 2032, quando serão, caso não tenham sido resgatadas, automaticamente convertidas em ações preferenciais Classe "A" (Artigo 14 do Estatuto) correspondente a 5,084% do total das ações emitidas pela Lajeado (Artigo 14, Parágrafo 1º e 2º do Estatuto). O resgate pode ocorrer a qualquer tempo por deliberação da Lajeado até o término do prazo de duração das partes beneficiárias.

O instrumento denominado partes beneficiárias cumpre com os itens 16º e 15º do CPC 39, e como tal, é classificado como um instrumento patrimonial. Além do exposto, o item AQ26 do CPC 39 descreve que, quando as distribuições aos acionistas das ações preferenciais, cumulativas ou não, ocorrer de acordo com o critério do emissor, as ações são instrumentos patrimoniais.

Assim, consideramos que ações ordinárias, ações preferenciais e partes beneficiárias devem ser classificadas como o mesmo tipo de instrumento, ou seja, patrimonial, pois possuem basicamente as mesmas características.

30 Receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os itens e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) foi provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para o adquirente; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, estão apresentados a seguir:

Distribuição

(i) As receitas com fornecimento de energia são medidas por meio da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pelo distribuidor. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as leituras são emitidas.

(ii) A energia fornecida e não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, é estimada e reconhecida como receita não faturada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda analisado.

(iii) O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo intangível em função do contrato de concessão - Infraestrutura, não sendo incorporada margem nesta atividade de construção assim classificada conforme a aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida à Custo com construção da infraestrutura em igual montante (Nota 31).

(iv) A receita de ativos financeiros setoriais é reconhecida mensalmente pela diferença entre os custos pertencentes à Parcela "A" efetivamente incorridos no resultado, daqueles reconhecidos na receita de operações com energia elétrica previstos na tarifa vigente pela ANEL. Inclui os valores a cobrar dos consumidores referentes à incidência de PIS e COFINS, sobre esta receita.

(v) A receita de Subvenção é reconhecida quando da efetiva aplicação da despesa nas tarifas de unidades consumidoras beneficiadas por subsídios governamentais (Nota 15.2) pela diferença entre a tarifa de referência da respectiva classe de consumo daquela efetivamente aplicada a consumidores beneficiados desses subsídios.

Geração

A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

Comercialização
A receita é reconhecida com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE.

Serviços
A receita é reconhecida com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência aos custos incorridos.

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	RS		MWh (1)		RS		MWh (1)	
	Nota	2016	2015	2016	2015	2016	2015	
Fornecimento								
Residencial		2.828.766	2.778.036	5.841.868	5.809.917	2.100.231	2.155.462	
Industrial		23.872	24.156	2.744.955	3.470.167	1.076.873	1.364.098	
Comercial		245.954	241.571	3.521.577	3.771.473	1.332.824	1.458.088	
Rural		189.440	185.541	578.998	921.941	173.139	234.151	
Poder público		20.224	20.466	579.090	601.524	209.169	226.658	
Iluminação pública		3.947	3.490	699.471	646.518	138.298	141.512	
Serviço público		2.929	2.790	464.951	458.595	156.261	157.929	
Consumo próprio		375	371	13.961	14.554			
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - Faturado		3.315.407	3.256.411	14.744.771	15.695.500	5.182.798	5.707.307	
Consumidores cativos								
Residencial				1.736.271	1.557.861			
Industrial				57.235	605.505			
Comercial				922.215	864.059			
Rural				137.855	133.772			
Poder público				134.346	131.891			
Iluminação pública				115.424	97.484			
Serviço público				84.370	71.324			
Consumidores livres			609	9.063.492	9.354.129	1.203.377	1.181.733	
Suprimento - Faturado		609	9.063.492	9.354.129	9.317.298	9.653.559	9.653.559	
Energia de curto prazo		4	2	13.548.495	12.262.536	1.772.427	1.463.877	
Comercialização		3	2.126.430	1.414.430	985.879	603.775	1.965.427	2.022.575
(1) Transferência para obrigações especiais AIC - Ultrassagem Demanda	30.1					(8.716)	(17.081)	
(1) Transferência para obrigações especiais AIC - Excedente de receitas						(2.188)	(43.959)	
(1) Transferência para obrigações especiais AIC - Excedente de receitas						(10.904)	(10.904)	
Não faturado								
Fornecimento				(45.364)	69.640			
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição				(41.827)	73.317			
Suprimento				9.039				
Resultados de ativos financeiros setoriais	7			(85.899)	142.957			
CVA				(1.318.431)	1.473.446			
Itens financeiros - RTE				365.073	(610.947)			
Itens financeiros - ORE				80.891	(14.862)			
PIS/COFINS				(6.588)	3.927			
RECEITA DE CONSTRUÇÃO				(993.151)	814.264			
PIS/COFINS				480.650	317.943			
Atualização do ativo financeiro intangível	31			194.263	152.477			
Serviços cobráveis	19			16.368	14.711			
Subvenções vinculadas ao serviço concedido				321.390	332.064			
Arrendamentos e aluguel				137.747	115.072			
Outras receitas operacionais				174.739	207.829			
(1) Deducidas à receita operacional	30.2	6.181	3.997					
Tributos sobre a receita								
ICMS				(2.391.174)	(2.246.467)			
PIS/COFINS	(238)	(111)		(1.242.920)	(1.461.215)			
ISS	(123)	(58)		(1.933)	(1.380)			
(1) Deducidas à receita operacional				(3.636.011)	(4.889.062)			
Endeço do consumidor	26							
PAD	26			(78.356)	(83.824)			
CAGE	26			(1.169.545)	(1.498.465)			
RGR	26			(5.589)	(7.554)			
PRONFA - Consumidores Livres	26			(57.533)	(481.105)			
Bandeiras Tarifárias (CGRBT)	26			(130.365)	(725.128)			
Outros encargos				(39.858)	(44.203)			
Receita		5.820.3.828	3.316.023	3.256.417	39.492.742	38.726.595	14.482.020	16.556.770
(*) Não auditado pelos auditores independentes.								

30.1 Receitas de Ultrassagem de Demanda e Energia Realizada Excedente

A ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 463/11, determinou que os valores provenientes do faturamento de muitas por Ultrassagem de Demanda e consumo de Energia Realizada Excedente, a partir da revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisões tarifárias, seriam contabilizados contra as Obrigações especiais em curso, anteriormente registrado como Receita operacional. Por ocasião do 4º ciclo de revisões tarifárias os montantes na EDP Bandeirante e no valor de R\$136.585, acumulado nessa subconta até a data de corte para entrada no laudo de avaliação dos ativos em fevereiro de 2016, foram transferidos para a situação de "Em serviço" em Obrigações especiais, passando a receber o tratamento usual da contrapartida da amortização dos respectivos ativos alocados como investimentos originários dessas Obrigações especiais.

Não obstante a essa determinação, as controladas, por meio da ABRADEE, contestou judicialmente o tratamento dessas receitas.

No dia 8 de fevereiro de 2012, a antecessora de tutela requeceu a partir da revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisões tarifárias, em curso junto à 6ª Vara da JFDF, foi integralmente concedida. A decisão julgou em seu sentido de: a) suspender o tratamento das receitas de ultrassagem de demanda e energia de fontes constantes dos §§ 9 a 11 do item 3.1.1 ("Ultrassagem de Demanda e Excedente de Realizado") do Item 3.1 ("Receitas Inerentes ao Serviço de Distribuição") do Submódulo 2.7 ("Outras Receitas") anexo à Resolução Normativa ANEEL nº 463/11; b) suspender a determinação de contabilização em separado dessas receitas como as obrigações especiais fossem e; c) deferir tutela de caráter provisório para determinar que a ANEEL: (i) abstenha-se de praticar qualquer ato tendente a exigir cumprimento das referidas disposições (o que impede a adoção de medidas outras destinadas a produzir o mesmo efeito);

Em 19 de junho de 2012, o TRF-1 concluiu efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento interposto pela ANEEL, pelo que foi suspensa a aplicação de tutela originalmente concedida em primeiro grau e, com isso, restabeleceu-se a eficácia da Resolução Normativa ANEEL nº 463/11. A ANEEL, por meio do Agravo de Instrumento em face da decisão que deferiu a produção de prova pericial. No referido agravo, após decisão que negou seguimento ao recurso, a ANEEL interpeleu agravo regimental.

Em primeira instância, foi proferido despacho em 21 de janeiro de 2015 suspendendo os autos até julgamento do agravo interposto pela ANEEL. Em 12 de setembro de 2016 foi publicado acórdão em que o TRF nega provimento ao recurso da ANEEL.

O processo retomou sua tramitação e, atualmente, encontra-se em fase de produção de prova pericial.

No opinião dos assessores jurídicos, a probabilidade de perda dessa ação é possível, no entanto, a EDP Bandeirante e a EDP Escolta efetuarão no exercício o registro contábil no montante de R\$58.914 (R\$51.155 em 2015). Na EDP Bandeirante o montante de R\$37.027 (R\$38.924 em 2015) foi registrado a débito da rubrica de Receita de fornecimento em contrapartida de Ativos e passivos financeiros setoriais (Nota 7). No caso da EDP Escolta, o montante de R\$21.887 (R\$22.616 em 2015) foi registrado a débito da rubrica de Receita de fornecimento, sendo R\$3.613 em contrapartida à Obrigações especiais, obrigação esta apresentada no âmbito do ICPC 01 (como retificadora do intangível), e R\$18.274 em contrapartida de Ativos e passivos financeiros setoriais (Nota 7).

30.2 Receita operacional bruta

A redução na Receita operacional bruta no montante de R\$2.074.741 é decorrente, principalmente, dos seguintes fatores: (i) redução da receita de fornecimento a clientes cativos no valor de R\$15.959 reflexo, principalmente, da redução do volume de 20,0% do industrial e 6,6% do comercial; (ii) redução de R\$1.867.415 referentes aos ativos e passivos financeiros setoriais devido, principalmente, a amortização dos componentes financeiros do IRTD25 e (iii) aumento da receita de disponibilização do sistema de distribuição e transmissão no valor de R\$263.739.

31 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia e suas controladas classificam seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contempla os custos diretamente vinculados à prestação do serviço de energia elétrica vinculados à concessão e também os gastos vinculados à geração de energia, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, amortização do direito de concessão da infraestrutura, gastos relacionados ao atendimento comercial e operação e manutenção da concessão, e gastos com matéria prima para a produção de energia; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia e de suas controladas, em diversas atividades geradas ou adquiridas às faixas do negócio, tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisões jurídicas, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Controladora		Consolidado	
	2016		2015	
	Gerais e administrativos	Outras	Total	Total
Pessoal, Administradores e Entidade de provisão previdência	46.924	42.243		
Material	812	812	935	
Serviços de terceiros	46.337	46.337	47.299	
Depreciação	3.200	3.200	2.843	
Amortização	6.101	6.101	6.117	
Provisões civis, fiscais e trabalhistas	(3.841)	(3.841)	(1.227)	
Alugueis e arrendamentos	2.223	50	2.223	997
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens				
Outras	7.152	13.564	20.716	18.296
Total	112.749	93.773	122.522	125.934

	2016				2015			
	Custos				Despesas operacionais			
	Nota	De energia elétrica	De prestação de serviços	De outros	Gerais e administrativos	Outras	Total	Total
Energia elétrica comprada para revenda	31.1	4.610.555					4.610.555	6.056.070
Encargos de uso da rede elétrica		475.410	602.344				475.410	465.710
Material		258.262					258.262	240.124
Ressarcimento por indisponibilidade		(95.515)					(95.515)	(149.910)
Pessoal, Administradores e Entidade de provisão previdência			291.908	3.320	152.082		447.310	419.418
Material			33.280	2.076	16.597		57.953	37.406
Serviços de terceiros			274.475	9.635	194.519		478.629	425.266
Provisões civis, fiscais e trabalhistas					35.253		35.253	20.124
Amortização			177.348		49.590		226.938	217.809
PECLD/perdas líquidas					102.801		102.801	74.514
Provisões civis, fiscais e trabalhistas						29.511	29.511	34.853
Alugueis e arrendamentos			4.959	116	19.719		24.794	21.617
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens								
Custo com construção da infraestrutura	30					14.357	14.357	68.215
Outras (1)			5.088	69.012	(191)		31.636	197.208
Total		5.088.027	602.344	1.013.729	495.616	102.801	519.736	6.847.865.640

(i) Em atendimento às melhores práticas de mercado, conforme o Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE da BMAF/Bovespa, apresentamos o investimento social da Companhia e suas controladas que é dividido em: educação, cultura, saúde e saneamento e esporte. Do valor total de R\$12.308 da rubrica de Outros, R\$2.861 refere-se ao montante de doações para investimento social. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas também efetuaram diversas contribuições voluntárias com benefício fiscal no montante de R\$12.042, apresentando liquidos dos montantes a receber de ICMS e Imposto de Renda e Contribuição Social.

31.1 Energia elétrica comprada para revenda

	2016		2015	
	Consolidado		Consolidado	
	Nota	2016	2015	2015
Contratos de compra por disponibilidade		1.231.911	1.740.334	
Contratos de compra de energia por quantidade		295.812	270.576	
PRONFA		129.103	98.837	
Contratos de compra de energia por cotas		498.405	399.044	
Energia de curto prazo		110.508	82.567	
Energia de Itaipu Binacional		707.022	1.096.289	
Encargos de Energia de Reserva - EER		47.631	51.212	
Encargos de Serviço do Sistema - ESS		153.574	270.507	
Contratos de comercialização de energia		1.915.928	1.996.832	
Outros		(13.579)	(15.954)	
(1) Créditos de CCEE/CONER		8.996	9.868	
(1) Débitos de PIS/COFINS		(465.760)	(606.280)	
Total				

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Operação	Risco	Apólice cenário provável		Cenário (I)		Consolidado		Cenário (II)		Cenário (IV)		Cenário (V)	
		Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Cenário (III)	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Cenário (VI)	Redução do risco em 50%		
Aplicação financeira - CDB	CDI	227.893	-	-	227.894	57.011	57.011	113.982	(56.941)	113.982	(56.941)	113.982	(56.941)
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	15.191	-	-	15.191	1.319	1.319	15.117	3.726	15.117	3.726	15.117	3.726
Fundo de Investimento	CDI	9.309	-	-	9.309	2.300	2.300	4.700	1.000	4.700	1.000	4.700	1.000
Emprestimos a receber - Mútuo	CDI	36.396	-	-	36.396	9.099	9.099	18.198	(9.099)	18.198	(9.099)	18.198	(9.099)
Instrumentos financeiros ativos		288.979	1	-	288.979	73.729	73.729	151.997	(64.664)	151.997	(64.664)	151.997	(64.664)
Debêntures	CDI	(272.251)	(297.340)	-	(569.591)	(83.445)	(83.445)	(195.275)	145.141	(195.275)	145.141	(262.080)	145.141
Emprestimos e financiamentos - CCB	CDI	(38.326)	(24.537)	-	(62.863)	(13.369)	(13.369)	(26.422)	13.625	(26.422)	13.625	(27.567)	13.625
Emprestimos e financiamentos - Mútuo	CDI	(31.856)	-	-	(31.856)	(7.923)	(7.923)	(15.846)	7.923	(15.846)	7.923	(31.399)	15.846
Instrumentos financeiros passivos		(342.289)	(321.877)	-	(664.166)	(104.737)	(104.737)	(237.573)	166.889	(237.573)	166.889	(305.493)	166.889
Swap - Ponta Ativa - Citibank N.A.	CDI	(151.703)	-	-	(151.703)	(31.369)	(31.369)	(62.738)	31.369	(62.738)	31.369	(125.832)	62.738
Instrumentos financeiros derivativos		(28.209)	(51.120)	-	(79.329)	(15.806)	(15.806)	(31.389)	16.037	(31.389)	16.037	(62.738)	31.369
Emprestimos e financiamentos		(81.599)	(372.995)	-	(454.595)	(40.784)	(40.784)	(81.668)	40.784	(81.668)	40.784	(163.962)	81.668
- BNDES		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(107.245)	(295.969)	(105.713)	(508.927)	(79.139)	(79.139)	(166.087)	79.139	(166.087)	79.139	(345.226)	166.087
TJLP		(107.245)	(295.969)	(105.713)	(508.927)	(79.139)	(79.139)	(166.087)	79.139	(166.087)	79.139	(345.226)	166.087
Citibank N.A.		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Principais Encargos	Dólar	(73.985)	-	-	(73.985)	(18.496)	(18.496)	(36.993)	18.496	(36.993)	18.496	(73.985)	36.993
CCC	Dólar	(3.868)	-	-	(3.868)	(1.552)	(1.552)	(3.105)	1.552	(3.105)	1.552	(6.210)	3.105
Principais Encargos	Dólar	(176.555)	-	-	(176.555)	(44.139)	(44.139)	(88.278)	44.139	(88.278)	44.139	(176.555)	88.278
Encargos	Dólar	(5.666)	(15.618)	-	(21.284)	(5.321)	(5.321)	(10.642)	5.321	(10.642)	5.321	(21.284)	10.642
Instrumentos financeiros passivos		(8.007)	(270.626)	-	(278.633)	(69.500)	(69.500)	(139.018)	69.500	(139.018)	69.500	(278.633)	139.018
Swap - Ponta Passiva - CCC	Dólar	(143.764)	(636.689)	(268.438)	(1.048.891)	(262.223)	(262.223)	(524.446)	262.223	(524.446)	262.223	(1,048,891)	524.446
Swap - Ponta Ativa - Citibank N.A.	Dólar	57.999	541.713	250.688	850.400	450.077	450.077	900.154	(450.077)	900.154	(450.077)	(900.154)	450.077
Swap - Ponta Passiva - Citibank N.A.	Dólar	(5.414)	(16.983)	-	(22.397)	(5.604)	(5.604)	(11.208)	5.604	(11,208)	5.604	(22.397)	11.208
Instrumentos financeiros derivativos		(83.244)	(17,123)	(17,570)	(118,297)	(20,902)	(20,902)	(41,806)	20,902	(41,806)	20,902	(83,244)	41,806
Debêntures	IPCA	(91.431)	(287.149)	(110.373)	(398,530)	(79,139)	(79,139)	(158,278)	79,139	(158,278)	79,139	(317,417)	158,278
Emprestimos e financiamentos		(17,813)	(11,174)	-	(28,987)	(2,992)	(2,992)	(5,984)	2,992	(5,984)	2,992	(11,174)	5,984
- BNDES		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros passivos	IPCA	(15,789)	(34,327)	(17,473)	(67,589)	(7,944)	(7,944)	(15,890)	7,944	(15,890)	7,944	(31,780)	15,890
IPCA		(83,748)	(223,119)	(12,116)	(318,983)	(32,275)	(32,275)	(64,552)	32,275	(64,552)	32,275	(127,557)	64,552
Citibank N.A. - Encargos	Libor	(2,341)	(6,209)	(12,116)	(318,983)	(32,275)	(32,275)	(64,552)	32,275	(64,552)	32,275	(127,557)	64,552
CCC - Encargos	Libor	(5,666)	(15,618)	-	(21,284)	(5,321)	(5,321)	(10,642)	5,321	(10,642)	5,321	(21,284)	10,642
Instrumentos financeiros passivos		(8,007)	(270,626)	-	(278,633)	(69,500)	(69,500)	(139,018)	69,500	(139,018)	69,500	(278,633)	139,018
Swap - Resultado - Citibank N.A.	Dólar	(2,341)	3,868	(17,570)	(12,842)	(2,992)	(2,992)	(5,984)	2,992	(5,984)	2,992	(11,174)	5,984
Swap - Resultado - Citibank N.A.	Dólar	(33,876)	(91,108)	(17,570)	(142,554)	(29,902)	(29,902)	(59,804)	29,902	(59,804)	29,902	(119,708)	59,804
Instrumentos financeiros derivativos		(41,883)	(110,994)	(17,570)	(170,427)	(8,945)	(8,945)	(17,890)	8,945	(17,890)	8,945	(35,780)	17,890

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, TJLP, IPCA, Dólar e Libor 3M e 6M estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia e das controladas. Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 9,75% e 13,25% a.a.; IPCA entre 4,25% e 6,88% a.a.; TJLP entre 5,50% e 7,50% a.a.; Libor 3M entre 0,94% e 2,13% a.a.; Libor 6M entre 1,293% e 2,352% a.a.; e Dólar entre R\$3,50 e R\$3,90.

36.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e das controladas em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira para cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os debêntures e empréstimos captados pela Companhia e suas controladas são apresentados nas notas 23 a 24.

A Administração da Companhia e das controladas somente utilizam linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das capitais disponíveis.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia e das controladas são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5), Contas a receber (Nota 6), Ativo financeiro indeneável (Nota 19) e Ativos financeiros setoriais (Nota 7). A Companhia e suas controladas, em 31 de dezembro de 2016, tem em Caixa e equivalentes de caixa e ativos financeiros de liquidez disponíveis aplicações financeiras de liquidez de curto prazo que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa. Para a Conta a receber, os saldos apresentados compreendem o fluxo estimado para os recebimentos. Para Ativo financeiro indeneável, o saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ao final da concessão e está mensurado pelo valor de recuperação. Os Ativos financeiros setoriais serão homologados pelo Poder Concedente e recebidos por meio de tarifas nos próximos reajustes ou reajustes tarifários.

Os riscos de liquidez atribuídos às rubricas de Debêntures e Empréstimos e financiamentos referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encobertos em demonstrações financeiras consolidadas. A Companhia e suas controladas também gerenciam o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contínuos para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2016, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia e suas controladas esperam liquidar as respectivas obrigações.

Passivos Financeiros	Controladora					31/12/2015
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	De 5 anos a mais de 5 anos	Total	
Fornecedores	13.161	3.071	3.891	1.362	13.120	13.203
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				6.962	35.886	
Debêntures	20.200	352.326	788.351	34.822	1.165.699	1.165.958
Empréstimos e financiamentos					300.735	
Total	33.361	355.397	792.242	34.822	1.215.822	1.515.782

Passivos Financeiros	Consolidado					
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	De 5 anos a mais de 5 anos	Total	Total
Fornecedores	657.051	181.133	285.394	3.892	1.127.470	1.308.019
Outras contas a pagar - Partes relacionadas		4.016	438	4.454	43.913	43.913
Debêntures	143.661	550.270	2.353.226	34.822	3.081.979	2.403.242
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	24.599	54.538	297.936	1.433.479	661.950	2.472.502
Derivativos				456	16.574	(25.382)
Uso do bem público	2.202	4.812	22.488	86.895	200.459	304.586
Pessamento por indisponibilidade					177.044	272.781
Passivos financeiros setoriais			353.527	109.434	462.961	277.977
Total	684.490	384.144	1.634.177	4.059.798	897.231	6.813.589

36.2.1 Risco de sobrecontratação

Conforme previsto na regulamentação do setor, em especial no Decreto nº 5.163/04, se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas do custo incorrido com a compra de energia excedente e do consequente liquidado no PLD. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite, sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta a variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo. O montante de sobrecontratação de energia não repassável para as tarifas dos consumidores no exercício da EDP Bandeirante e de R\$35.272 e de R\$2.935,22 e de R\$9.235.

A estratégia para contratação de energia pela EDP Bandeirante e EDP Escelta busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 00% e 100%, minimizando o risco de sobrecontratação no mercado de curto prazo. Para tal, a cada processo de decisão do montante de contratação de energia, são analisados os dados de consumo de energia em relação ao consumo dos clientes existentes na data da contratação de energia em leilão e da participação em Mecanismos de Compensação de Sobras e Deficits - MCDSP, utilizam-se de modelos estatísticos para a projeção de diversos cenários de consumo, onde correlaciona-se variáveis climáticas, econômicas e tarifárias, além de modelos de otimização que buscam a minimização do custo, risco de penalidade e não-repasse tarifário.

Na regulação atual, a expansão em longo prazo do sistema energético nacional é garantido por meio da contratação de energia de longo prazo pelas distribuidoras, por meio da projeção do seu mercado cativo, com 3 a 5 anos de antecedência em relação ao período de suprimento da energia elétrica adquirida, ou seja, as decisões de contratação utilizam-se de projeções estatísticas de longo prazo que em situações de sobrecontratação não apresentam grandes variações. O montante dos compromissos contratuais para compra de energia futura firmados até 31 de dezembro de 2016 estão apresentados na nota 37.1.

No cenário atual, além da queda no consumo ocasionada por uma conjuntura econômica adversa e imprevistos com 3 a 5 anos de antecedência, a forte elevação nas tarifas do mercado regulado em contrapartida de um preço no mercado livre próximo ao piso, levariam muitos clientes a migrarem do ambiente cativo ao livre, motivados por uma redução do custo com a compra de energia. Ambos os fatores levariam as distribuidoras a um cenário generalizado de sobrecontratação.

Para mitigação dos riscos de sobrecontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação para que as distribuidoras possam evitar ou reduzir o volume de energia contratada, ou seja, administrar seus portfólios de contratos. São eles:

- Elevação do nível de contratação para níveis de A-3, A-1, e A-1, de fontes alternativas, de ajuste e também por meio de participações no MCDSP tanto de energia existente quanto de Energia Nova com declaração de déficit;
- Redução do nível de contratação por meio da redução dos volumes dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs) de energia existente, com redução anual de até 4% do volume contratado por redução de mercado; (ii) declaração integral a 36% do montante de reposição (alterado pelo Decreto nº 8.828/16); (iii) redução com o gerador por migração de consumidores convencionais ao Ambiente de Contratação Livre (ACL); (iv) acordo bilateral; e (v) participação nos MCDSPs com declaração de sobre. Adicionalmente, como resultado parcial da Resolução Normativa nº 2/16, a ANEL, alterou o nível de contratação para níveis de A-3, A-1, e A-1, de fontes alternativas, de ajuste e também por meio de participações no MCDSP tanto de energia existente quanto de Energia Nova com declaração de déficit.

Além disso, com a publicação da Lei nº 12.783/13, que trouxe a prorrogação das concessões do setor de energia elétrica, os agentes detentores de usinas adquirentes cujo prazo de concessão terminará antes das usinas participando do Sistema Integrado Nacional - SIN operando sob o regime de Garantia Física, alocadas às distribuidoras por meio dos Contratos de Cotas de Garantia Física (COGFs). Assim, a partir de 2013, os COGFs substituíram parte dos CCEARs de energia existente das distribuidoras.

No entanto, os COGFs não foi dada a prerrogativa de redução do volume contratado para que a distribuidora pudesse administrar o seu nível de contratação. Com esta alteração, alheia à gestão das distribuidoras, este segmento passou a não possuir mecanismos suficientes para se proteger contra a redução de consumo e migração de clientes ao ambiente livre. Normalmente, passou a não mais poder participar do MCDSP 44, tempo do MCDSP Tiroso Livre e do MCDSP 44, não podendo realizar reduções de volume nos CCEARs de energia existente tal como preconizado na Lei nº 10.848/04 e no artigo 2º do Decreto nº 5.163/04.

Adicionalmente, além dos contratos COGFs que não apresentam a prerrogativa de redução do volume contratado, a perda de flexibilidade das distribuidoras a gestão de suas sobras contratuais de energia elétrica e de energia existente por disponibilidade no seu portfólio, os quais também não prevem cláusula contratual específica que permita a redução do montante contratado.

Este tema tem sido tratado pelas distribuidoras no âmbito do Ministério de Minas e Energia - MME e ANEL, para endurecimento apropriado de forma a mitigar possíveis impactos no setor.

36.2.2 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (Covenants), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índice financeiro. Os Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia e das controladas exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos covenants impostos nos contratos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidas, a relação dos covenants por contrato e o percentual de impacto individualmente nas notas 23 a 24. Até 31 de dezembro de 2016 todos os covenants das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Além do contrato de covenants atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratuais (Nota 37.2) para as rubricas de Empréstimos, financiamentos e Debêntures. Essas garantias contratuais são o instrumento de controle de risco que a Companhia e suas controladas utilizam como ferramenta de controle de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. Para a rubrica de Compra de Energia, as garantias estão vinculadas, em sua maioria, aos recebíveis da Companhia, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis.

36.2.3 Risco Hidrológico

A energia vendida pelas controladas de geração dependem das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo regime de contratação de energia existente por disponibilidade no seu portfólio, os quais também não prevem cláusula contratual específica que permita a redução do montante contratado.

Esta tem sido tratado pelas distribuidoras no âmbito do Ministério de Minas e Energia - MME e ANEL, para endurecimento apropriado de forma a mitigar possíveis impactos no setor.

36.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (Covenants), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índice financeiro. Os Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia e das controladas exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos covenants impostos nos contratos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidas, a relação dos covenants por contrato e o percentual de impacto individualmente nas notas 23 a 24. Até 31 de dezembro de 2016 todos os covenants das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Além do contrato de covenants atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratuais (Nota 37.2) para as rubricas de Empréstimos, financiamentos e Debêntures. Essas garantias contratuais são o instrumento de controle de risco que a Companhia e suas controladas utilizam como ferramenta de controle de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. Para a rubrica de Compra de Energia, as garantias estão vinculadas, em sua maioria, aos recebíveis da Companhia, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis.

36.2.3 Risco Hidrológico

A energia vendida pelas controladas de geração dependem das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo regime de contratação de energia existente por disponibilidade no seu portfólio, os quais também não prevem cláusula contratual específica que permita a redução do montante contratado.

Esta tem sido tratado pelas distribuidoras no âmbito do Ministério de Minas e Energia - MME e ANEL, para endurecimento apropriado de forma a mitigar possíveis impactos no setor.

36.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (Covenants), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índice financeiro. Os Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia e das controladas exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos covenants impostos nos contratos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidas, a relação dos covenants por contrato e o percentual de impacto individualmente nas notas 23 a 24. Até 31 de dezembro de 2016 todos os covenants das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Além do contrato de covenants atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratuais (Nota 37.2) para as rubricas de Empréstimos, financiamentos e Debêntures. Essas garantias contratuais são o instrumento de controle de risco que a Companhia e suas controladas utilizam como ferramenta de controle de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. Para a rubrica de Compra de Energia, as garantias estão vinculadas, em sua maioria, aos recebíveis da Companhia, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia e suas controladas a riscos significativos que faturamento possam gerar prejuízos materiais.

36.2.5 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo EDP - Energias do Brasil ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade de continuidade do grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada às empresas do Grupo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital e a liquidez financeira, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode realizar a política de pagamento de dividendos, desenvolver capital aos acionistas, emitir novos ações, fazer novos financiamentos, refinanciar as dívidas existentes ou vender ativos.

Em relação à estrutura de capital, a Companhia monitora o índice representado pela "Divida Líquida Consolidada" dividida pelo "EBITDA Consolidado", cujo limite máximo é de até 3,5 vezes.

Total dos empréstimos e debêntures (-) Caixa e equivalentes de caixa	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
	23,24	5.571,055 / 6.186,491
Divida líquida	5	(2.017,709) / (1.149,998)
Total do Patrimônio Líquido		3.553,346 / 5.036,493
Índice de alavancagem financeira - %		8,965 / 7,408,447
		12.538,404 / 12.524,940
		28,34 / 40,21

36.2.6 Processo de investigação de atos ilícitos junto à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e suas investidas - São Manoel

No âmbito das investigações realizadas na Elet

